

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO E
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

JAKES PAULO FÉLIX DOS SANTOS

**REFORMAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES NO BRASIL NO INÍCIO DOS
ANOS 1970: IMPACTOS DO PROJETO EDUCACIONAL NO ENSINO DE
GEOGRAFIA EM UBERLÂNDIA-MG**

UBERLÂNDIA/MG

2021

JAKES PAULO FÉLIX DOS SANTOS

**REFORMAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES NO BRASIL NO INÍCIO DOS
ANOS 1970: IMPACTOS DO PROJETO EDUCACIONAL NO ENSINO DE
GEOGRAFIA EM UBERLÂNDIA-MG**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marlene Teresinha de Muno Colesanti



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Geografia
 Av. João Naves de Ávila, 2121, Bloco 1H, Sala 1H35 - Bairro Santa Monica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4381/3291-6304 - www.ppgeo.ig.ufu.br - posgeo@ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	GEOGRAFIA				
Defesa de:	Dissertação de Mestrado Acadêmico; Número 515, PPGEO				
Data:	04 de novembro de 2021	Hora de início:	14h:00m	Hora de encerramento:	16h:30m
Matrícula do Discente:	11912GEO008				
Nome do Discente:	JAKES PAULO FÉLIX DOS SANTOS				
Título do Trabalho:	REFORMAS EDUCACIONAIS E CURRICULARES NO BRASIL NO INÍCIO DOS ANOS 1970: IMPACTOS DO PROJETO EDUCACIONAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA EM UBERLÂNDIA-MG				
Área de concentração:	DINÂMICAS TERRITORIAIS E ESTUDOS AMBIENTAIS				
Linha de pesquisa:	EDUCAÇÃO GEOGRÁFICA E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS				
Projeto de Pesquisa de vinculação:					

Reuniu-se no Anfiteatro [On-line], Campus [Google Meet], da Universidade Federal de Uberlândia, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em GEOGRAFIA, assim composta: Professores Doutores: Rogata Soares Del Gaudio - UFMG/MG; Túlio Barbosa - IG/UFU e Marlene Teresinha de Munro Colesanti - IG/UFU orientador(a) do(a) candidato(a). Em função da Pandemia COVID-19, todos os membros participaram de forma on-line.

Iniciando os trabalhos o(a) presidente da mesa, Dr(a). Marlene Teresinha de Munro Colesanti - IG/UFU, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato(a), agradeceu a presença do público, e concedeu ao Discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do Discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor(a) presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos(às) examinadores(as), que passaram a arguir o(a) candidato(a). Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o(a) candidato(a):

Aprovada.

Observação: A candidata deverá incorporar as observações dos Membros da Banca, para a versão final.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.



Documento assinado eletronicamente por **Rogata Soares Del Gaudio, Usuário Externo**, em 05/11/2021, às 08:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marlene Teresinha de Muno Colesanti, Professor(a) Substituto(a) do Magistério Superior**, em 06/11/2021, às 10:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tulio Barbosa, Professor(a) do Magistério Superior**, em 08/11/2021, às 08:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3131430** e o código CRC **A8585AD5**.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

S237r Santos, Jakes Paulo Félix dos, 1975-
2021 Reformas educacionais e curriculares no Brasil no início dos anos
1970 [recurso eletrônico] : impactos do projeto educacional no ensino de
geografia em Uberlândia-MG / Jakes Paulo Félix dos Santos. - 2021.

Orientador: Marlene Teresinha de Muno Colesanti.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Geografia.
Modo de acesso: Internet.
Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.5026>
Inclui bibliografia.
Inclui ilustrações.

1. Geografia - Estudo e ensino. I. Colesanti, Marlene Teresinha de
Muno, 1948-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia.
Programa de Pós-Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1:37

André Carlos Francisco
Bibliotecário - CRB-6/3408

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil chegar até aqui, mas com vocês tudo foi se desenhando de modo sublime. Alguns foram âncoras; outros, colunas...

Assim, agradeço a Deus, em primeiro lugar, e logo a seguir agradeço à dona Lourdes, minha mãe, que sempre está do meu lado.

Fica a minha gratidão a minha orientadora, professora Marlene, pela acolhida e pelos ensinamentos para a vida.

Aos familiares, irmãos e sobrinhos, obrigado pelo incentivo e pelas palavras de ânimo e por acreditarem que eu conseguiria.

Da mesma forma, agradeço a minha amiga Flor (*in memoriam*) porque sei que, de onde estiver, sempre esteve torcendo por mim, assim como os amigos da sua casa: Célio, Rose, Simone, Cleide.

Fica meu agradecimento especial ao Daniel Ferreira, que esteve ao meu lado durante toda a trajetória.

Ainda resta um obrigado ao Andrezão Carioca e à Raquel Baía, professores de Língua Portuguesa, que sofreram nas minhas pelejas de cada capítulo.

Ainda agradeço ao meu tio Lélio, que esteve presente na minha jornada profissional, sempre acreditou que eu poderia concluir o mestrado, assim como a minha amiga Suely Gomes, professora de Geografia, que foi quem me ensinou os caminhos de como chegar à pós-graduação.

Fica minha gratidão eterna aos amigos das escolas estaduais, especialmente, da EE 13 de Maio, da EE Mário Porto e da EE Professor Leônidas de Castro Serra, que hoje são pessoas do meu convívio diário e parte do meu núcleo profissional-familiar.

Enfim, a gratidão é a memória do coração. Obrigado.

RESUMO

O ensino de Geografia passou por mudanças significativas no Brasil. Um desses períodos de mudança, que envolve mudanças na Geografia Escolar, foi o Regime Militar no Brasil (1964-1985). Compreender este período e a mudança nos currículos de Geografia, os registros, as práticas e o sentimento dos professores revela como isso aconteceu. Portanto esta pesquisa qualitativa, de caráter exploratório e com uma visão analítico-descritiva deste período, permite que os sujeitos da história tenham um espaço de fala, por meio de entrevistas e com a análise do registro dos diários de classe feitos à época. Nossos entrevistados permitem pensar sobre o momento histórico e as nuances da escola e das salas de aula. Assim, além de propor medidas para ampliação da pesquisa, concluímos que o Regime Militar usou da legislação para validar seus atos e tentar controlar as práticas dos professores por meio do currículo oficial.

Palavras-chaves: Ensino de Geografia. Geografia. Ditadura Militar. Currículo Oficial. Práticas e Saberes

ABSTRACT

The teaching of Geography has been through significant periods of change in Brazil. One of those periods, involving changes in School Geography, was the Military Regimen in Brazil (1964-1985). Understanding this period and the change in Geography curriculum, the records, practices and teacher's feelings reveals how this happened. Therefore, this qualitative research, of exploratory nature and with an analytical-descriptive point of view, provides a space of speech for historical subjects, through interviews and with the analysis of the class diary records made at that time. Our interviewees allow us to think about the historical moment and the nuances of the school and the classrooms. Thus, besides proposing measures for further research, we conclude that the Military Regimen used legislation to validate its acts and to try to control the teachers' practices through the official curriculum.

Keywords: Geography Teaching. Geography. Military Dictatorship. Official Curriculum. Practices and Knowledge.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formação para lecionar nas séries do primeiro e do segundo graus, mediante a Lei 5692/71	60
Quadro 2 – Relação conteúdos prescritos pela SEE/MG (1974) X relação de conteúdos registrados pelos professores nos diários de classe – 5ª série do 1º grau (1976/1977).....	91
Quadro 3 - Relação conteúdos prescritos pela SEE/MG x relação de conteúdos registrados pelos professores nos diários de classe – 6ª série do 1º grau (1975/1976/1977).....	93
Quadro 4 – Relação conteúdos prescritos pela SEE/MG (1974) X relação de conteúdos registrados pelos professores nos diários de classe – 7ª série do 1º grau (1976/1977).....	95
Quadro 5 – Relação conteúdos prescritos pela SEE/MG (1974) X relação de conteúdos registrados pelos professores nos diários de classe – 8ª série do 1º grau (1976/1977).....	97

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1: PRECISAMOS FALAR DE DITADURA: DO GOLPE MILITAR ÀS REFORMAS NA EDUCAÇÃO.....	13
A DITADURA: UM ENCONTRO DO BRASIL COM SEU PASSADO....	19
A EDUCAÇÃO NA DITADURA	31
NOVA FASE NA EDUCAÇÃO: O PARADIGMA DO HÍBRIDO FÉRTIL	40
CAPÍTULO 2: MUDANÇAS NA LDB E NOS CURRÍCULOS MINEIROS NA DÉCADA DE 1970.....	46
O CURRÍCULO, A LEI 5.692/1971 E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO.....	52
E A GEOGRAFIA COMO COMPONENTE CURRICULAR?	57
CAPÍTULO 3: FALA, PROFESSOR/A: ESPAÇO DE FALA E CONHECIMENTO DOS REGISTROS.....	78
PROTOCOLO DE ENTREVISTAS.....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
REFERÊNCIAS.....	117
ANEXOS.....	122
ANEXO 1: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 5ª SÉRIE/1975	
ANEXO 2: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 7ª SÉRIE/1975	
ANEXO 3: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 5ª SÉRIE/1976	
ANEXO 4: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 6ª SÉRIE/1976	
ANEXO 5: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 5ª SÉRIE/1977	
ANEXO 6: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 6ª SÉRIE/1977	
ANEXO 7: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 7ª SÉRIE/1977	
ANEXO 8: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 8ª SÉRIE/1977	
ANEXO 9: DIÁRIOS EE AMADOR NAVES 5ª SÉRIE/1976	
ANEXO 10: DIÁRIOS EE AMADOR NAVES 6ª SÉRIE/1976	
ANEXO 11: DIÁRIOS EE AMADOR NAVES 5ª SÉRIE/1977	
ANEXO 12: DIÁRIOS EE AMADOR NAVES 6ª SÉRIE/1977	
ANEXO 13: DIÁRIOS EE AMADOR NAVES 7ª SÉRIE/1977	
ANEXO 14: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 5ª SÉRIE/1976	
ANEXO 15: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 6ª SÉRIE/1977	
ANEXO 16: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 7ª SÉRIE/1976	
ANEXO 17: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 8ª SÉRIE/1976	
ANEXO 18: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 5ª SÉRIE/1977	
ANEXO 19: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 6ª SÉRIE/1977	
ANEXO 20: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 7ª SÉRIE/1977	
ANEXO 21: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 8ª SÉRIE/1977	

INTRODUÇÃO

No ano de 2017, estava eu em uma manifestação de rua, dessas que se fazem em nosso país rotineiramente, a favor da democracia, quando, em uma das praças da cidade, numa roda de professores de Geografia, chegou com um jeito doce a Professora Doutora Marlene Teresinha de Muno Colesanti.

Nesta conversa ela falou que estavam abertas as inscrições para o Programa de Pós-Graduação do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Explicou sobre o processo e disse que gostaria de ver professores da rede pública na pós-graduação.

O chamado ecoou e resolvi fazer disciplinas como aluno especial, e só no ano seguinte fiz o ingresso. Seria meu retorno ao programa depois de uma passagem anterior meio turbulenta.

Passadas as etapas do processo de seleção e uma vez aprovado, me tornei orientando da professora Marlene e apresentei a ela meu projeto de pesquisa, que seria na área de ensino e ao mesmo tempo sobre a história do nosso país, sobre a educação e o ensino de Geografia, com foco na prática dos professores.

Desde então, passamos a delinear a pesquisa e a pensar como poderíamos buscar os referenciais necessários para a dissertação.

No meio da pesquisa e da trajetória na pós-graduação, veio a pandemia de Covid-19, e com ela tudo foi fechado, logo no início de 2020, no período em que as visitas às escolas e as conversas com os professores que trabalharam nas escolas na década de 1970 estavam agendadas.

Escolas fechadas e entrevistados no grupo de risco para a contaminação com o coronavírus paralisaram a pesquisa. As disciplinas que deveriam ser cursadas passaram para a modalidade remota por causa do distanciamento social.

Tudo novo!

A dilação de prazo, solicitada por duas vezes para o término da dissertação, revela ainda o dilema do professor da rede pública de ensino, sem liberação para cursar a pós, e ainda escrever com a qualidade que se espera de uma dissertação de mestrado.

De qualquer maneira, e apesar dos obstáculos, aqui está o resultado da pesquisa.

Nos últimos anos, muito se tem falado sobre o ensino de Geografia. É comum, nos cursos da Educação Básica e no Ensino Superior, a pergunta: “para que serve a Geografia?”. Desta pergunta se desdobram muitas outras, que fomentam a pesquisa e o ensino da Geografia como disciplina escolar.

Ora, a Geografia, como parte do campo das Ciências Humanas, possui identidade própria, e que os questionamentos feitos sobre sua serventia são parte do debate que promove o crescimento e o fortalecimento desta ciência tão ímpar e tão relevante.

É preciso que se lembre, constantemente, que o papel da Geografia e dos professores de Geografia se destaca na educação, sendo, também, objeto de debates e de pesquisas relacionadas ao currículo de Geografia, da mesma forma que as práticas e saberes dos professores da disciplina.

O currículo de Geografia por muitas vezes sofreu, e ainda sofre, influência e até interferência daqueles que ocupam o poder, na tentativa de alçar a Geografia a uma ciência acrítica, meramente descritiva e, portanto, “enfadonha”.

Nesta mesma linha de pensamento, no sentido de ter o controle sobre o currículo, percebe-se que, em vários momentos da história, existe a tentativa de se controlar a prática e os saberes dos professores de Geografia, dentro e fora da sala de aula, mediante a prescrição do currículo e das diretrizes curriculares.

No Brasil, esse controle foi reafirmado com a implantação de disciplinas escolares alinhadas aos poderes econômico e político de determinada conjuntura.

Foi justamente partindo desses pressupostos que começamos a investigar como os professores de Geografia atuavam nas salas de aula no município de Uberlândia-MG no início dos anos 1970, época coincidente com a ditadura militar implantada no Brasil em 1964.

No capítulo 1, dissertamos sobre a implantação da ditadura militar no Brasil e como o golpe militar de 1964 estendeu suas digitais sobre a educação nacional. Da mesma forma, buscamos uma visão de conjuntura, que aponta para os Estados Unidos da América (EUA) como financiadores intelectuais das reformas educacionais brasileiras, por meio dos acordos entre o Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID, na sigla em inglês).

Esses assuntos serão aprofundados no Capítulo 2, quando discorreremos sobre o que é o currículo, suas ramificações e interpretações. Devemos pensar que o controle sobre o currículo não interfere apenas na Geografia, e sim em toda a educação.

No caso da Geografia – e também no da História, da Filosofia e da Sociologia –, mostramos o surgimento de disciplinas do regime militar, a saber, Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira (OSP), por meio do Decreto Lei 869/1968, as quais foram abolidas em 1993, e como afetaram os cursos de graduação e as disciplinas da educação básica, permitindo ao regime militar levar para as escolas e para as universidades uma ideologia nacionalista e conservadora do regime, com forte viés de repressão e controle do saber.

No capítulo 3, versamos sobre a história oral e sua importância na pesquisa científica e nos preocupamos em dar voz aos professores que, ainda vivos, rememoram suas práticas nas salas de aula, suas fontes de pesquisa pedagógica e seus temores em virtude do regime militar.

Esse capítulo nasceu em meio à pandemia de Covid-19, quando as aulas presenciais foram suspensas e as escolas fechadas, e também como sugestão da banca de qualificação do projeto. Para os membros da banca, a dissertação estaria enriquecida com o depoimento dos professores que atuavam nas escolas no início da década de 1970.

Por isso, foi importante que se fizesse a fundamentação teórica sobre o valor acadêmico da história oral, ao mesmo tempo em que se preservou a identidade dos professores que narraram os fatos. Essas narrativas ocorreram por meio de aplicativos de celular e de internet, como Google Meet, tendo sido gravadas e encontrando-se protegidas na forma da legislação.

Todos os diálogos foram importantes, porque revelam como os professores foram impactados, ou não, pela reforma do ensino e como atuavam em sala de aula diante dos anos mais duros do regime militar.

A prática e os saberes dos professores de Geografia nos revelam quão importante é a disciplina como componente curricular escolar, e ao mesmo tempo nos mostram como muitos deles usavam a disciplina como forma de resistência.

O capítulo foi construído por meio de entrevistas realizadas com professores até a data de 10 de agosto do corrente ano. Os agendamentos ocorreram de acordo com a disponibilidade dos professores que se permitiram participar da pesquisa.

Concluídas as entrevistas, seu conteúdo possibilitou-nos refletir sobre a bibliografia estudada, tendo sido analisadas as contribuições dos professores para a discussão proposta pela dissertação e feitas as considerações finais.

CAPÍTULO 1 – PRECISAMOS FALAR DE DITADURA: DO GOLPE MILITAR ÀS REFORMAS NA EDUCAÇÃO

Passados dezenove anos do final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o Brasil conheceu uma nova etapa da sua história republicana: a ditadura civil-militar. Esta nova etapa da história nacional diverge do último período ditatorial encabeçado por Getúlio Vargas, que governara entre 1930 a 1945, e que, em seus últimos oito anos, ficou conhecido como Estado Novo.

No início do século XXI, como em grande parte da história recente do Brasil, tem sido comum que alguns neguem ter existido uma ditadura civil-militar no Brasil, mas para que compreendamos o projeto nacional de poder, bem como o projeto embasado no “nacionalismo patriótico” e suas ramificações pela educação nacional e, em especial, pela Educação Básica, precisamos entender que houve, sim, no Brasil uma ditadura e como ela foi construída, justificada e revelada nas escolas públicas.

O ano de 1964 traz um apelo ideológico de combate ao comunismo, da busca da moralidade cristã e da defesa da família, da tradição e da propriedade e de um nacionalismo patriótico que norteia a campanha dos militares na tomada do poder (REIS, 2002).

O cenário latino-americano pós a Revolução Cubana e o alinhamento de Cuba à União Soviética (URSS) lançaram os tentáculos dos Estados Unidos da América (EUA) sobre a parte subdesenvolvida do continente americano, no sentido de conter possíveis novos alinhamentos ao regime soviético, que pudessem criar obstáculos para hegemonia dos EUA.

A “crise dos mísseis”, situação em que a URSS tenta instalar mísseis nucleares em Cuba como resposta à instalação de mísseis nucleares na Turquia, marca, definitivamente, o interesse soviético em disputar a hegemonia norte-americana na América Latina. A disputa entre EUA e URSS, na chamada Guerra Fria, foi um fator determinante para que os regimes ditatoriais se alastrassem pela América Latina.

Desta forma, vários países passaram, antes do Brasil, a ter junta militar ou um militar encabeçando o poder executivo e abolindo as liberdades individuais e coletivas. Em 1961, El Salvador; em 1962, a Argentina e o Peru; em 1963, o Equador, a Guatemala, a República Dominicana e Honduras (REIS, 2002).

Não podemos deixar de incluir neste contexto o fato de que, no ano de 1960, inspirados no recém-criado Mercado Comum Europeu, os países latino-americanos se reuniram em Montevideu (Uruguai), assinando tratado de mesmo nome. Propuseram, ainda, criar a Associação Latino Americana de Livre Comércio (ALALC), que tinha como objetivo último a criação de um mercado comum regional, a partir de uma zona de livre comércio, no prazo de doze anos, com a ampliação dos mercados e a liberalização do intercâmbio pelo desmantelamento de medidas protecionistas, através de negociação multilateral, produto a produto, de rebaixas tarifárias e da eliminação de restrições não tarifárias. Esta área de livre comércio teve onze países signatários na sua concepção: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela (VILLA, 2014).

Posto isso, percebemos que, além da ameaça soviética, há aqui a ameaça de uma área de livre comércio, que não inclui os EUA como membro efetivo e que flerta com o “panlatinoamericanismo”, elevando o interesse pela região.

Devemos lembrar que, dos países fundadores da ALALC, Brasil, Argentina e México foram os grandes beneficiados com a presença de empresas multinacionais no processo de industrialização, conhecido como descentralização industrial, ocorrido após a Segunda Guerra Mundial.

No caso brasileiro, ressaltamos que houve uma abertura ao capital estrangeiro e, notoriamente, às indústrias automotivas, para que o plano desenvolvimentista do presidente Juscelino Kubistchek (JK), que tinha como intuito desenvolver o Brasil, com o slogan “50 anos em 5”, deu início a uma aceleração da urbanização, do êxodo rural e da periferização da mão de obra.

Ao final do governo JK, contudo, a economia não dava bons sinais: havia inflação e desaceleração do crescimento. Nem mesmo o início da construção de Brasília, com vistas à transferência da capital nacional, alavancava a economia.

Kubitschek ainda sofreu com forte oposição da União Democrática Nacional (UDN). Coexistiram na UDN teses liberais e autoritárias, progressistas e conservadoras. O partido ficou marcado pela vinculação com os militares e as aspirações das camadas médias urbanas, e é nesse sentido que lança Jânio Quadros como candidato à presidência da República e ele vence o pleito com mais de 48% dos votos.

Apesar da vitória, o governo de Jânio Quadros durou apenas sete meses. A política econômica ortodoxa e monetarista, a inflação, o desemprego, as inquietações dos trabalhadores no campo e na cidade, além de uma política externa sem muita firmeza, foram minando o governo.

A renúncia de Jânio tinha motivos claros:

O presidente parecia apostar apenas no diálogo direto com a sociedade, exercitando seu inegável carisma. Reclamava de restrições e alegava carecer de plenos poderes, e foi com a perspectiva de obtê-los que renunciou, em agosto de 1961, num golpe bem urdido (surpreendeu a todos), mas pessimamente executado - não havia nenhum dispositivo organizado para aproveitar-se da situação de caos e de quase guerra civil em que o país mergulhou por quase duas semanas. (REIS, 2002, p. 27)

Jânio esperava que o pedido de renúncia não fosse aceito pelo plenário do Congresso, pois os militares não iriam permitir a posse de seu vice, João Goulart, e que os congressistas, temendo a tomada do poder pelos militares, também fariam o apelo para que ele voltasse. (CHIAVENATO, 2004; NAPOLITANO, 2019)

Meticuloso, Jânio esperou que seu vice estivesse fora do país. Em visita oficial à China, então comunista, João Goulart, também conhecido como Jango, voltou ao Brasil para governar um país descontente com as posturas tomadas pelo governo de Jânio.

Jango não era unanimidade. Não contava com o apoio de todo o Congresso, nem flertava com grande parte da classe média e muito menos tinha apoio dos militares. Mesmo assim, o apoio de alguns governadores, como Leonel Brizola, do Estado do Rio Grande Sul, que passaram a questionar a legalidade e a constitucionalidade da situação, o fez angariar apoio junto a parte dos trabalhadores; assim, Jango tomou posse como presidente da República sob a bandeira da defesa da ordem legal.

A posse de Jango marca a retomada de um projeto nacional-estatista com foco no desenvolvimento e nas reformas de base:

A reforma agrária, para distribuir a terra com o objetivo de criar uma numerosa classe de pequenos proprietários no campo. A reforma urbana, para planejar e regular o crescimento das cidades. A reforma bancária, com o objetivo de criar um sistema voltado para o financiamento das prioridades nacionais. A reforma tributária, deslocando a ênfase da arrecadação para os impostos diretos, sobretudo o imposto de renda progressivo. A reforma eleitoral, liberando o voto para os analfabetos, que constituíam então, quase metade da população adulta do país. A reforma do estatuto do capital estrangeiro, para disciplinar e regular os investimentos estrangeiros no país e as remessas de lucros para o exterior. A reforma universitária, para que o ensino e a pesquisa se voltassem para o atendimento das necessidades sociais e nacionais. Instaurou-se um amplo debate na sociedade sobre o assunto. (REIS, 2002, p. 24)

As esquerdas no Brasil sonharam com a possibilidade de uma reforma estrutural no país, com a finalidade de promover a igualdade social e econômica (CHIAVENATO, 2004; NAPOLITANO, 2019).

A efervescência popular, no entanto, contradizia o que ocorria no Congresso Nacional, de maioria conservadora. Fato é que, para esvaziar o poder de Jango, tentaram antecipar as eleições e implementar o parlamentarismo.

As propostas de Jango incomodavam as elites que ainda se lembravam da aproximação de Cuba com a URSS. O medo do comunismo, da perda da propriedade, da maculação da família tradicional e do ateísmo moveu os campos conservadores.

Com a Guerra Fria, o conceito de segurança nacional também passa a conter os movimentos considerados comunistas, embora no Brasil não houvesse um partido de esquerda ou “comunista”, que conseguisse organizar, suficientemente, os trabalhadores do campo e da cidade naquele momento.

Para piorar, Goulart não conseguia recursos internacionais, e a pressão dos EUA por medidas de austeridade eram cada vez mais refutadas pelos setores

progressistas. Pressionado, o presidente assinou a Lei de Remessa de Lucros, já aprovada pelo Congresso. Esse fato deteriorou de vez a relação com os EUA.

Marchas em torno dos ideais de Tradição-Família-Propriedade (Marchas TFP) surgiram com a voz da esperança das elites tradicionais contra a ameaça comunista. Os militares e setores da Igreja Católica também se alinharam na oposição a Jango. A ideia de um comunismo ateu se entranhou na sociedade. Essa reação conservadora fez com que o governo Jango entrasse em uma letargia. Na imprensa, diversos editoriais pediam, abertamente, a intervenção americana e a intervenção militar:

Jango foi fugindo do cenário aos soluços: Brasília, Porto Alegre, Montevideu, deixando atrás de si um rastro de desorientação e desagregação. Apavorado com a hipótese de uma guerra civil que não desejava, decidiu nada decidir e saiu da História pela fronteira com o Uruguai. As esquerdas não ofereceram resistência, quedando-se aparalhadas, desmoralizadas. (REIS, 2002, p. 32)

Nas ruas, a direita saudou a retirada de Jango que, ao deixar o poder, abria um espaço a ser preenchido pelas forças conservadoras e mais organizadas naquele momento: as forças armadas.

O clamor popular não era outro se não salvar o país da subversão e do comunismo, da corrupção e do populismo.

Desta forma, em 31 de março de 1964, Goulart foi deposto por um movimento político-militar. Configurada a vacância do cargo, Pascoal Ranieri Mazzilli assumiu a presidência da República na madrugada do dia 2 de abril de 1964. Na verdade, o poder estava, assim como noutros países latino-americanos, nas mãos de uma junta militar formada pelos ministros da Marinha, almirante Augusto Rademaker, da Guerra, general Artur da Costa e Silva, e da Aeronáutica, brigadeiro Francisco de

Assis Correia de Melo. Essa junta, autodenominada Comando Supremo da Revolução, editou como tal, no dia 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 1 (AI -1), divulgando no dia seguinte a primeira lista de cassações de mandatos parlamentares. No dia 11 de abril de 1964, o Congresso Nacional elegeu para a presidência da República o general Humberto Castelo Branco, indicado pelo Conselho de Segurança Nacional.

O AI-1 também restringiu as liberdades individuais e coletivas e, como justificativa, deu amplos poderes às forças armadas e vedou a possibilidade de emendas parlamentares aos projetos do presidente. O objetivo: cumprir a missão de restaurar no Brasil a ordem econômica e financeira e tomar as urgentes medidas destinadas a drenar o “bolsão comunista”, embora pesquisas atuais apontem que a pobreza aumentou nesta fase do regime.

A DITADURA: UM ENCONTRO DO BRASIL COM SEU PASSADO

A disputa pela narrativa dos anos que se sucedem a 1964 gira em torno de um debate sobre o seguinte fato: houve um golpe militar ou de uma revolução? E, sequencialmente, houve, ou não, uma ditadura no Brasil?

A questão a ser tratada aqui é a de que falta ao Brasil, do ponto de vista histórico, filosófico, sociológico e geográfico, fazer um encontro com seu passado e com os fatos que ocorreram neste período de forma clara e transparente. Enquanto documentos oficiais, documentos esses de governo, ou das forças armadas e até da Igreja Católica, forem objeto de resguardo e de sigilo, o que paira é ter havido um regime ditatorial em moldes muito comuns na América Latina.

É preciso entender as pistas científicas, os relatos de experiência e a forma com que se portaram os generais à frente do governo e sua política de controle das massas.

Os militares rapidamente trataram de legitimar seus atos e o regime, impondo medidas de controle do Congresso Nacional, num primeiro momento, e, depois, das liberdades individuais e coletivas. Ao mesmo tempo, o alinhamento com os EUA, passou a permitir diversos estudos por meio de financiamento para se construir e consolidar a Segurança Nacional frente à ameaça comunista.

Uma ditadura não se constrói apenas com a figura de um ditador (FAUSTO, 2001; CHIAVENATO, 2004). O ditador é aquela pessoa que representa o sistema, nesse caso, não se confunde com líderes totalitários. No Brasil, a alternância de chefes de estado e as eleições para o parlamento apenas mascaram a ditadura que estava no regime, na sua legislação, na repressão e na censura e controle, inclusive das aprendizagens e dos currículos escolares, bem como, em certo momento, da prática dos professores, vigiados.

O regime dos generais começa de forma implacável. Os Atos Institucionais (AI), a começar pelo AI-1 (Ato Institucional 1), iniciaram o que, sem dúvida, podemos chamar de ditadura, na medida em que os inquéritos judiciais foram substituídos pelos IPM (Inquérito Policial Militar) e, posteriormente, pela CGI (Comissão Geral de Investigação).

Fausto (2001), Chiavenato (2004), Villa (2014) e Napolitano (2019) apontam para o fato de que 102 nomes foram atingidos pela junta militar, sendo 41 deputados cassados; os direitos políticos dos ex-presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart foram suspensos. Luís Carlos Prestes, à época secretário-

geral do proscrito Partido Comunista Brasileiro (PCB), também teve seus direitos políticos cassados. Miguel Arrais, governador de Pernambuco, foi cassado, assim como o então deputado federal e ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola. Perderam os direitos políticos o desembargador Osni Duarte Pereira, o economista Celso Furtado, o embaixador Josué de Castro, o ministro deposto Abelardo Jurema, da Justiça, os ex-ministros Almino Afonso, do Trabalho, e Paulode Tarso, da Educação; o presidente deposto da Superintendência da Política Agrária (Supra), João Pinheiro Neto, o reitor deposto da Universidade de Brasília, Darci Ribeiro, o assessor de imprensa de Goulart, Raul Riff, o jornalista Samuel Wainer e o presidente deposto da Petrobras, Marechal Osvino Ferreira Alves.

Todos os detentores de cargos eletivos cassados foram substituídos por suplentes alinhados com o novo regime, sem contestação. A chegada de Castelo Branco ao poder, aparentemente, resolvia a questão da legitimidade do regime.

Não bastassem tais medidas, toda a direção da CGT (Comando Geral dos Trabalhadores) foi sumariamente deposta de suas funções, e 122 oficiais foram também expulsos das forças armadas.

Na sequência, a CGI divulgou nova lista de cassações, que incluiu 67 civis e 24 oficiais das Forças Armadas. Argemiro de Assis Brasil, chefe do Gabinete Militar de João Goulart, estava entre eles, além de Luís Tavares da Cunha Melo e Nélon Werneck Sodré, e os almirantes Cândido de Aragão e Pedro Paulo de AraújoSuzano. Entre os civis, incluíam-se deputados estaduais e federais, além de intelectuais, como Franklin de Oliveira e o editor Ênio Silveira.

Dentro da doutrina de segurança nacional, de combate ao comunismo, esses atos de exceção editados ao longo de dois anos retalharam a Constituição e

conduziram à necessidade de uma reestruturação constitucional, que justificasse o novo regime e desse a ele o status de legalidade.

Reis afirma:

(...) desde a própria gênese, aquele processo armou um *imbróglio* maior que o marcaria até o fim de seus dias. De um lado, em função da proposta de destruir pela raiz o antigo regime representado por Jango, o Ato Institucional, a exceção, a revolução, a ditadura. De outro, em virtude da necessidade de considerar o conjunto de forças que haviam se reunido para aquele desfecho, o respeito pela democracia, por seus valores e por suas formas e ritos. (REIS, 2002, p. 36)

A narrativa de que o processo era democrático se ancorava na segurança nacional, na até então existente liberdade de imprensa, no apoio das elites e da classe média, no apoio de grandes jornais e, claro, no apoio de um esfacelado Congresso Nacional, sem opositores, e que estava disposto, com apoio da UDN, a exercer um papel fundamental para legitimar a ascensão dos militares. Com a chegada dos generais ao poder e com o Congresso Nacional sob controle, estava posta a ditadura civil-militar, porém, os anos mais duros ainda estavam por vir.

A imprensa que havia se assanhado com o regime dos generais logo se viu obrigada a defender as teses do novo regime. A bravata da censura e do controle dos meios de comunicação, que aconteceria com a “revolução comunista”, não demorou muito para se tornar real no regime capitalista dos militares.

Em outubro de 1965 foi publicado o AI-2 (Ato Institucional 2), continuidade do AI-1 e que serviu para justificar o discurso da ditadura. O AI-2 retirou do júri civil a competência para julgamento dos crimes de imprensa e alongou para dois anos o prazo prescricional das ações penais. E, subtraindo a ação do parlamento, alterou a

redação do parágrafo 5º do artigo 141 da Constituição, que passou não tolerar a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou preconceitos de raça ou classe.

O AI-2, com isso, vedou qualquer manifestação impressa, no rádio ou na TV, contra o regime, e ainda proibiu os políticos cassados pelo AI-1 de se manifestarem sobre qualquer assunto de natureza política, responsabilizando também o veículo de comunicação que permitisse voz dissonante a qualquer um que fosse.

Com o Congresso Nacional subserviente, Castelo Branco encaminhou ao Congresso Nacional um projeto que, entre dezembro de 1966 e janeiro de 1967, se tornou a nova Constituição da República. À mesma época publicou-se, também em tempo recorde, uma nova lei de imprensa, que trazia vários dispositivos regidos pela Lei de Segurança Nacional, colocando órgãos de imprensa, jornalistas e civis fora da Justiça Militar. Qualquer notícia que fosse contra a honra do presidente ou dos poderes da União, que fizesse menção à subversão da ordem político-social ou à desobediência coletiva, que fizesse menção à luta de classes sociais ou à paralisação de serviços públicos, por exemplo, não seria tolerada e seria levada a julgamento da corte militar.

Contudo, por mais que o regime tentasse, a agitação social ainda era muito forte, porque, apesar do aporte financeiro, em especial dos EUA, e do controle dos militares, a economia ainda não dava sinais de crescimento. Então, o que foi feito? Criou-se a lei que proibia greves e piquetes e agitação social.

Villa aponta que:

Os Estados Unidos liberaram um empréstimo de U\$ 50 milhões para o programa de estabilização econômica, em junho. No início do mês seguinte, o Clube de Paris – formado pelos credores do Brasil – reescalou 70% da dívida que venceria em 1965.

A boa vontade para com o Brasil deveu-se ao estabelecimento do Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), elaborado entre

maio e julho, meio às pressas para dar um rumo ao governo recém-instalado. O objetivo inicial era combater a inflação – que em 1964 havia alcançado 89,5%. (VILLA, 2014, p. 63)

Com novos recursos e com a possibilidade de uma estabilidade econômica, além da questão habitacional e migratória, não tardou para que a Lei de Remessa de Lucros de João Goulart fosse revogada, além de o governo garantir segurança jurídica, adquirindo, com aval dos EUA, empresas fornecedoras de energia. Tudo com o aval do Congresso de maioria governista.

Contudo, várias denúncias de violações dos direitos humanos começavam a incomodar o governo; o resultado foi a exoneração de servidores e mais denúncias de corrupção e de subversão.

Para conter essas agitações, as entidades estudantis, foco de resistência ao regime, foram colocadas na ilegalidade, a saber: a UNE (União Nacional dos Estudantes) e as UEEs, entidades estaduais. Claro que o MEC (Ministério da Educação e Cultura) criou entidades que fossem atreladas ao governo e que tinham o papel de esconder o papel perseguidor do ministério.

Em meio a tudo isso e à insatisfação de partidos e de políticos que apoiaram o golpe militar de 1964, Castelo Branco vislumbrou em uma única oportunidade a chance de se manter na presidência, por meio de eleição indireta. O combate ao comunismo volta à tona e o Alto Comando do Exército, a linha dura militar, e os udenistas mais afoitos viam isso com bons olhos, mas Castelo Branco já vislumbrava um outro cenário.

Villa analisa esse respaldo da seguinte forma:

As razões do apoio eram muito distintas. A linha dura, sempre muito fluida ideologicamente (e plural) para ser devidamente conceituada, tinha nos coronéis sua principal base de apoio. Estes acentuavam a necessidade de um governo militar que desse atenção aos problemas sociais, discordavam da política econômica, advogavam a necessidade de manter canais abertos com estudantes e operários, e tinham, enfim, uma simpatia velada pelo nacionalismo militar de viés nasserista, tão em voga na época: autoritário, anticomunista, com pitadas sociais e terceiro-mundista. (VILLA, 2014, p. 82)

Mostrando a força que se esperava dele, como sinalização aos setores mais conservadores do país, Castelo Branco definiu as regras a serem seguidas na reorganização partidária. Pelas limitações impostas, surgiu, de um lado, o partido governista Aliança Renovadora Nacional (Arena) e, de outro, o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), oposição consentida.

Castelo Branco assinava, assim, o AI-3 (Ato Institucional 3) de 1968, que instituiu a eleição indireta para governador, devendo as assembleias legislativas estaduais procederem com a eleição, que nada mais era do que chancelaria do Presidente da República. Também ordenou que os prefeitos das capitais fossem indicados pela Presidência da República.

A ação do presidente culminou com a cassação de mandatos nas assembleias estaduais e forte pressão política, a qual permitiu que, além de eleger 17 governadores, o Congresso elegeisse, de forma indireta, com apoio da Arena, o marechal Artur da Costa e Silva, ministro da Guerra do governo Castelo Branco e um dos signatários do AI-1.

A sedimentação para longos anos governados pelos militares com amplo apoio político estava cada vez mais próxima de acontecer. Costa e Silva, assim como seu antecessor, prometeu democracia, diálogo e desenvolvimento econômico e social.

A democracia, obviamente, não aconteceu. O diálogo foi de “via única” e o desenvolvimento veio às custas do financiamento externo, tendo sido chamado de “milagre econômico” brasileiro.

O cenário político era o pior possível. Diversas manifestações contra o regime, greves e a luta armada desgastaram em parte o governo. Contudo, a repressão e o uso do exército e da polícia arrefeceram o apoio da classe média e mantiveram grande parte dos trabalhadores indiferentes a tudo o que acontecia. Costa e Silva, então, com apoio de seus ministros militares, da Arena e dos quartéis, assinou o Ato Institucional 5 (AI-5).

Segundo Villa (2014),

Pelo AI-5, o presidente passava a ter o poder de legislar, de intervir em estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, de suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de dez anos, de cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais e de suspender a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular. Ficavam suspensas as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade, inamovibilidade e estabilidade, e o presidente poderia demitir, aposentar ou remover quaisquer titulares dessas garantias. E, claro, ficavam excluídos de apreciação judicial todos os atos praticados de acordo com o AI-5, bem como seus respectivos efeitos. (VILLA, 2014, p. 131)

A ditadura estava em prática com seu ato supremo.

Ressaltamos aqui o fato de que o AI-5 acrescentou à Constituição Federal não serem toleráveis também as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes. É importante citar este fato para entendermos seus reflexos na educação.

O crescimento econômico, oriundo da política do Ministro da Fazenda, Antônio Delfim Neto, e do Planejamento, Hélio Beltrão, teve como meta estratégica a

aceleração do desenvolvimento econômico do país, em combinação com o combate ao processo inflacionário. O PED, Programa Estratégico do Desenvolvimento, propunha, entre outras metas, solucionar os problemas relacionados à estrutura e ao financiamento da comercialização de alimentos, eliminando os principais pontos de estrangulamento da infraestrutura, da produção industrial e do mercado interno.

A base era a indústria automotiva e o setor energético, que iriam sustentar a economia até a crise mundial do petróleo de 1973.

Villa traz, ainda, a seguinte informação:

Apesar de todos os atropelos políticos, 1969 foi um ano muito bom para a economia. O PIB cresceu 9,5%, a inflação teve uma queda de 25,7% (1968) para 20,1%, as exportações saltaram de US\$ 1,8 bilhão (1968) para US\$ 2,3 bilhões e as reservas internacionais mais que duplicaram em relação ao ano anterior, chegando a US\$ 656 milhões. Esses dados positivos podem explicar a razão de a crise política ter ficado restrita ao aparelho de Estado, sem se espalhar pela sociedade. A economia tinha conseguido, em muitos aspectos, se desvencilhar da política, ter uma dinâmica própria. (VILLA, 2014, p. 169)

O crescimento econômico, a queda da inflação, o emprego, embora contrastassem com o baixo poder aquisitivo dos trabalhadores, marcavam os anos mais duros que culminaram com a prisão de Carlos Lacerda, fiador do golpe de 1964. Costa e Silva fechou várias assembleias legislativas, aposentou compulsoriamente ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e, em nome da Revolução, cassou deputados federais e chegou a fechar o Congresso Nacional. Em síntese, a economia com bons números conseguiu se desvencilhar da política e ter uma dinâmica própria.

Mais do que nunca, era preciso ter símbolos que expressassem o crescimento econômico, a cooperação de todos pelo futuro da nação. Tanto o

Estado quanto a iniciativa privada deveriam encampar a ideia de nacionalismo patriótico e multiplicar esses símbolos, tornando-os populares. A educação era peça fundamental nesse jogo de consolidação da memória e de sentimentalidades:

Havia uma constante insistência na ideia de que a ditadura tinha como objetivo básico dignificar o homem. O seu hipotético ideário de democracia era formulado, também, a partir dessa noção. A educação seria, assim, a instância básica em que a ditadura iria construir esse novo homem supostamente dignificado. A internalização dos valores de não-contestação e não-conflito pelas diversas instituições sociais (empresa, escola, família, dentre outras) objetivava conduzir todos os indivíduos ao conagraçamento total como regime. (REZENDE, 2013, p. 93)

A “ditadura à brasileira” (VILLA, 2014) não investiu no culto à personalidade, mas investiu no nacionalismo patriótico, no culto aos símbolos que evocariam o sentimento de nacionalidade e de pertencimento como forma de combate ao comunismo. A bandeira nacional, o hino nacional, as datas comemorativas cívico-militares passaram a ser enfatizadas e vangloriadas. De outra forma, também os valores considerados fundamentais, aqueles dos bons costumes e do enaltecimento da “família tradicional”.

Na esfera empresarial, cabe ressaltar que o mais importante não era a luta de classes entre patrões e empregados, e sim a celebração de cooperação entre eles.

A construção desses valores só foi possível porque havia uma esfera de pseudodemocracia, o apoio das elites oligárquicas, do empresariado local e internacional e, claro, o apoio dos EUA.

No Brasil, a construção da ditadura não seguiu aquele modelo em que o poder político está centralizado em uma pessoa. Os generais passaram a exercer o poder, ainda que se revezando, mas claramente a serviço de uma classe social. Portanto, o poder do regime no Brasil não emanou de uma pessoa, mas de uma

classe social, o que nos permite afirmar que uma ditadura não necessita da figura clássica de um ditador, de um tirano. O essencial, neste caso, é que o Estado multiplique os valores morais e sociais da classe que se mantém como dominante.

Spindel afirma que

Tanto os regimes totalitários dos países ocidentais quanto os regimes autoritários não passam de formas de governo das quais a burguesia lança mão quando da impossibilidade de aplicação com sucesso, do modelo de democracia formal. Quando a dominação burguesa não tem condições de se estabilizar no quadro de uma democracia, dadas diversas condições históricas e econômicas, ela passa a se utilizar de outros recursos (SPINDEL, 1981, p. 30)

Assim, a democracia burguesa é melhor forma para que a burguesia mantenha seu lugar de dominação dentro da sociedade, mas se isso não for o suficiente, a supressão das chamadas liberdades individuais e coletivas é uma das formas de manter-se no comando das decisões do Estado; por isso, no Brasil do século XX, tivemos intervalos de democracia intercalados com governos de características nitidamente autoritárias.

Esses regimes autoritários cerceiam as liberdades individuais e coletivas em nome da segurança nacional. Não pensam numa ruptura que leve a um novomodelo de sociedade, mas na reafirmação da sociedade existente, em que há a existência controlada de partidos políticos e o partido do governo se resume a um apêndice do poder executivo e os partidos que existem não têm muito poder de decisão política.

Para Spindel,

Ainda que tais regimes tentem, por vezes, mostrar uma aparência democrática (partidos políticos, eleições ainda que indiretas para a maior parte dos cargos políticos, etc.) eles são marcados pelo fato de que as regras do jogo político podem ser redefinidas a qualquer momento, principalmente quando o poder Executivo está enfrentando algum tipo de dificuldade. (SPINDEL, 1981, p. 37)

Por isso, precisamos olhar para a história do Brasil e entender que houve dezessete Atos Institucionais, entre 1964 e 1969, durante o regime militar. Atos editados pelos Comandantes-em-Chefe do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ou pelo Presidente da República, com o respaldo do Conselho de Segurança Nacional, que redefiniam, a qualquer momento, as regras do processo político, de forma a assegurar a firmeza e a hegemonia do poder Executivo sobre os demais poderes da República.

Essa hegemonia objetivava, claramente, a desmobilização das massas populares e sua despolitização e apatia política. Por isso importa que os meios de comunicação em massa sejam controlados e que as mensagens enviadas ao povo, de estabilidade, de ordem e de progresso, sejam claramente disseminadas em busca da manutenção da segurança nacional.

Os grupos hegemônicos tendem a se aproximar das Forças Armadas porque veem ali a possibilidade de manter sua hegemonia. A questão é que os quadros presentes nas Forças Armadas optam por um lado ideológico na sociedade e, em geral, se aliam às elites dominantes (SPINDEL, 1981).

Aqui avançamos ao ponto chave desse capítulo, que é pensar sobre a educação no cenário relatado.

A EDUCAÇÃO NA DITADURA

A educação e a sua cientificidade sempre direcionam e estudam as ações educativas, as diretrizes e os interesses que existem para a construção, em uma sociedade, do seu sistema educacional. Neste campo amplo, percebe-se, sem muito esforço, que ideologia está por trás da política educacional e, dado o tempo histórico, os resíduos ideológicos e as intencionalidades presentes.

Werneck analisa que

O termo educação pode ser entendido de várias maneiras, com vários significados, conforme seus objetivos e funções. Esses significados podem ter o sentido mais amplo até o mais restrito que vão identificá-la com instrução, adaptação ou formação de hábitos. Ao analisarmos a educação como ciência, estamos tornando-a como ato de “criar”, como uma influência deliberada e sistemática visando a um fim escolhido. (WERNECK, 1982, p. 63)

A educação, assim, utiliza a informação e chega à sistematização do conhecimento, mas vai além: permite conhecer o homem e a sociedade sob os aspectos psíquicos, corporais e sociais, e desta forma, quando ocupa outras funções, passa por atos normativos para que se atinja uma finalidade proposta. Não cabe, então, que se desvincule educação de ideologia. Não existe, portanto, educação não-ideológica, neutra ou independente de juízo de valor.

Se admitimos ausência de neutralidade, se admitimos que a normatização do saber envolve ideologia, precisamos considerar que, no Estado, a educação é objeto de disputa. As forças políticas e econômicas que dominam o Estado agem de forma a propor ações pedagógicas que sejam resultantes do seu interesse, dos objetivos materiais ou simbólicos desses grupos, que são os grupos, por assim dizer, mais fortes.

Estabelecer essa relação entre educação, ideologia e classes sociais é muito importante para que possamos entender o que se passou no Brasil após 1964, na elaboração de uma política educacional.

Costa e Silva, ao assumir a presidência com o aval do Alto Comando das Forças Armadas, tinha como projeto de transformação progressiva do ensino público que este fosse pago, introduzindo taxa de matrícula nas universidades, acirrando ainda mais os conflitos e divergências com setores da área acadêmica. De outro lado, os estudantes, mobilizados, entravam em conflito nas ruas com as forças policiais. O interesse do governo era transformar as universidades em fundações, o que provocou greves, prisão de estudantes e a Passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro, em 1968, e posteriormente a intervenção do governo federal na UnB, Universidade Nacional de Brasília.

A educação e a ideologia na educação passavam a ser um problema a ser enfrentado pelo regime militar, com a finalidade de criar uma nova mentalidade, desde o Ensino de 1º Grau, assim chamado à época o Ensino Fundamental, até o Ensino de 3º Grau, como era chamado o Ensino Superior. A educação deveria, mais do que nunca, espelhar a ideologia do regime, o que reflete o seu caráter político.

Werneck considera que,

Pelo sistema educacional, seria reproduzida a cultura e ao mesmo tempo a estrutura de classe na qual se baseava. A função de reprodução da cultura se manifestaria no plano das representações simbólicas, ou seja, da ideologia, e a outra, no da própria realidade social. Sendo essas funções interligadas, caberia ao sistema educacional de modo geral garantir a reprodução das relações sociais de produção, por meio da transmissão da ideologia, além da reprodução das relações sociais de trabalho e de classe. (WERNECK, 1982, p. 73)

Fica claro, para esta autora, que o sistema educacional faz com que a escola cumpra o papel de reprodução cultural e social, na medida em que ela reproduz as relações sociais de produção da sociedade capitalista. Essa reprodução serve, assim, para que se aceite sua sujeição como um fenômeno “natural”.

O que precisamos, então, abordar, para além da questão política e ideológica, é como os militares pensavam numa reforma na educação que atendesse seus anseios de reafirmação do regime.

Começando a pensar nas respostas, vamos lembrar que o Brasil, pós 1964, vivendo no contexto da Guerra Fria, aliou-se e alinou-se aos EUA (CHIAVENATO, 2004). Mais do que uma simples constatação comum, o modelo americano de ensino foi adotado como norte para a educação brasileira, uma vez que a elite brasileira via com bons olhos o “american way of life”, o modelo de vida americano. O poderio capitalista e militar, as universidades de referência e um modelo de educação básica visto pelos militares como modelo de sucesso deveriam inspirar um sistema nacional de ensino: uma reforma urgente, do Ensino de 1º ao de 3º grau.

Para entendermos esse cenário, fomos na fonte do processo, muitas vezes ignorada pelos autores que tratam desse período. Abdicamos de citações de autores renomados que estudaram essa influência dos EUA na educação do Brasil, por meio dos chamados Acordos MEC-USAID, para ir a uma das fontes menos estudadas, o Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento Superior. Explicando: o Ministério da Educação e Cultura do Brasil, MEC, firmou acordos com a United States Agency for International Development (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), mais conhecida como USAID, que é um órgão do governo americano, encarregado de oferecer colaboração à política externa em regime de cooperação com outros países.

Em 30 de junho de 1968, foi publicado o Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento Superior, EAPES, subsidiado pelo Acordo MEC-USAID. Este relatório é a fonte primária para quaisquer estudos sobre os acordos e a visão do regime militar sobre a educação nacional. Mas é bom salientar que a USAID não atuou apenas na educação, precisamos deixar isso claro, mas também na consolidação da Embrapa; atuou, ainda, em tratados de saúde, tráfico de drogas, de pessoas e de armas, entre outros. Todos, claramente, temas de interesse da economia e da política externa dos EUA.

A aproximação educacional entre o governo brasileiro e a USAID começou antes do regime militar, tudo sempre no contexto da Guerra Fria, e teve como foco principal situar o papel da elite burguesa brasileira na formação das juventudes.

A primeira aproximação com a USAID se deu em 1950, ainda com o presidente Eurico Gaspar Dutra, e previa contribuir para um desenvolvimento equilibrado e coordenado dos recursos econômicos e da capacidade produtiva do Brasil. Em 1953, Getúlio Vargas assina um acordo complementar ao de 1950, que se intitulou Acordo sobre Serviços Técnicos Especiais.

De fato, só em 1965 o MEC se aproxima da USAID, com o objetivo de elaborar uma série de planos exequíveis para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior e medidas correlatas, e ainda de criar de um quadro de técnicos em planejamento educacional brasileiro.

Esses planos foram submetidos ao Conselho Federal de Educação e aprovados por meio do Parecer 604/1965, da Câmara de Planejamento.

O que se seguiu foi um longo processo de indicação de nomes, com alguns sendo vetados pelo Regime Militar, que ainda assegurou recursos financeiros para a

elaboração do Relatório. Em 1968, o governo brasileiro, com anuência da USAID/Brasil, resolveu alterar, ampliar e substituir o convênio original, depois de aprofundado estudo, em que ficou patente que nada havia contra os interesses nacionais. Ou seja, a segurança nacional estava garantida.

A desconfiança dos militares brasileiros talvez estivesse na versão inicial do Relatório EAPES, que aponta que

No Brasil, país novo e ainda titubeante na procura dos rumos que o hão de levar a seus destinos gloriosos, é natural que as elites, não suficientemente amadurecidas, encontrem dificuldades maiores e mais rudes obstáculos, a sua difícil tarefa de definir um sentido exato para a evolução mais adequada do nosso processo social e econômico.

Ora, a Universidade — se possui com certeza outras finalidades — tem como uma das suas principais missões a de preparar líderes que sejam capazes de sentir, no turbilhão das aspirações mal definidas do povo, as diretrizes certas que o conduzam pelas estradas luminosas do futuro que merece.

A verdade, porém, é que hoje, em quase todo o mundo, a Universidade não se está mostrando à altura dessa tremenda tarefa. (BRASIL EAPES, 1968, p. 4)

O Brasil, em pleno 1968, com a vigência do AI-5, não iria tolerar nenhuma crítica ao regime ou mesmo à elite. Tanto que o Relatório ainda aponta que só foi possível sua elaboração com consentimento dos militares quando eles expõem que:

- a) o Ministério criará um Grupo Permanente de Planejamento, composto unicamente de educadores brasileiros;
- b) somente às autoridades brasileiras caberá determinar, como sempre, a política e as normas da Educação, aprovar ou não todos os planos elaborados, e executá-los quando aprovados;
- c) o Ministério, através da USAID/Brasil, contratará com instituição norte-americana de alto nível pelo menos quatro educadores para funcionarem na qualidade, e somente nesta qualidade, de Assessores de Grupo Permanente de Planejamento;
- d) o resultado do trabalho não será o produto de apenas um grupo de brasileiros, mas também serão convocados para o debate os professores e os estudantes, os grupos, entidades e organizações do país interessados nos problemas de ensino superior (BRASIL EAPES, 1968 p.16).

Os militares brasileiros possuíam a necessidade de controle sobre as ações de qualquer grupo que atuasse no Brasil. Não havia, pelo visto, um clima de confiança na elaboração de relatórios por parte de técnicos da USAID apenas. Na pauta social, o governo brasileiro necessitava de uma reforma educacional que justificasse o regime e que acompanhasse o crescimento econômico, ora chamado de “milagre”.

A ideia era chamar professores, estudantes, entidades e organizações, mas apenas aquelas alinhadas com o regime militar.

Solucionadas essas arestas com a segurança necessária para dar passos mais adiante, os militares permitiram que, a partir de fevereiro de 1968, a EAPES realizasse diversas reuniões e palestras, todas com a finalidade de analisar os problemas do Ensino Superior e de apresentar recomendações para solucioná-los.

A questão é que o Relatório EAPES segue toda uma filosofia educacional comum ao liberalismo econômico e deposita na educação a condição para o progresso técnico, insistindo que a educação, nesses termos, não precisa ser universitária e nem depende do ensino profissional. A nosso juízo, aposta na educação num contexto desenvolvimentista, que representa um processo social e está longe de ser sinônimo apenas de instrução escolar.

O texto do relatório enfrenta problemas da educação nacional que podemos perceber nos dias atuais, obviamente. A questão em si não é o relatório, mas o estudo dele permite saber a dimensão do desafio da educação brasileira e as opções escolhidas pelo regime militar para enfrentar problemas.

Da mesma forma que havia antes, ainda existem questionamentos sobre os sistemas de ensino e a finalidade da educação, bem como a necessidade de uma formação qualitativa.

O Relatório EAPES afirma:

Tal concepção do ensino foge bastante aos conceitos em voga. A verdade é que existe enorme descontentamento com os sistemas existentes, e por isso se critica tudo, o ensino, os professores, os reitores, a cátedra vitalícia, a desvinculação entre a Universidade e a sociedade. Quase toda a gente se mostra disposta a declarar que o ensino no Brasil, e até no mundo, é obsoleto, anacrônico, ultrapassado, alienado, medieval. E a conclusão é que se impõe uma reforma radical e urgente do ensino. (BRASIL EAPES, 1968, p. 38)

Essa era a deixa para que o Regime Militar traçasse a estratégia de iniciar uma reforma na educação brasileira a começar pelo Ensino Superior, uma vez que o relatório apontou a necessidade de pelo menos 500 mil professores diplomados e no mínimo 320 mil salas de aula para atender, na educação básica, o estimado em 18 milhões de crianças e adolescentes entre 7 e 14 anos de idade. Isso porque o Relatório, além de apontar uma reforma universitária, orientou que, a partir de sete anos de idade, a educação se tornasse obrigatória.

O relatório apontou também a necessidade latente de ampliar o Segundo Grau (Ensino Médio), priorizando, à época, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Espírito Santo, reafirmando a construção de novas escolas. Também demonstrou a necessidade de aprimorar o treinamento de professores para o nível médio em todo o país, inclusive com a ampliação e melhoria de seis Centros de Treinamento de Professores em Ciências, criando novos Centros de Treinamento de Professores de Matérias Técnicas Educacionais, com foco nos conteúdos notadamente industriais, de agricultura, de práticas comerciais, de economia doméstica etc.

Quando necessário, o Estado deveria arcar com a distribuição de bolsas de estudo.

A USAID garantiu vinte cinco milhões de dólares em empréstimos diretamente ao governo federal brasileiro, em anos anteriores a agência havia doado, mas agora, entendendo que caberia a União aumentar o investimento em educação, deveria esta ser a responsável pelo pagamento da dívida (ARAPIRACA, 1982).

O Relatório EAPES aponta a necessidade do ensino gratuito, mas não no ensino superior, apela pela universalização da educação básica, mas questiona a gratuidade e a eficiência das universidades. Aponta, ainda, o domínio de brancos sobre negros e pardos do ensino superior, mas a saída sugerida seria o fim da gratuidade, devendo ser estimulada a criação de faculdades e de universidades privadas:

O ensino poderá ser totalmente gratuito, como já ocorre em alguns países, quando o orçamento nacional o permitir. Nesse dia abençoado todos exigiremos que o Governo assuma a responsabilidade total pela manutenção das Universidades. Lembramos apenas o valor relativo das palavras. Em verdade, nada é gratuito. Alguém paga. Na Inglaterra são gratuitos os serviços médicos, porque a população os paga sob a forma de um imposto, aliás bastante pesado. Na Holanda e na Bélgica os governos têm recursos, vindos dos contribuintes, para manter todas as escolas das diferentes denominações religiosas. Assim, há variedade de escolas, e todas sustentadas pelo Estado, que é afinal sustentado pelo povo. (BRASIL EAPES, 1968, p. 38)

A afirmação do relatório reforça aqui seu espectro de concepção liberal, deixando claro que o estado não deve gastar mais do que arrecada, ainda que seja num setor que o próprio relatório aponta como crucial. O relatório não faz uma análise da situação brasileira de renda, embora tente demonstrar a exclusão por classe, gênero e raça dos níveis superiores de ensino.

Aduz o relatório para a escassez de vagas em cursos profissionais considerados prioritários para o desenvolvimento, sendo que existe a preferência por certos cursos, em detrimento de outros, o que condiciona, segundo o documento, o

crescimento desordenado da rede de escolas superiores. No campo pedagógico, evidencia a ausência de planejamento nas escolas, para utilização dos recursos humanos, instalações e equipamentos, o que gera capacidade ociosa e denota a diversificação inadequada dos currículos para qualificação múltipla conforme as necessidades do mercado de trabalho. Sendo assim, deduz que existe uma deficiência qualitativa do ensino, não raro decorrente do precário sistema de financiamento da entidade escolar e da baixa remuneração do corpo docente.

Nesta fase, dois momentos já se faziam claros: em primeiro lugar, o endurecimento do regime e o controle da educação e das informações, e, em segundo lugar, o investimento na economia com financiamento externo para produzir o “milagre econômico” brasileiro.

Dando início às reformas estruturais na educação, os militares fizeram uma reforma universitária em 1968. A reforma tinha como objetivo amenizar as reivindicações do movimento estudantil, efervescente e resistente, ao passo que legitimava o controle do Ministério da Educação sobre a cúpula das universidades.

Sá Matos (2008) afirma:

No que toca especificamente às universidades, a modernização conservadora significou, no eixo modernizante: racionalização de recursos, busca de eficiência, expansão de vagas, reforço da iniciativa privada, organização da carreira docente, criação de departamentos em substituição ao sistema de cátedras, fomento à pesquisa e à pós-graduação. Algumas dessas medidas vinham sendo defendidas desde o início dos anos de 1960, quando começou campanha pela reforma universitária liderada por estudantes e professores e, portanto, o regime militar se apropriou de projetos em gestação durante o governo Goulart. (SÁ MATOS, p. 31)

O objetivo era racionalizar os recursos e controlar a ação docente, a partir da criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações – AESI, que

forneciam informações aos reitores e tinha como meta vetar opositores ao regime militar dentro das universidades. As AESI eram vinculadas à Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Educação e Cultura (DSI-MEC), que subsidiava o órgão e os militares com as informações necessárias para ação estratégica do ministério contra opositores.

Aqui é preciso lembrar que o “milagre econômico” colocou em xeque a educação nacional e a necessidade de mão de obra qualificada. Como consequência, houve uma ampliação das universidades, inclusive com a implantação de cursos de pós-graduação e uma política voltada para a formação de professores, haja vista que a educação básica também não formava para atender às demandas do mercado.

Ao mesmo tempo, como parte do projeto de nacionalismo ufanista, disciplinas com foco no moral e civismo ganharam espaço nas universidades e na educação básica, como forma de criar, por meio dos símbolos pátrios, a unidade nacional travestida de “amor à pátria”.

NOVA FASE NA EDUCAÇÃO: O PARADIGMA DO “HÍBRIDO FÉRTIL”

A reforma da educação básica do regime militar aconteceu por meio da Lei 5.692/1971, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e do ministro da Educação da época, Jarbas Passarinho (1969-1974).

Passarinho era um militar de carreira, que transitava facilmente nas diversas alas militares, empresariais e políticas. Foi dele a missão de defender as reformas no ensino superior e na educação básica. Ele fora Ministro do Trabalho e da Previdência Social e de lá foi a ocupar o Ministério da Educação.

Sua missão era dar os rumos necessários e precisos para que os militares, enfim, assumissem o controle ideológico e prático da educação nacional.

Foi dele a missão de executar o Decreto 477/1069, que passou a definir as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, bem como as punições a serem aplicadas. Por esse motivo e por ser mais político do que militar, Passarinho ganhou do presidente Emílio Garrastazu Médici o cargo de Ministro da Educação.

Pesou para este fato o célebre Relatório Meira Matos e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária, que apontavam necessidade de reformas ou de controle no processo educacional e de expansão das universidades. O primeiro, de amplo cunho governista, e o segundo, de caráter mais técnico, mas ambos defendendo que um novo modelo de universidade era necessário.

Na verdade, a base para a reforma tinha sido apontada pelo relatório produzido pela EAPES, que apontava os problemas no ensino superior e propunha ações, mas na forma de sugestão. Avançava sobre o ensino superior uma tentativa de educação nos moldes do liberalismo econômico e do modelo estadunidense de educação: o relatório EAPES (p. 183-194) sugere autonomia e heterogeneidade educacional; aumento da capacidade de matrícula no ensino superior; revisão dos currículos e dos exames vestibulares; organização departamental e carreira docente; cursos integrados; uma administração central para aconselhamento vocacional; redefinição do período letivo; cursos de pós-graduação; novas diretrizes de seleção e recrutamento de pessoal no ensino superior; pesquisa científica no tripé Estado-Universidade-Empresa; intensificação dos programas de extensão universitária e atualização do conhecimento; criação de um sistema de aperfeiçoamento financeiro;

criação de uma comissão permanente de assessoramento; o Governo da Universidade e, por fim, o reconhecimento e os serviços oficiais de rádio e televisão.

A importância do ensino superior e sua posição estratégica começou a se desenhar como algo possível para que os militares pudessem arrefecer os movimentos de rua e ao mesmo tempo gerar a mão de obra de que necessitavam.

Aqui que o ministro Jarbas Passarinho ganharia grande destaque, pois coube a ele escolher quais diretrizes do ensino superior seriam implementadas e, ao mesmo tempo, criar uma legislação que produzisse efeitos na educação básica.

Na sua obra “Um Híbrido Fértil” (1996), Passarinho aponta a visão dos militares sobre todo este processo, não deixando de defender o legado dos militares os quais apontaremos a seguir.

O ex-ministro nega o Acordo MEC-USAID e atribui a ele nada mais que um panfleto de esquerda, embora o relatório EAPES mostre como ele foi feito a fim de implantar as reformas no ensino superior. Ele afirma que o MEC-USAID “não passou de um trabalho acadêmico, por sinal valioso como diagnóstico da educação que o Brasil oferecia ao seu povo” (PASSARINHO, 1996, p. 372).

Mas a real intenção de Passarinho era implantar na educação, em especial na educação básica, os valores da Tradição, Família e Propriedade (TFP). A guinada à direita se expressa no discurso claro e objetivo.

Em um dos trechos, a linha conservadora e intervencionista fica bastante clara quando ele narra a troca de cartas com pais de alunos que se queixavam de livros esquerdistas e Passarinho, o político, se vangloriava de opinar que, em algumas obras, ele via com bons olhos tal posicionamento ideológico.

Passarinho em diversos momentos flertou com movimentos estudantis de direita e de esquerda, a fim de chegar ao controle de ambos. Seu lado político superava em muito seu lado técnico militar, por isso era chamado de “híbrido”.

No campo do currículo e educacional, Passarinho se apresenta como o precursor do que conhecemos hoje como escola sem partido, como mesmo ele afirma, ao falar sobre sua posse no MEC:

Quanto à liberdade de cátedra, defendi-a, já no meu discurso de posse. Chamei, entretanto, atenção para que não deveria ser “catecismo” ideológico, mas Raio-X, de formação acadêmica. Por isso, ao falar, logo dois meses após a posse, fui interpelado, em palestra proferida na Escola de Estado-Maior da Aeronáutica, por um jovem major indignado porque lera que eu permitira o estudo de Marx. Retruquei que para combater-lhe o ideário era preciso conhecê-lo, sem, entretanto, permitir o proselitismo. Percebi que só em obediência à disciplina militar o major não se rebelou contra o conferencista, até porque estavam presentes o brigadeiro comandante da Escola e outros oficiais gerais da Força Aérea. A partir deste dia ganhei a admiração, a mim expressada calorosamente, do Diretor do Ensino Superior, um liberal anticomunista, dr. Sobrinho Porto. (PASSARINHO, 1996, p. 376)

Fica demonstrado que a intenção do ministro não é outra se não evitar qualquer tipo de ensino que fosse de natureza marxista, ou que levasse a questionamentos do regime. Demonstra também que setores das forças armadas estavam dispostos, sim, a não permitir leitura e estudos supostamente comunistas, a considerar o contexto da Guerra Fria.

São estes postulados da reforma geral do ensino, que o ministro enviou ao Congresso, como se fosse necessário, conferindo o aspecto de legalidade à participação parlamentar de ampla maioria governista.

A Lei 5.692/1971, que se tornou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, substituta da Lei Nº 4.024/1961, e chegou ao Congresso Nacional como

Projeto de Lei 9/1971 (PLN 9/1971), foi apresentada para uma comissão mista de vinte componentes, de deputados e de senadores. Nesta comissão havia um senador e três deputados do MDB (Movimento Democrático Brasileiro), tido como oposição, e dez senadores mais oito deputados da ARENA (Aliança Renovadora Nacional), governista.

Em regime de urgência, o Projeto de Lei 9/1971 demorou apenas 40 dias para tramitar. Após ser analisado pela comissão mista, foi encaminhado para votação em sessão conjunta do Senado e da Câmara. A discussão e a votação no Plenário do Congresso Nacional ocorreram em um único dia, em julho de 1971. As mais de trezentas emendas foram rejeitadas pela maioria governista.

A mensagem que o ministro da educação, Jarbas Passarinho, envia ao Presidente Médici, em 30 de março de 1971, traz a exposição que se espera da LDB dos militares para a educação nacional. Passarinho (1971) afirma:

Entre os itens do vasto programa de reformas encetado pelo Governo a partir de 1964, acompanhando as transformações profundas que se operam na vida nacional, a Educação tem figurado em posição de especial relevo. Firma-se, por fim, e torna-se cada vez mais nítida a convicção de que precisamente na escola, tomada em sentido amplo, se faz a síntese do econômico e do social para a configuração de um desenvolvimento centrado no Homem e para ele dirigido. (PASSARINHO, 1971, p. 23)

A reforma do ensino básico fez parte de um arcabouço planejado pelos militares: primeiro a reforma do ensino superior, e logo a seguir, do ensino básico.

O vislumbre altivo de Jarbas Passarinho sobre a reforma ganha todo ufanismo nacionalista e notoriedade quando, ainda na mensagem a Médici, ele exalta a reforma:

Agora, Vossa Excelência não proporá ao Congresso Nacional apenas mais uma reforma, mas a própria reforma que implica abandonar o ensino verbalístico e academizante, para partir, vigorosamente, para um sistema educativo de 1º e 2º graus, voltado para as necessidades do Desenvolvimento. E como a educação pré-determina o desenvolvimento, o abandono do ensino propedêutico, pela adoção de um processo que valorize progressivamente o estudante, dando terminalidade à escola de segundo grau, preparando para os técnicos de nível médio de que tem fome a empresa privada como a pública, significa uma revolução, no sentido sociológico do termo: atinge raízes do processo, e em curto prazo. Em uma palavra, é o que Vossa Excelência preconiza: a Revolução da Educação. (PASSARINHO, 1971, p. 34-35)

Uma educação voltada para o desenvolvimento, com a implantação do sistema de 1º e 2º graus, menos propedêutico e com claro objetivo de permitir a terminalidade, seja no nível técnico ou regular, e, na mesma proporção, menos preparatório para o ensino superior. A terminalidade a que se referia o ministro significava que o aluno, ao se qualificar como técnico ou auxiliar, poderia dar por encerrados os estudos e entrar no mercado de trabalho. Embora a reforma do ensino superior tivesse no seu bojo o aumento de vagas, fica bem claro que aos trabalhadores estavam reservados os cursos técnicos de nível médio.

Frente a essas mudanças, os militares esbarraram ao menos em duas dificuldades eminentes: a falta de estrutura e a falta de profissionais habilitados para as funções que a nova LDB exigia, como professores e supervisores escolares por exemplo; havia, ainda, o desafio de garantir o acesso à escola para os alunos de sete a quatorze anos, que deveriam cursar o 1º grau, obrigatório.

As mudanças com a nova lei e seus impactos no ensino serão tratados no capítulo a seguir, porque ela traz ainda uma imersão no campo do currículo e o direcionamento dos conteúdos a serem estudados em cada série do 1º e do 2º grau.

CAPÍTULO 2 – MUDANÇAS NA LDB E NOS CURRÍCULOS MINEIROS NA DÉCADA DE 1970

O debate sobre currículos é objeto de discussão entre os meios educacionais nos âmbitos mais diferenciados, desde as primeiras reformas educacionais ocorridas no Brasil.

A tomada de consciência pelos gestores do Estado, de que o currículo leva à formação de uma consciência crítica e até influencia atos comportamentais, fez com que, no auge da ditadura militar, ainda sob o Ato Institucional Número Cinco (AI-5) promulgassem a Lei 5.692/1971, a nova LDB.

Esta lei trouxe consigo uma ruptura brusca no sistema educacional brasileiro, no sentido de que, por meio da força, impôs um currículo a ser seguido nas escolas de educação básica e, prioritariamente, mostrou a opção do regime pelos cursos técnicos amparados nos sistemas empresariais e industriais, como FIEMG – Federação das Indústrias de Minas Gerais, FIESP – Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, SESC – Serviço Social do Comércio etc.

Assim, enquanto o endurecimento no campo sócio educacional era fortalecido, a meta dos militares era promover uma transição rápida da sociedade até então rural para uma sociedade urbano-industrial, formando, assim, mão-de-obra para atender às necessidades das indústrias instaladas em alguns pontos do país. O discurso de ordem e de progresso foi constante na bandeira brasileira, ainda que tudo ocorresse de forma autoritária, a fim de forçar uma mudança nas relações capitalistas de produção com a fachada da modernização.

Para a educação, assim como para as outras áreas, o importante era garantir a segurança nacional entendida num patriotismo ufanista.

Entende-se, então, a necessidade do controle sobre os currículos escolares.

Durante a ditadura militar, as Universidades e os grupos de discussão sobre educação foram alijados da discussão do projeto de currículo. O que importava era o projeto de educação de abrangência nacional uniformizador de conhecimentos e de práticas, a fim de minimizar possibilidades de reações contra o regime (SAVIANI, 2008).

A “fabricação” dos conhecimentos escolares foi verticalizada e descontextualizada dos saberes e das práticas escolares, uma vez que estavam institucionalizados, prontos e acabados, sem necessidade de discussão, cabendo aos professores a missão de repetir o que já existia.

Entende-se, portanto, que a ditadura militar implantou um currículo hegemônico com o objetivo de sufocar as expressões culturais das minorias, decidindo o quê, quando, onde e como ensinar.

Nascia, assim, uma cultura baseada na meritocracia, que, a fim de cumprir os currículos pré-determinados, passou a classificar os alunos mediante as notas, separando os bons dos ruins. Essa prática é muito comum atualmente, pois avaliar por meio de nota tornar-se-ia a maior forma de atribuir uma medida para a aprendizagem.

Nesta perspectiva, a construção de um currículo nacional pressupôs um plano de ensino definido pelas autoridades para o sistema público e para todo o sistema educacional de forma a ditar as listas de conteúdo, os planos de estudos e os programas de ensino.

Assim, pode-se afirmar que o estado militar retirou das escolas o poder de elaboração do currículo e ditou os conteúdos programáticos a serem desenvolvidos,

bem como as ações pedagógicas para as escolas executarem conforme o comando do poder central, fato que ocorre nos dias atuais mediante a militarização das escolas e a subordinação dos alunos e dos profissionais da educação aos militares, que comandam as escolas como quartéis¹.

Para entender o prejuízo causado às escolas e aos professores, ressalta-se aqui o trabalho desenvolvido pelo professor Antônio Flávio Barbosa Moreira (PUC/RJ), para a série “Um Salto para o Futuro” do MEC, em 2009:

Na escola, o currículo – espaço em que se concretiza o processo educativo – pode ser visto como o instrumento central para a promoção da qualidade na educação. É por meio do currículo que as ações pedagógicas se desdobram nas escolas e nas salas de aula. É por meio do currículo que se busca alcançar as metas discutidas e definidas, coletivamente, para o trabalho pedagógico. O currículo corresponde, então, ao verdadeiro coração da escola. Daí a necessidade de permanentes discussões sobre o currículo, que nos permitam avançar na compreensão do processo curricular e das relações entre o conhecimento escolar, a sociedade, a cultura, a auto formação individual e o momento histórico em que estamos situados. (MOREIRA, 2009, p. 5)

Partindo da condição do currículo como o “verdadeiro coração da escola”, entendemos as causas de mudanças tão bruscas e tão direcionadas ao trabalho escolar.

Na escola dar-se-ia o controle das ações dos professores e da formação da mentalidade dos alunos para alimentar o sentimento de patriotismo, de identidade nacional e de obediência em nome do desenvolvimento do país.

¹ Sobre a militarização das escolas, pode-se, ainda, afirmar que: “Para além desses problemas que extrapolam qualquer tipo de possibilidade de defesa do modelo de militarização, estão em jogo, igualmente, concepções e princípios da educação construídos e consolidados no Brasil ao longo de décadas e positivados na legislação nacional, inclusive na Carta Magna. A imposição de rígidas e inquestionáveis normas disciplinares e de conduta, aceitáveis e cabíveis numa escola militar stricto sensu, onde a hierarquia e a obediência são sua lógica de organização, não cabem liminarmente numa escola pública, pautada por princípios constitucionais insculpidos no seu Art. 206 como, dentre outros, igualdade de condições para acesso e permanência (I), liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento (II), pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas (III), gratuidade de ensino em estabelecimentos oficiais (IV), gestão democrática (VI)”. (MENDONÇA, 2019, p.)

Qualquer movimento contra o regime militar apresentou-se como uma forma de insubmissão ao regime, sendo passível de punições.

No controle de todas essas ações, competiu aos dirigentes escolares, indicados por políticos ligados ao regime, a função de monitorar de que forma as ações pedagógicas eram desenvolvidas no âmbito das escolas.

Não obstante, é mister saber que a burguesia dominante, nas entranhas do poder político e econômico, tem interesse especial nas escolas, nos currículos e na prática docente, como forma de controlar o que se ensina nestas instituições. Nesse sentido, a educação faz parte da lógica desenvolvimentista da “ordem e progresso”. Para tanto, a centralidade das decisões da educação por intermédio da Lei 5.692/1971, a LDB, empoderou o MEC, Ministério da Educação e Cultura, utilizando seu papel normatizador para definir a quê e a quem serviriam as reformas educacionais em curso.

Tendo em vista o afirmado, é relevante notar que Michael Apple, no clássico “Conhecimento Oficial” (1997), adverte que é ingênuo pensar na neutralidade do currículo, já que a forma de administrar a educação e a escola, de controlar o currículo ou a prática docente, reafirmam as escolhas de governo, de acordo com a classe que domina o poder. Essa lógica chegou ao livro didático, que não é o foco dessa dissertação, mas sobre o qual não se pode deixar de dispensar alguma atenção. Apple focaliza os livros didáticos considerando-os como derivados de atividades culturais, políticas e econômicas, bem como de batalhas e acordos. Ou seja, como instrumentos elaborados por pessoas reais, com interesses reais. Acrescenta, ainda, que seus significados e seus usos se definem diferentemente, em meio a conflitos, para diferentes grupos, estudantes e docentes.

Para esse autor, o livro didático vai além da padronização dos conteúdos. Ele trata de opções ideológicas e ao mesmo tempo trata da incorporação de valores e de padrões culturais a serem “ensinados”. O livro confere uma relativa praticidade para o trabalho docente, e se apresenta como um guia aos estudantes, ao apresentar determinada sequência didática dos conteúdos. Não de forma ingênua, posto que reflete também os interesses da classe dominante mediante critérios de seleção e organização dos conteúdos.

Sacristán (2013) afirma:

O papel central que o livro didático assume no desenvolvimento do currículo, seu monopólio da informação ou do conhecimento nas aulas, a dependência que uma parcela importante do corpo docente tem nele, são outros componentes da abordagem reprodutora tradicional (que não é necessariamente tradicionalista). O livro didático se converteu no agente praticamente exclusivo do desenvolvimento do currículo (embora isso ocorra mais em determinados níveis de educação do que em outros). (SACRISTÁN, 2013, p. 31)

Direcionando a discussão para o foco de nossa pesquisa, o ensino de Geografia nas escolas públicas de Minas Gerais passou por uma série de mudanças significativas nos últimos anos e, no início do século XXI, os professores e os pesquisadores da não tão propalada Geografia Escolar têm se desdobrado sobre métodos, técnicas de ensino, conteúdos programáticos e sobre o papel desta disciplina na educação básica.

Do início da década de 1990 até os dias atuais, a SEE/MG publicou nada menos do que quatro cadernos de orientações curriculares para o ensino de Geografia, e todos, com diretrizes que variaram em temas e formas, diziam respeito ao saber, ao fazer geográfico e no que ensinar em Geografia, apresentando, em comum, a prerrogativa de formação de um cidadão crítico e participativo.

Essas mudanças emergiram, em muito, de questionamentos de professores de diversos níveis, mas sempre estiveram atreladas à política de governo e não às políticas públicas, democráticas e coletivas para a educação. Práticas autoritárias como estas ainda são reflexos do autoritarismo político para a educação pública brasileira, implementadas pela ditadura militar que governou o país entre 1964 e 1985.

Ainda que o Estado assumisse para si alguns compromissos reivindicados pelos trabalhadores, faz-se aqui necessário ressaltar e diferenciar política pública de governo de políticas públicas para a educação. A primeira refere-se à implementação de políticas que retratam o pensamento político-ideológico e/ou partidário do grupo no poder que, em dado momento, domina o Estado. Essas políticas nem sempre agregam pensamentos distintos e muito menos as forças contraditórias que formam a sociedade. A segunda são as políticas que emanam do poder estatal, têm sentido de continuidade e tentam oportunizar ao cidadão “igualdade de oportunidades” (LIMA, 2004). Essas políticas, no limite, são tidas como permanentes, ainda que a filosofia dos governantes mude em decorrência das disputas pelo poder e por sua ocupação temporária.

Ciente de que essas políticas se relacionam, Ponce (1994) afirma que “a educação é o processo mediante o qual as classes dominantes preparam na mentalidade e na conduta das crianças as condições fundamentais da sua própria existência” (PONCE, 2004, p. 169). Assim, as políticas de governo sobressaem-se como de interesse público, uma vez que se apregoa que o governo está fazendo o melhor para o povo.

O CURRÍCULO, A LEI 5.692/1971 E SEUS IMPACTOS NA EDUCAÇÃO

A publicação da Lei 5692/71, que foi a LDB dos militares, e a Resolução nº 8 do CFE, de 1971, passou a disciplinar os cursos de licenciatura no país e foi mais além, deu nomes às disciplinas, do Ensino de Primeiro e de Segundo Graus, como eram chamados os níveis Fundamental e Médio respectivamente, tendo instituído a carga horária anual para cada uma delas e ditado o conteúdo programático a ser seguido em cada série.

A resolução CFE nº 8/71 dedica os artigos de 1 a 5 para disciplinar a educação nacional, criando o núcleo comum e uma parte diversificada para a matriz curricular:

Art. 1º - O núcleo-comum a ser incluído, obrigatoriamente, nos currículos plenos do ensino de 1.0 e 2.0 graus abrangerá as seguintes matérias:

- a) Comunicação e Expressão;
- b) Estudos Sociais;
- c) Ciências.

§ 1º - Para efeito da obrigatoriedade atribuída ao núcleo-comum, incluem-se como conteúdos específicos das matérias fixadas:

- a) em Comunicação e Expressão - A Língua Portuguesa;
- b) nos Estudos Sociais - A Geografia, a História e a Organização Social e Política do Brasil;
- c) nas Ciências - a Matemática e as Ciências Físicas e Biológicas.

§ 2º - Exigem-se também Educação Física, Educação Artística, Educação Moral e Cívica, Programas de Saúde e Ensino Religioso, este obrigatório para os estabelecimentos oficiais e, facultativo, para os alunos. (MINAS GERAIS, 1972)

O contexto da promulgação da lei segue uma ordenação de “pacificação social”, imposta pelos militares, da sua afirmação como poder instituído e da necessidade de construção do ideário nacional e desenvolvimentista nos níveis de ensino Fundamental e Médio (antigos Primeiro e Segundo graus, respectivamente).

Notadamente, o desenvolvimento pretendido pelo Estado traz consigo a burocratização e um controle excessivo das políticas públicas e sociais, considerando a nova concepção de nação e de estado imposta.

Como reafirmação disso, Castro (2013) diz:

Deve ser acrescentado que, sendo uma construção política e ideológica que se fez no tempo e no espaço, a centralidade territorial do seu poder decisório foi fundamental para a tarefa de tomar a si a obrigatoriedade de fornecer educação para todos, utilizando o aparato institucional à sua disposição para as exaltações simbólicas do nacionalismo. Disciplinas como a História e a Geografia foram estratégicas nesta tarefa (...) (CASTRO, 2013, p.115)

Com isso, não se pode esquecer, contudo, que o campo do currículo, principalmente o prescrito pelo estado, é um território em disputa, uma vez que sua produção contém significados culturais, históricos, sociais e econômicos os quais, nas circunstâncias em que são tratados, deveriam justificar e serem úteis às políticas dominadoras do estado brasileiro.

A SEE/MG homologou a Lei 5692/71 e a Parecer 853/71 do MEC, por meio da edição especial da Revista do Conselho Estadual de Educação, publicada em abril de 1972. Todavia, olhar para os anos 1970 é um olhar para um país e para um mundo sem a velocidade da internet e dos outros meios de acesso à informação e comunicação atuais. Considerar o tempo gasto para a circulação das informações oficiais e das normatizações da SEE/MG já é um grande desafio; elas não estavam disponíveis, por assim dizer, ao clique do “*mouse*”. E, com certeza, ainda não se conhece o impacto real dessas transformações na prática cotidiana dos professores em sala de aula.

O termo currículo tem origem na palavra latina *curriculum*, cuja raiz é a mesma de *cursus* e *currere*. Contudo, sua concepção, na educação, invoca saberes

mais profundos e relações socioeconômicas com vínculos com a política e com as concepções de estado.

O currículo determinava um território demarcado e regrado do conhecimento, correspondente aos conteúdos que professores e centros de educação deveriam cumprir.

Sacristán (2013) aponta:

O conceito de currículo e a utilização que fazemos dele aparecem desde os primórdios relacionados à ideia de seleção de conteúdos e de ordem na classificação dos conhecimentos que representam, que será a seleção daquilo que será coberto pela ação de ensinar. Em termos modernos, poderíamos dizer que, com essa invenção unificadora, pode-se, em primeiro lugar, evitar a arbitrariedade na escolha de o que será ensinado em cada situação, enquanto, em segundo lugar, se orienta, modela e limita a autonomia dos professores. Essa polivalência se mantém nos nossos dias. (SACRISTÁN, 2013, p.17)

O uso do currículo teve e tem papel decisivo no ordenamento dos conhecimentos ensinados, que em si e por si regulam os conceitos e os agrupamentos do que se aprende e, da mesma forma, de como se agrupam ou se separam os estudantes. O uso do currículo, grosso modo, também possui pressupostos efficientistas, uma vez que, ao padronizar o conhecimento, mede-se o saber das pessoas e mesmo da sociedade. É por isso que o currículo passou, como poder regulador, a estruturar o funcionamento da escola, o tempo escolar e a ordem da aprendizagem. O currículo, por assim dizer, cria o “hábito” e as tradições escolares. E é por essas tradições que parte das pessoas na sociedade mede o sucesso ou fracasso escolar como condicionantes sociais.

Entende-se que o currículo se configura como um “campo de batalha” que reflete outras lutas. Essas lutas espelham a sociedade e suas contradições, porque

se travam no campo da política, da economia, da religião, da cultura e, claro, expressam as relações corporativas. Os currículos são a expressão do equilíbrio de interesses e forças que gravitam sobre o sistema educativo em dado momento.

Dessa forma, é importante retomar algumas conceituações interessantes sobre a questão dos currículos. Goodson (2007) propõe nossa análise inicial, delimitando o conceito de currículo prescrito. Ele aborda a questão de forma a mostrar que a prescrição dos currículos precede a intenção do poder instituído ou de grupos dominantes em ordenar, antecipada e explicitamente, formas de organizar e determinar os tempos escolares, os saberes a serem aprendidos e, ao mesmo tempo, a prática docente.

Goodson (2007) afirma que:

O currículo como prescrição sustenta místicas importantes sobre estado, escolarização e sociedade. Mais especificamente, ele sustenta a mística de que a especialização e o controle são inerentes ao governo central, às burocracias educacionais e à comunidade universitária. Desde que ninguém desvele essa mística, os mundos da “prescrição retórica” e da “escolarização como prática” podem coexistir. Ambas as partes podem beneficiar-se dessa coexistência pacífica. (GOODSON, 2007, p. 242)

Essa “coexistência pacífica” é apontada pelo autor porque direciona o currículo para o campo do controle dos órgãos centrais da educação e, ao mesmo tempo, burocratiza, dirige e controla os professores e sua potencial liberdade nas salas de aula. A ideia de padronização do que se deve ensinar parte da prescrição eficaz do currículo e das ações de controle exercidas sobre os conteúdos e, na ponta dos sistemas educativos, ações de controle sobre as escolas e sobre a prática pedagógica. A forma mais eficaz de se pensar no controle do sistema de ensino é a prescrição do currículo e a criação de órgãos de inspeção e de controle e de mensuração dos padrões que aferem qualidade por meio do que se ensina nas

escolas. Logo, a prescrição propõe também uma sequência didática elaborada de forma verticalizada e não demanda participação dos atores educacionais, apenas o cumprimento das diretrizes em nome da eficiência do sistema e da capacidade de aprendizagem, que deixa de ser individualizada e passa a ser mascarada por padrões elaborados pelos órgãos centrais da educação.

Goodson (2007) dá notoriedade ao interesse das classes dominantes em disputar os currículos, influenciá-los no sentido de garantir se a reprodução da ordem social está bem estabelecida. A prescrição do currículo também é uma forma de controle utilizada para aculturar classes dominadas e, desta forma, estabelecer controle da moral e da moralidade de uma sociedade.

Nesse ponto, é importante ressaltar a questão do sucesso e do fracasso escolar, uma vez que a prescrição verticalizada não considera a individualidade dos alunos, das escolas e a multiculturalidade da sociedade.

Sobre isso, Goodson (2007) reitera que

Grande parte da literatura sobre aprendizagem falha na abordagem dessa questão crucial do interesse, por isso a aprendizagem é vista como uma tarefa formal que não se relaciona com as necessidades e interesses dos alunos, uma vez que muito do planejamento curricular se baseia nas definições prescritivas sobre o que se deve aprender, sem nenhuma compreensão da situação de vida dos alunos. Como resultado, um grande número de planejamentos curriculares fracassa, porque o aluno simplesmente não se sente atraído ou engajado. (GOODSON, 2007, p. 250)

Não compreender essa faceta do currículo, que é a prescrição, é ignorar a ausência de neutralidade que ele possui.

De uma forma mais dura, pode-se tratar a questão considerando que a burguesia sabe demasiado o que faz quando o assunto é a educação e a disputa do

currículo, disputa na qual ela foi precursora por deter os meios de produção e o controle sobre a condição necessária para a sobrevivência dos trabalhadores.

A criação e a recriação dessa hegemonia expressa nas escolas fizeram com que olhares cada vez mais atentos passassem a se dirigir às salas de aula e às práticas dos professores. Isso sintetiza a lógica política do currículo prescrito e suas intencionalidades.

Outra forma de se compreender a dimensão do currículo é o currículo real. O currículo real, ou vivido, é aquele que denota na prática da sala de aula e da escola no seu cotidiano.

E A GEOGRAFIA COMO COMPONENTE CURRICULAR?

Lacoste (1989), em seu texto “Liquidar a Geografia... Liquidar a Ideia Nacional”, faz um debate intrigante sobre o ofício dos geógrafos e dos professores de Geografia. Ele fala sobre os “manuais escolares” (LACOSTE, 1989, p. 36), mas centra uma grande parte do seu discurso nas “mudanças na geografia escolar” (p. 41). Sem fazer menções claras ao termo, aborda a questão do currículo, então chamado de programa, e seus desdobramentos, considerando que, para se entender melhor o mundo, faz-se necessária a interação mais densa entre a Geografia, a História e a Economia-Política.

Trazendo para a realidade ocorrida no campo do currículo, Lacoste (1989) observa que o poder econômico dos editores dos manuais, e aqui se afirma que a linha do Regime Militar foi a mesma, consistiu na redução das disciplinas que passaram a constituir os “Estudos Sociais”, “quase nada” (p. 43), utilizando um “álibi modernista destinado a encobrir essa liquidação” (p. 43).

Os momentos que sucederam ao Golpe Militar (1964) trouxeram à tona os reais problemas sociais brasileiros, fossem eles no campo ou nas cidades, exigindo uma atuação rápida do estado ditatorial para que se operasse o controle dos caminhos da educação no Brasil.

No que tange ao cenário de repressão, via-se a “liquidação da geografia”. Lacoste (1989) faz uma chamada importante sobre a reação dos professores, em defesa da Geografia. O contexto em que ele escreve, para a França em 1978, é outro, mas a citação ecoa fortemente: “Até agora, a reação dos professores de história e geografia foi muito mole” (LACOSTE, 1989, p. 44).

A análise mais refinada dos relatos de professores no Regime Militar brasileiro, no momento da aplicação da Lei 5.692/1971, poderá comprovar, em Uberlândia-MG, em escolas desta época, como os docentes percebiam essa realidade e como ela influenciava seu cotidiano.

O impacto maior das mudanças deu-se, num primeiro momento, na formação dos professores, com a instituição do curso de Estudos Sociais, que habilitava professores para o ensino de Geografia e de História, num período de dois anos. A publicação da resolução 01/72 do CFE, de 17 de janeiro de 1972, no artigo primeiro, alínea “d”, estabeleceu, para o curso de Estudos Sociais, como condição para atuação nas quatro séries finais do Ensino Fundamental, então chamado de Primeiro Grau, a carga de 1200 horas, com no mínimo um ano e meio de duração e no máximo quatro anos letivos.

A resolução não extinguiu, grosso modo, os cursos de Geografia. Segundo a mesma resolução, ainda no artigo primeiro, na alínea “b”, as licenciaturas plenas em

Geografia deveriam ser compostas por, no mínimo, 2500 horas, e seu tempo de duração seria de três a no máximo seis anos.

A classe ditatorial tinha uma preocupação de manter o controle político e ideológico, principalmente no ambiente das universidades, que, apesar das duras repressões, foram centros de desenvolvimento do saber e de uma racionalidade crítica.

A obra de Lacoste (1989) traz uma excelente relação entre a Geografia e o seu uso pela burguesia – que controla o Estado e os seus anseios em dominar e disciplinar a classe trabalhadora e as minorias. Defende também a importância de abolir a ideia de que a “Geografia seja um conhecimento neutro, apolítico, objetivo, edemonstrar sua importância enquanto conhecimento estratégico, enquanto discurso ideológico” (p. 69).

O Regime Militar teve a preocupação de realizar uma Reforma na educação brasileira para desmobilizar e desmantelar uma perigosa fonte oposicionista ao Governo: a Universidade. Em contrapartida, existia uma necessidade de expandir o Ensino Superior para aumentar e melhorar a infraestrutura demandada pela indústria nascente: essa carência esbarrava e era majorada pela falta de verbas destinadas às instituições públicas.

A proposta de um currículo nacional criou uma “obediência mecânica” apoiada pela elite dominante, burguesa e católica, já que propôs o sucesso da educação mediante a padronização e a criação de cursos superiores para a formação de professores treinados para uma geografia esvaziada de aspectos políticos e de aspectos da economia-política. O acúmulo puro e simples do conhecimento ganhou espaço e perdeu a produção democrática do saber.

Vlach (1986) alertou para este fato sócio-educacional:

Tais conteúdos são extraídos do conhecimento, entendido como uma sistematização de verdades que a razão humana logrou obter, através de uma acumulação cada vez maior. Ou seja, o conhecimento é visto apenas como uma resultante, um resultado final; daí sua objetividade e sua neutralidade, pois é como se ele tivesse “caído do céu”, o que explica a sua aparência de coisa natural. (VLACH, 1986, p. 36)

Essas verdades foram traduzidas para a memorização sistemática dos conteúdos, e reiteram o questionamento de Vlach (1986, p. 36) à produção do conhecimento, “o que se produz, para quem/por que, como é produzido”; quando não se pensa sobre esses fatos, ou quando essas questões perdem a relevância, a produção do conhecimento tende a parecer natural, quando, de fato, não o é.

No caso do ensino e da formação de professores, para agilizar a formação docente e minimizar uma possível carência, o Estado Autoritário disciplinou a titulação para os professores da educação básica. A ideia da Lei 5.692/71 foi de instituir a formação para o trabalho, passando, desta forma, a orientar a estrutura e o funcionamento do ensino no Brasil. Esta ideia fica clara quando agrupamos o artigo 30 e seus parágrafos e alíneas, conforme quadro abaixo:

QUADRO 1 – FORMAÇÃO PARA LECIONAR NAS SÉRIES DO PRIMEIRO E DO SEGUNDO GRAUS, MEDIANTE A LEI 5692/71

NO 1º GRAU:	
PARA LECIONAR	FORMAÇÃO NECESSARIA
1 - nas quatro primeiras séries (art. 30, a).	- curso normal
2 - nas seis primeiras séries (art. 30, § 1º).	- curso normal de quatro anos ou três séries e mais um ano de estudos adicionais.
3 - nas oito primeiras séries (art. 30, b)	- licenciatura curta (formação superior)
NO 2º GRAU:	
PARA LECIONAR	FORMAÇÃO NECESSARIA
4 - até a 2ª série (art. 30, § 2º)	- licenciatura curta (formação superior) com acréscimo de mais um ano de estudos adicionais.
NO 1º E 2º GRAUS:	
PARA LECIONAR	FORMAÇÃO NECESSARIA
5 - nos doze anos (considerando a possibilidade de uma 4ª série no 2º grau (art. 30, c)).	- licenciatura plena (formação superior em curso de graduação)

Fonte: SEE/MG - elaborado pelo autor

É obvio que o impacto desse novo curso chegaria às escolas e às salas de aula, pois aí nota-se um dos grandes gargalos da educação e de uma ciência como disciplina escolar: o currículo e a sua execução.

O currículo reúne, em si, diversos tipos de práticas que se entrelaçam numa rede complexa e que geram força na ação pedagógica, e essas ações possuem perspectivas políticas, intelectuais, administrativas, sociais e, até certo ponto, revolucionárias.

O objetivo do currículo destinado aos alunos e aos professores, ou seja, o “currículo em ação” (SACRISTÁN, 2013), passou a ser apresentado aos professores de forma a dar significado aos conteúdos “obrigatórios” para o ensino nas salas de aula.

Não que houvesse, claramente, uma política curricular, mas sim um objeto técnico, na perspectiva meio-fim. O problema central permanece: a relação entre a teoria e a prática e entre a educação e a sociedade.

É certo que a teoria pedagógica científica, assim como o desenvolvimento das ciências, deu-se com a fragmentação do processo educativo.

Assim a chamada “política curricular” tampouco pode ser neutra, pois terá de elucidar a prática, quais os condicionantes políticos a obscurecem, uma vez que prescrevem também os resultados, a instrução e a realização das coisas, ou seja, a práxis dos professores (SACRISTÁN, 2013), com uma ação modelada pelo sistema educacional.

Desta forma, a burocratização organizacional do currículo, amplamente aceita por uma pedagogia, foi imposta aos professores como sua racionalidade prática, e estes esquemas de organização passaram a conduzir os cidadãos para um sistema

produtivo e, pelo menos na teoria, tornando-os prontos para o mercado de trabalho, ou para que, no limite, fossem por ele moldados.

Mais uma vez, sob a égide da “gestão científica do currículo” (SACRISTÁN, 2013), foram estabelecidos mecanismos de eficácia, de controle e de economia da adequação dos meios aos fins. A eficácia dotada de uma grade curricular comum: isso mesmo, grade curricular.

O currículo foi engessado sob a forma de conteúdos e temas a serem ensinados em todas as escolas públicas do país. Quanto ao controle, esse seria feito pelas anotações diárias dos professores conferidas pelos supervisores pedagógicos escolares, os quais tinham, e em muitos casos ainda possuem, a missão de verificar a execução total dos conteúdos programáticos.

Na locomotiva do sistema, o adestramento dos trabalhadores foi imposto com base naquilo que se ousa chamar de “taylorismo educacional”: as tarefas foram divididas de tal forma que as discussões sobre o currículo – o que e como ensinar, o conteúdo programático – passaram a ser definidas por especialistas da educação, e a execução de tudo isso, dentro das escolas, por professores, os quais buscava-se controlar pelos “manuais de ensino”, abstendo aqui de generalizações, grosso modo.

A proposta de um currículo nacional criou uma “obediência mecânica” que, como ideologia, compunha o momento econômico vivido pelo país: o chamado “milagre econômico”.

Isso significava que o país também precisava de um milagre na educação, e que este viria com uma reforma, com o cumprimento rígido das regras impostas pelos militares, que no caso brasileiro era a educação mediante a padronização e a

criação de cursos superiores para a formação de professores treinados para uma Geografia esvaziada de aspectos políticos e de aspectos político-econômicos.

Uma Geografia sem reflexão e disposta, além de defender o “princípio da homogeneidade, o que é desigual” (VLACH, 1991, p. 40), a manter a nova ordem dominante.

Então, Vlach (1991), alerta:

A quem interessa então a ausência de reflexão, senão a um Estado, de classe? Afinal, o discurso sobre os lugares (internos e externos a um Estado-nação) conduz a uma total despolitização, de maneira a não se questionar a expansão (latu sensu) do Estado capitalista. (VLACH, 1991, p. 40)

No ensino da Geografia, essa tendência se consolidou no estudo meramente descritivo das paisagens naturais e humanizadas, sem estabelecer relações entre elas. Os procedimentos didáticos baseavam-se na memorização e na descrição dos elementos e conceitos que compõem a disciplina.

Esta Geografia, segundo Vlach (1991), é utilizada pelo “discurso nacionalista, determinista e positivista” que assinalou, e assinala, a “função patriótica do ensino de Geografia”.

Esta reforma visava esvaziar o poder dos professores, em especial daqueles que não se contentavam com o ensino da Geografia numa metodologia tradicional e acrítica. Alguns já buscavam fazer uma reflexão sobre as relações de força e de poder do lugar. Assim, em virtude da repressão e dos movimentos de resistência, que em razão daquela nasceram, passaram a perceber as relações locais sob novo prisma (MARTINS, 2014).

Santos (1994) afirma que:

O lugar – não importa sua dimensão – é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas. Para isso, é indispensável insistir na necessidade de conhecimento sistemático da realidade, mediante o tratamento analítico desse seu aspecto fundamental que é o território (o território usado, o uso do território). Antes, é essencial rever a realidade de dentro, isto é, interrogar a sua própria constituição neste momento histórico. (SANTOS, 1994, p. 19)

O conteúdo programático de Geografia foi prescrito em uma sequência didática, a qual deveria ser cumprida pelos professores, uma vez que estariam a serviço do Estado, do sistema de ensino, do aparelho escolar e não da Geografia.

Essa Geografia, que tinha faceta de moderna, ficou mais conhecida como Geografia Tradicional, que segundo Vlach (1991), “não colocou em questão os seus próprios fundamentos”. A autora reclama da ausência de criticidade desta Geografia, quando esta se isenta de suas relações com o político, com o econômico, buscando a “mais absoluta neutralidade científica”, preocupando-se com a “instrumentalização da natureza”.

Em que pese o fato de, no início dos anos 1970, a Geografia, como ciência, não discutir suas categorias, e, para não ser anacrônico pelo olhar do presente, vale lembrar que o Estado, em especial o MEC, tinha claro, em seus objetivos, o que se queria com a reforma educacional e a implantação da LDB 5.692/71.

A partir deste fato, ganhou ênfase na grade curricular o ensino de Educação Moral e Cívica e de OSPB, com a missão de levar os educandos ao “exercício consciente da cidadania” (MINAS GERAIS, 1972, p. 28).

Neste aspecto, Martin Lawn (2001) vê a formação de identidades dos professores a serviço da reprodução da ideologia dos grupos dominantes no aparelho de estado, afirmando:

A identidade do professor simboliza o sistema e a nação que o criou. Reflete a “comunidade imaginada” da nação, em momentos em que esta é crucial para o estabelecimento ou reformulação dos seus objectivos económicos ou sociais, tal como se encontram definidos pelo Estado. (LAWN, 2001, p.118-119)

A perspectiva de moldar a identidade dos professores vai ao encontro do projeto de Estado para a educação, que se refletirá na reprodução do discurso oficial, uma vez que, além de simbolizar o sistema, o professor deve ter sua identidade adequada “no sentido de melhor arquitetar a mudança” (LAWN, 2001, p. 119).

Quando o sistema cria uma política e um projeto de educação de massas, em que pese a ausência para a época de temas como a inclusão, dentre outros, faz-se necessário reafirmar a moral e a moralidade, evocando o sacerdócio de ser professor. Ora, tal missão devia ser exercida de forma padrão e com a finalidade de construir o estado que a ensejava, ainda que este ensejo fosse obra dos militares.

Lawm (2001) esclarece que:

Um dos momentos em que o discurso oficial sobre a identidade do ensino é avaliada e redirecionada é quando existe pânico moral acerca das políticas dos professores, o que fazem e o que deixam defazer na sala de aula e na sociedade. A existência de professores que não se adequam às identidades oficiais causa pânico. Da mesma forma, as ideias que os professores têm, e as pessoas às quais se associam, também causam pânico. (LAWN, 2001, p.123)

Não obstante, o controle sobre o exercício, sobre o trabalho dos professores recrudesciu, sendo necessário “policar as fronteiras do seu trabalho” (LAWN, 2001, p. 125). Esse policiamento, quando não presencial, por agentes da polícia política do governo, foi feito pelo controle dos conteúdos a serem ensinados e pela forma de se ensinar.

Nesse sentido, o Estado, ao utilizar a Geografia, ainda que pelo seu esvaziamento de conteúdo, de formas e de saberes, coloca a pensar a multiplicidade das “escalas de visibilidade da política” (CASTRO, 2013, p. 88), que obriga a pensar nas relações entre a política e o espaço, e na qualificação desse espaço político, que são, também, objetos de investigação na Geografia.

Castro (2013) reitera que:

... a Geografia Política analisa como os fenômenos políticos se territorializam e recortam espaços significativos das relações sociais, dos seus interesses, solidariedades, conflitos, controle, dominação e poder. Numa linguagem geográfica, estes espaços podem ser identificados como fronteiras, centro, periferia, guetos, unidades políticas, etc. (CASTRO, 2013, p. 53)

Neste trabalho, essas linguagens são identificadas no campo do currículo e da teoria curricular mediante a publicação da lei 5.692/71, bem como a sua aplicação nas escolas estaduais em Uberlândia, a partir das normatizações da SEE/MG, com foco nos programas curriculares ditados pela SEE e executados pelos professores no início dos anos 1970.

Essas normatizações foram imposições claras no campo do currículo, em torno do qual orbitam discussões sobre definições curriculares e seus desdobramentos práticos, considerados historicamente, pois expressam relações de produção e de poder.

Como não há currículo neutro, em torno deste há disputas ferrenhas, uma luta histórica pelos propósitos da escolaridade. Sobre isso, Michael Young, em seu artigo “Para que serve as escolas” (2007), aponta que esses tensionamentos que permeiam o currículo e a escolaridade baseiam-se nas seguintes questões: “Quem recebe a escolaridade? O que o indivíduo recebe?” (YOUNG, 2007, p. 1292). Tais questionamentos, remetidos aos anos 1970, levam a compreender a lógica do

estado ao massificar a educação e ao definir os conteúdos a serem ensinados nas escolas, uma vez que o conhecimento passa, na escolarização, pela complexidade do currículo.

Young (2007) afirma:

Ao usar a palavra "conhecimento" em termos gerais, considero útil fazer uma distinção entre duas ideias: "conhecimento dos poderosos" e "conhecimento poderoso". O "conhecimento dos poderosos" é definido por quem detém o conhecimento. Historicamente e mesmo hoje em dia, quando pensamos na distribuição do acesso à universidade, aqueles com maior poder na sociedade são os que têm acesso a certos tipos de conhecimento; é a esse que eu chamo de "conhecimento dos poderosos". É compreensível que muitos críticos sociais do conhecimento escolar equiparem o conhecimento escolar e o currículo ao "conhecimento dos poderosos". (YONG, 2007, p.1294)

Pensar que não há uma luta de classes pelo currículo, pela educação e pela escolaridade seria, no mínimo, desprezar a historicidade de projetos de classes sociais.

Se isso não fosse verdade, o Ministro da Educação da época, Jarbas Passarinho, analisando suas frustrações com as mudanças ocorridas no processo de redemocratização brasileira, não teria declarado que

Outra frustração veio a acontecer quando os governos recentes eliminaram do currículo a disciplina que havíamos criado em 1969, também como prática educativa, de Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, bem assim de Estudos de Problemas Brasileiros. (PASSARINHO, 1996, p.407-408)

Passarinho (1996) lamenta ter havido grandes perdas ao povo brasileiro, afirmando que, sob a ditadura, os brasileiros possuíam civismo e que, com redemocratização e a retirada das disciplinas de EMC e OSPB, são "raros os

brasileiros que sabem cantar corretamente o hino nacional, os que sabem como respeitar a bandeira nacional” (PASSARINHO, 1996, p. 410).

O ex-ministro, crítico do leninismo-marxismo, sabia da existência professores com ideologia de oposição ao regime e deixa claro o conhecimento do estado militar sobre isso, ao afirmar que “em quase todas as disciplinas, os marxistas encontravam meios de disseminar suas ideias, confundindo a ‘liberdade de cátedra’ com aquilo que chamou de ‘traição do valor de verdade’” (PASSARINHO, 1996, p. 411)

Não podemos, de forma alguma, embora se tenham passado mais de quatro décadas da publicação da Lei 5.672/71, afirmar que os militares não possuíam conhecimento de causa e que não sabiam como colocar os agentes públicos de estado a seu serviço.

Nos anos 1970, fazia-se questão de se assegurar o controle do currículo, já que a escolaridade dos pobres e da classe trabalhadora estaria plenamente segura ao ser controlada pelo engessamento do currículo e da teoria curricular, pois estes se tornaram questão de Estado.

O controle do Estado sobre a educação reflete eventos históricos de grande importância, como a Guerra do Vietnã, a onda *hippie*, a descolonização afro-asiática, a Guerra Fria etc.

As transformações pós Segunda Guerra Mundial (1939-1945) causaram inquietações no mundo ocidental. A maioria dos movimentos contra a ordem estabelecida empunhava a bandeira do marxismo como alternativa de luta pela justiça social e, na academia, a compreensão do espaço como sendo da sociedade e da natureza, construído histórica e socialmente, dotado de sentidos pela ação dos homens, ganhava terreno na Geografia, configurando a chamada Geografia Crítica.

A chegada do materialismo dialético na Geografia conduz o pensamento àquilo que Young (2007) chamou de “conhecimento poderoso”. Ele afere:

Esse conceito não se refere a quem tem mais acesso ao conhecimento ou quem o legitima, embora ambas sejam questões importantes, mas refere-se ao que o conhecimento pode fazer, como, por exemplo, fornecer explicações confiáveis ou novas formas de se pensar a respeito do mundo. Era isso que os chartistas pleiteavam com seu slogan "conhecimento realmente útil". Também é isso que os pais esperam, mesmo que às vezes inconscientemente, ao fazerem sacrifícios para manter seus filhos na escola. Esperam que eles adquiram o conhecimento poderoso, que não é disponível em casa. O conhecimento poderoso nas sociedades modernas, no sentido em que usei o termo, é, cada vez mais, o conhecimento especializado. Assim, as escolas acabam precisando de professores com esse conhecimento especializado. Além disso, se o objetivo das escolas é "transmitir conhecimento poderoso", as relações professor- aluno acabam tendo características específicas em virtude desse objetivo. (YOUNG, 2007, p. 1294)

Olhar para os textos de época e para as diretrizes do MEC e da SEE/MG faz lembrar Hunt (1992) quando, ao analisar as ações simbólicas dos documentos, retira deles sua inocência e afirma que esses documentos, que foram escritos por vários autores, não são transparentes, possuem diferentes intenções e estratégias e devem ser lidos com base em fundamentos que considerem o processo histórico e toda a conjuntura que lhes é própria.

Em um Estado em que a autoridade prevalece sobre a liberdade, o controle da escola e da escolaridade, do currículo e da teoria curricular, inclusive pela descaracterização da Geografia, via Estudos Sociais, estabelece uma relação clara de dominação dos indivíduos pelo Estado, não apenas por meio da força militar, mas, sobretudo, por meio da escolarização. Goodson afirma:

O currículo prescritivo e o interesse dos grupos dominantes estão imbricados em uma parceria histórica poderosa que estrutura essencialmente o currículo e efetivamente subverte qualquer tentativa de inovações ou reformas. As prescrições fornecem “regras do jogo” bem claras para a escolarização, e os financiamentos e recursos estão atrelados a essas regras. (GOODSON, 2007, p. 247)

A concepção de currículo prescrito (pré-escrito) refere-se àquilo que está determinado nos programas, também à ideologia do currículo e seu “empoderamento” (GOODSON, 2007, p. 250). Ora, se alguém tem o poder de determinar o currículo, este se tornará mecanismo de “reprodução das relações de poder existentes na sociedade” (GOODSON, 2007, p. 243).

É importante dizer que o currículo prescritivo não se refere somente ao currículo que foi escrito como documento oficial, resultante das políticas e das negociações sobre o que deve ser ensinado. Em suas explanações, Goodson apresenta a prescrição também nas marcas específicas da transmissão da cultura, cujas seleções, explícitas e ocultas, marcam o que deve ser aprendido e do que será composta a herança cultural. O currículo como prescrição corresponde à era moderna, na medida em que se refere à história da escolarização e também às tentativas de consolidação das formas do conhecimento nesse período, com suas fortes tintas desenhando a instrução e o ensino.

Além de prescrever, o currículo foi inventado, segundo Goodson (2007) para dirigir e controlar as ações dos professores em sala de aula. O currículo antecede a escola e suas derivações perpassam os saberes e as práticas dos estados e dos professores no que se refere ao ensino, à aprendizagem e à organização de um sistema educativo. Nestes termos, o currículo delineado por intenções relacionadas ao poder e repleto de retórica, tenta legitimar a escolarização, propondo o currículo como fato progressivo, típico do capitalismo, bem ordenado, capaz de aparentar

novidade e “modernidade” com o acréscimo de temas de época, mas que assegurem certa tradição.

Outrossim, Goddson (2008) adverte:

O vínculo entre currículo e prescrição foi, pois, forjado desde muito cedo e, com o passar do tempo, sobreviveu e fortaleceu-se. Em parte, o fortalecimento deste vínculo deveu-se ao emergir de padrões sequenciais de aprendizado para definir e operacionalizar o currículo segundo modo já fixado. (GOODSON, 2008, p. 31)

Para este autor, a disputa pelo currículo ocorreu a partir do momento em que a educação saiu do lar e do ambiente familiar e tornou-se escolar; daí que, no século XIX, os objetivos desta educação eram mais próximos da condição de “adestramento” do que de ensino-aprendizagem. Porém, as intenções de poder não são muito diferentes no século XXI.

A força do academicismo passou a ser cada vez mais presente nas práticas escolares educacionais. O saber culto torna-se valioso e ao mesmo tempo símbolo de progressão nos estudos, mediante a ordenação seriada do sistema de ensino, que facilitava a regulação à intervenção, a definição de realidade e de espaço/tempo, claro, o esquecimento do papel de outros agentes, em geral os de esquerda, pelos burocratas e pelos técnicos que passaram a administrar a educação.

O paradoxo que se busca, nos anos 1970, quando os militares e seus técnicos em educação criaram um conteúdo programático específico para a Geografia, deu-se por meio da introdução dos Estudos Sociais e mesmo da Educação Moral e Cívica.

O conhecimento pronto e acabado, o professor como centro de todo o processo de ensino-aprendizagem, determinados pelo MEC e pela SEE/MG, contrastam com os anseios pautados pela(s) Geografia(s) Críticas(s).

No âmbito curricular, as diferentes teorias sobre currículo se diferenciam de acordo com as ênfases que dão ao conhecimento que deve ser ensinado. "O que ensinar" se constituiu na questão que, em princípio, as teorias do currículo tentaram responder, podendo recorrer a discussões sobre as naturezas humana, da aprendizagem, do conhecimento, da cultura e da sociedade. Concebida pelas teorias tradicionais como uma questão simplesmente técnica, a questão da matriz curricular tornar-se-ia mais complexa na medida em que as teorias críticas e pós-críticas passavam a conceber o currículo como um campo ético e moral (SILVA, 1999). As teorias críticas iriam contestar de forma radical a discussão sobre currículo, que se resumia a discutir as melhores e mais eficientes formas de organizá-lo.

A questão em voga é a de se investigar quais foram as medidas utilizadas pela SEE/MG para adequação à Lei 5692/1971, e como as mudanças curriculares aconteceram na disciplina de Geografia nas últimas séries do Ensino Fundamental. Enfim, é necessário investigar que conteúdos foram selecionados para se ensinar Geografia, quem selecionou tais conteúdos e que ideologia norteava o "currículo oculto". Sobre isso, Moreira (1995, p. 13) questiona: "No caso do currículo, cabe perguntar: que forças fazem com que o currículo aja para produzir identidades sociais que ajudam a prolongar as relações de poder existentes?".

É imprescindível que a tarefa de investigar os currículos oficiais de Geografia em Minas Gerais tenha também um foco histórico, um foco político-econômico, um foco cultural e, no limite, estabeleça a intersecção entre esses "olhares", no sentido de apreender as orientações oficiais e ocultas a que a Geografia foi submetida.

Uma das principais formas de se expandir o pensamento dos militares para os professores era o Informativo MAI de ensino do Estado de Minas Gerais. O exemplar

do Ano I, nº 10, de outubro de 1974, traz abordagens objetivas de como e o quê ensinar na nova disciplina, os Estudos Sociais.

Segundo o Informativo MAI (1974):

A finalidade fundamental dos Estudos Sociais, abrangendo os conteúdos de Geografia, História, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política Brasileira, é a formação do Homem e sua integração na comunidade nacional e mundial como elemento útil a si mesmo e à sociedade em que vive. (Informativo MAI, 1974, p. 9).

Desta forma, o Conselho Federal de Educação inicia uma série de orientações, contidas na Resolução nº 8, de 1971, anexa ao Parecer 853/71, do mesmo Conselho, que oferece uma nova grade curricular e os conteúdos programáticos a serem cumpridos em todo o ensino fundamental (antigo 1º Grau).

Apesar da repressão aos opositores do regime, o Informativo MAI (1975) afirma que:

Uma das principais características dos Estudos Sociais é que eles encorajam o aluno a pensar, a ter iniciativa e qualidade. Torna-se, entretanto, necessário que o professor abandone as limitações impostas pelas paredes da sala de aula e utilize toda a comunidade como exemplo vivo e campo de trabalho vivo. (Informativo MAI, 1975, p. 16).

O incentivo à liberdade de pensamento e de expressão faria com que o campo dos Estudos Sociais se tornasse uma forma “natural” de oposição ao regime militar?

Sobre isso, ainda é cedo para se afirmar algo de concreto, positiva ou negativamente, mas é impressionante como as orientações daquela época se aproximam das que temos atualmente com a junção das disciplinas em áreas de estudos “interdisciplinares”.

Certo é que o ensino da Geografia no Brasil passou por grandes transformações nas últimas décadas, particularmente no que se refere ao currículo oficial instituído pelo poder público, no Ensino Fundamental.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1971, através da Lei 5.692/1971, encerrou o ensino de Geografia como disciplina escolar, outorgando, de forma autoritária, o ensino de “Estudos Sociais”, que também congregava a História como disciplina escolar.

Neste caso, o poder instituído usa os currículos de ensino para formar e informar os estudantes, na medida em que transforma a prática pedagógica da escola e dos professores em objeto de manipulação estatal.

No Brasil, com a tomada do poder em 1964, os militares precisavam se legitimar, enquanto autoridade instituída, e sabiam que algumas disciplinas, como forma de questionamentos da ordem (ou desordem) vigente, mereciam uma atenção especial.

Para tanto, antes que surgissem estudantes e professores que pudessem alavancar uma série de questionamentos, o governo militar promulga a nova LDB (Lei 5.692/1971), que defende obrigatoriamente os seus interesses.

A Lei 5692/1971 é publicada logo após a publicação do Ato Institucional número cinco, conhecido como AI-5, que dava plenos poderes ao governo ditatorial para conter seus opositores. Cabia aos gestores escolares e aos professores cumprir suas determinações.

Essas determinações chegavam às escolas sob a forma de leis, resoluções, pareceres e diretrizes curriculares do Conselho Federal de Educação e do Conselho

Estadual de Educação, que, em sintonia com a ordem vigente, promoviam uma educação para a dominação das massas populares.

Em sua análise sobre a implantação da disciplina de Estudos Sociais, Fonseca (1993) afirma:

O planejamento curricular elaborado fora da escola é instrumento de veiculação do que deve ser transmitido, para que, para quem e como deve ser transmitido. A partir da imposição dos objetivos, os especialistas das Secretarias de Educação orientam a organização dos conteúdos e das atividades (FONSECA, 1993, p. 63)

Paralelamente, ocorriam algumas mudanças no ensino de Geografia, pois,

(...) a partir dos primeiros anos da década de 1970, teve início um movimento de contestação à Geografia tradicional que, na escola, traduzia-se por um ensino nemônico (a famosa “decoreba”), assumido como desprovido de qualquer importância. Por isso mesmo, *pari passu* ao autoritarismo social, também presente nos bancos escolares, grande número de profissionais fazia-se valer, em sala de aula, da autoridade inquestionada dos livros didáticos. (VLACH, 1995, p. 179-180).

Como disciplina escolar, a Geografia brasileira vivenciava um dilema. De um lado, um movimento de contestação à Geografia Tradicional, intitulado Geografia Crítica (LACOSTE, 1988); de outro, o regime ditatorial militar, que cassa o direito da Geografia como disciplina independente. Em parte, foi por isso que a Lei 5692/71 permitiu a existência de cursos de curta duração – a Licenciatura Curta, de dois anos – para habilitação do professor de Geografia para o ensino fundamental.

Nesse contexto, considerando o Estado de Minas Gerais, a política dos governadores, alinhados ao poder central, também estabeleceu mecanismos de dominação via currículo nas escolas públicas.

A Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, SEE/MG apressou-se em se adequar às diretrizes do Governo Federal, instituindo currículos e conteúdos

programáticos para as disciplinas oferecidas pela rede estadual de ensino, de forma a cumprir as deliberações do Ministério da Educação (MEC) e do CFE. Nesse sentido, uma publicação SEE/MG de 1974 afirma:

Considerando as necessidades da era de profundas transformações em que vivemos, torna-se totalmente sem significado continuarmos a encarar a História, a Geografia, a Educação Moral e Cívica e a Organização Social e Política Brasileira como unidades estanques e sem conexão. Há uma necessidade de reformulação de programas, visando colocar o aluno em contato com a rede nacional e a mundial. Não podemos continuar a estudar os conteúdos específicos de Estudos Sociais por meio da divisão estática, incapaz de fornecer ao aluno as condições essenciais e imprescindíveis à compreensão e participação nas mais urgentes e transcendentais tarefas sociais do mundo contemporâneo. (Informativo MAI, 1994, p. 91).

Como se percebe, a SEE/MG “mutilou” o ensino de Geografia, visto que a disciplina perdeu sua autonomia e sua independência curricular por meio da fusão de conteúdos de forma vertical e autoritária, posicionando-se contrária a qualquer revisão de caráter epistemológico, levando a um retrocesso no fazer Geografia como disciplina escolar.

Isso porque, como afirma Coll (1998):

De fato, no currículo, concretiza-se e toma corpo uma série de princípios de índoles diversas — ideológicos, pedagógicos, psicopedagógicos — que, em conjunto, mostram a orientação geral do sistema educacional. Entre outras coisas, a elaboração de um projeto curricular pressupõe a tradução de tais princípios em normas de ação, em prescrições educativas, para elaborar um instrumento, útil e eficaz na prática pedagógica. O currículo é um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica, entre o planejamento e a ação, entre o que é prescrito e o que realmente sucede nas salas de aula. É lógico, portanto, que a elaboração do currículo ocupe lugar central nos planos de reforma educacional e que frequentemente ele seja considerado como ponto de referência para guiar outras atuações (por exemplo, formação inicial e permanente do corpo docente, organização dos centros de ensino, confecção de materiais didáticos etc.) e assegurar, em última instância, a coerência das mesmas. (COLL, 1988, p. 33).

Indubitavelmente esse foi o objetivo da Lei 5.692/1971 e das diretrizes do Conselho Estadual de Educação de Minas Gerais, referendar as normas do Conselho Federal de Educação e, além disso, moldar a educação mineira conforme a condição de “exceção” imposta pelos militares, que se baseava na censura e na perseguição a professores com ideias de esquerda ou contrária ao Regime. Visavam controlar o que ensinar, desde a elaboração dos currículos até a formação dos professores.

O currículo é um processo social que se estrutura historicamente. Não é possível, de uma hora para outra, ignorar todas as experiências passadas. Assim, é preciso investigar que conteúdos são trabalhados nos diversos momentos, sua organização e seleção. Também é importante saber se (e como) os conteúdos trabalhados durante o regime militar interferem na realidade atual.

A importância do estudo dos currículos decorre, entre outros, do fato de que permite entender a seleção dos conteúdos para a Geografia ensinada nas salas de aula, bem como o processo de formação dos professores, a ideologia do grupo social que, no aparelho de Estado, define as políticas públicas no campo da educação. Além do fato de abrir discussões a respeito de desdobramentos, ou não, da educação e do ensino de Geografia durante o regime militar no Brasil contemporâneo.

As revelações dos professores da época mediante seus relatos possuem importância grandiosa para que possamos entender o currículo oculto, ou vivido, e como as imposições curriculares estabelecidas pelos generais impactaram na sua *práxis*.

CAPÍTULO 3 – FALA, PROFESSOR/A: ESPAÇO DE FALA E CONHECIMENTO DOS REGISTROS

Como metodologia da nossa investigação, faremos uso da História Oral. Esta metodologia implica realizar entrevistas gravadas que tenham objetivo de dar voz às pessoas que testemunharam fatos e acontecimentos de determinada conjuntura, modos de vida e aspectos da história que ajudem a elucidar ou mesmo narrar sob determinado olhar ou olhares.

A tecnologia, primeiro com o gravador de voz portátil e hoje com meios digitais, difundiu o uso da História Oral como fonte de pesquisa, e seu uso foi ampliado entre seus adeptos: antropólogos, historiadores, cientistas políticos, psicólogos etc. (FERREIRA, 2012).

O uso dos testemunhos como fonte histórica é algo relativamente novo no campo das Ciências Humanas, e surge como elemento importante por dar voz aos sujeitos da história e sua percepção sobre o cotidiano. Ainda é bastante utilizada para dar voz às minorias, a grupos oprimidos e marginalizados.

Neste aspecto, mais que uma simples entrevista, é preciso que se estabeleça um diálogo que permita que o sujeito da história tenha um lugar de fala e que, além de se gravar o que é falado, se tratem os relatos, e o entrevistado, com o devido respeito.

Sobre isso, Ferreira afirma:

O que se pode perceber, portanto, é que de início a história oral se desenvolveu em grande medida fora da comunidade dos historiadores. Ainda que guardando as especificidades próprias dos diferentes países com suas distintas tradições historiográficas, o fetichismo do documento escrito, a crença na objetividade das fontes e a concentração do interesse nos períodos mais remotos do tempo destinaram à discussão sobre a história oral — ou mesmo apenas

sobre o uso das fontes orais — um espaço bastante restrito no contexto dos debates teórico-metodológicos dos historiadores. (FERREIRA, 2012, p. 323)

Pois bem, utilizar da História Oral possibilita a convivência com testemunhos vivos, com foco nos depoimentos orais, que narrem fatos e acontecimentos, espelham as vivências e não necessitam trazer uma verdade sobre a pesquisa, uma vez que a veracidade não é contada como algo incontestado, e sim como uma fonte adicional à pesquisa já amparada por uma robusta referência bibliográfica.

Ainda importa que a metodologia não seja utilizada como forma de trazer prejuízos aos participantes, porque o objetivo é tão somente dar voz às vivências e às sentimentalidades (FERREIRA, 2012).

São esses relatos de pessoas afetadas pela ditadura militar que possibilitaram a atuação da Comissão Nacional da Verdade, a qual trouxe luz às atrocidades cometidas e ao *modus operandi* no tratamento aos opositores do regime. Isso só comprova que a História Oral é um instrumento que possibilita a construção do conhecimento histórico para que se faça a reflexão historiográfica sobre os fatos, os eventos e sua elaboração interpretativa.

Para Selau,

A memória, apesar de parecer algo estritamente individual, tem por suporte um grupo social, com o qual a mesma é compartilhada, sem realizar uma ruptura entre o passado e o presente porque só retêm do passado aquilo que ainda é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Mas ao mesmo tempo em que essa memória é seletiva e mantida por um determinado grupo, ela também é uma construção, na medida em que está sujeita a flutuações, transformações e mudanças constantes, mediadas pelo presente em que o grupo vive, de modo que a memória é também uma construção do passado e está aberta e em constante evolução. (SELAU, 2004, p. 221)

Ancorados nos pressupostos metodológicos da História Oral, afirmamos que as pessoas que fazem parte de um determinado grupo mantêm suas lembranças, que são pessoais e ao mesmo tempo coletivas. Partindo dessas memórias, podemos construir parte da história com as narrativas de pessoas que, ainda que em espaços diferentes, no caso as escolas, compartilhavam de uma conjuntura em comum: o regime militar, a presença na sala de aula, a formação em Geografia e as relações construídas ao longo dessa formação (SELAU, 2004).

Essa interação, no sentido de ampliar o conjunto de informações sobre um contexto histórico, possibilita uma análise mais rica e consistente deste período e precisa ser revelada como forma de se compreender, pelos relatos, o que acontecia naquele momento.

No nosso trabalho corroboramos com Selau, quando afirma que

No sentido de operacionalizar metodologicamente o trabalho com a produção das fontes orais, uma vez que o pesquisador a partir do momento em que grava a entrevista com seu depoente está produzindo uma fonte, é importante que o pesquisador tenha claro grupo de pessoas que irá entrevistar, ou seja, o grupo que compõe a amostra de sua pesquisa. Depois de selecionado os entrevistados é o momento de proceder a escolha do tipo de entrevista a ser aplicada. (SELAU, 2004, p. 223)

Desta forma, estabelecemos um protocolo de entrevista que permitisse aos entrevistados ter um espaço de diálogo com muita leveza e suavidade, de forma semidirigida, mas que garantisse sua liberdade de expressar seus pensamentos e, por meio deles, sua vivência.

Terminadas as entrevistas, buscamos fazer a transcrição com o cuidado de garantir que elas se tornassem fontes históricas confiáveis, contudo, é preciso ressaltar que mesmo a produção científica, seja com fontes orais ou

materiais/escritas, não é dotada de total inocência. Toda produção tem sua intencionalidade, e isso ocorre desde o objeto de pesquisa até a seleção das fontes. Não existe neutralidade nem mesmo do pesquisador, e assim o objeto histórico torna-se resultado de uma construção.

PROTOCOLO DE ENTREVISTAS

Na nossa metodologia preparamos a identificação dos entrevistados conforme o objetivo da nossa pesquisa. A seguir, elaboramos um roteiro para a entrevista, conseguimos os contatos com os entrevistados, agendamos as conversas no tempo deles e não repassamos o roteiro previamente aos entrevistados.

Para localizar os entrevistados, iniciamos a pesquisa com colegas de profissão da rede pública estadual de Minas Gerais. Nossas conversas se deram no intuito de identificar os professores e as professoras de Geografia que atuaram nas salas de aula nos anos 1970 no município de Uberlândia.

Identificamos seis professores/as, os/as quais serão identificados/as neste trabalho por número, de acordo com a ordem cronológica das nossas entrevistas. Desses seis professores, conseguimos conversar com cinco.

Checamos as informações e procuramos os contatos telefônicos de cada um deles, e então veio a fase mais tensa, a nosso ver, fazer a abordagem inicial e explicar a nossa pesquisa sem cair na possibilidade de indução.

A maioria dos/as professores/as mostraram certo receio de falar sobre o período a respeito do qual dissertamos, mas concordaram em falar se não fossem expostos/as, neste momento.

Foi explicado a cada um deles que as entrevistas seriam gravadas em vídeo, por meio do aplicativo Google Meet, porque os encontros presenciais não poderiam ser feitos em razão da pandemia de COVID-19. As entrevistas estão guardadas sob sigilo legal devido à manifesta decisão dos/as entrevistados/as em não serem expostos/as.

Após os contatos iniciais, preparamos um roteiro básico de entrevistas que motivassem os/as professores/as a compartilhar suas experiências e vivências escolares como professores/as de Geografia.

O roteiro consistia nas onze questões que apresentamos a seguir:

1. Nome completo.
2. Formação inicial.
3. Por que escolheu Geografia?
4. Como se dava o planejamento das aulas e dos conteúdos/pesquisa/livros?
5. Relação/visão sobre Moral e Cívica e OSPB x Geografia.
6. Que materiais utilizava na seleção dos conteúdos?
7. Como era relação com colegas da mesma área?
8. Como era ser professor de Geografia no período citado?
9. Já se sentiu pressionado pelo fato de dar aula do conteúdo de Geografia?
10. Como era a sua relação com alunos?
11. Considerações finais.

Finalizado este processo, iniciamos os agendamentos das entrevistas com os/as professores/as. Nossa dificuldade neste agendamento consistiu em que a maioria não possui domínio de aplicativos de mensagens e tem problemas de conectividade. Mesmo assim, conseguimos fazê-las.

Em respeito ao combinado com os entrevistados e, sugerido pela maioria deles, guardamos sigilo dos nomes e optamos, conjuntamente, em manter o anonimato.

Todos os professores são formados em Geografia, licenciatura plena, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que seria “federalizada” em consequência da Reforma Universitária de 1968 e pela influência dos políticos locais (PRIETO, 2009).

Ao questionarmos aos professores “Por que escolheu Geografia?”, tivemos as seguintes respostas:

PROFESSORA 01:

Iniciei como professora primária e fiz concurso na rede estadual e me tornei professora efetiva, mas já dava aulas como substituta. Fui da primeira turma de Geografia da Faculdade de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. A Faculdade era confessional. O curso foi de Licenciatura Plena, num curso de quatro anos. O curso era particular e a escolha pela Geografia se deu porque já ministrava aulas de Geografia.

PROFESSOR 02:

Fiz curso de Geografia, Licenciatura Plena. Fui da primeira turma de Geografia da Faculdade de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Me interessei logo cedo

pelas Ciências Humanas e fui ser professor porque me apareceu uma oportunidade de ser professor por meio de contrato, mas logo a seguir me tornei efetivo.

PROFESSORA 03:

Eu já lecionava em sala multisseriada com o conhecimento autodidata e depois fiz o Curso Normal (Magistério) em Uberlândia e continuei a dar aula porque faltavam professores. Naquela época era comum médicos e advogados serem professores. Eu era autodidata e sempre gostei de Geografia e então quis fazer a faculdade logo que abriu a faculdade em Uberlândia. Fui da primeira turma de Geografia da Faculdade de Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, em 1969. Lecionei em várias escolas da cidade, sendo que eu e os colegas de turma, a maioria começou a dar aulas antes mesmo de se formar. O curso era de Licenciatura Plena em Geografia.

PROFESSORA 04:

Sou formada e pós graduada em Geografia e fui professora de Geografia por uns vinte anos e mais uns anos fiquei como diretora de escola. No segundo grau eu fiz curso de Normal, de Magistério, que foi com o que eu comecei a dar aula. Como o governo disse que, se a gente fizesse curso superior a gente ia ganhar mais, aí eu fui fazer curso superior. Eu formei na UFU, no meu último ano o curso de Geografia foi federalizado e eu fiz Geografia, licenciatura plena. Eu tinha registro no MEC, se chamava registro 'L'. Ele comprovava que eu tinha curso específico em Geografia e licenciatura plena. Eu nem sei cadê meu registro, mas diploma eu devo ter aqui ainda. Mas eu nem queria ser professora, minha mãe que quis que eu fosse.

PROFESSORA 05:

Meu pai passava muita dificuldade naquela época. Eu estudava no magistério no Colégio das Freiras e ganhei a oportunidade de dar aulas. Eu dava aula no ensino primário. Era muito gratificante dar aula na primeira série porque ao final do ano as crianças chegavam sabendo a ler e a escrever. Mas realmente eu não tinha condições de fazer uma faculdade. Pois bem, então surgiu um boato de que quem tivesse ensino superior o salário ia aumentar muito. Então eu fui fazer Geografia e fui da primeira turma. No começo eram uns cinquenta alunos. Meu nome está lá no departamento, tenho orgulho disso e muita gente desistiu na época. Eu não quis fazer Letras e nem História por que não gostava muito daquilo. Mas eu era professora primária e comecei dar aulas de Geografia à noite em uma escola da cidade de Uberlândia. Quando eu me formei já dava aula e como eu me formei já consegui logo a ter o acesso na carreira para professor de nível 3, deixei de ser professora de nível 1.

Nota-se que esses professores passaram por uma transição da faculdade privada para a para Universidade de Uberlândia, pública, já em 1971(PRIETO,2009).

Pensamos nas aulas desses professores e em como eles planejavam as suas aulas, então também perguntamos: “Como se dava o planejamento das aulas e dos conteúdos/ pesquisa/ livros?” e “Que materiais utilizava na seleção dos conteúdos?”. Vamos às respostas:

PROFESSORA 01:

Os conteúdos lecionados de Geografia partiam de conversas não obrigatórias entre os professores. Tínhamos as diretrizes do Estado, mas o material era produzido

pelos professores, que estudavam para preparar o material a ser usado. Eu não permitia alunos sem atlas, fazia uso de mapas na sala e o texto dos livros. Os alunos eram responsáveis pela aquisição do livro didático. O governo não fornecia. Havia os Exames de Admissão para selecionar os alunos que iam estudar na escola. O livro mais usado era do professor Davi Marcio² e, logo depois, o livro foi alterado porque haviam coisas que não podia constar nos livros.

PROFESSOR 02:

Naquela época não havia muita fonte de informações. O material para as informações eram os livros e as enciclopédias, dentre elas a BARSÁ e a DELTA. Fazíamos reuniões de área em que pensávamos no material para os alunos, mas as orientações vinham do Estado. O que tinha que trabalhar durante o ano vinha determinado e os professores, por meio desta prescrição, faziam o plano de aula.

PROFESSOR 03:

Nós pesquisávamos em livros didáticos e usávamos muito a Enciclopédia BARSÁ e a TECNIRAMA. O Estado mandava pouco material pronto e às vezes mandava algumas provas, mais do ensino primário. Mas procurávamos seguir o roteiro com o conteúdo a ser lecionado para os alunos. Com a chegada do livro didático, passamos a seguir o livro. Alguns alunos que podiam comprar o livro, usavam, e muitos nem tinham o livro. Para facilitar para os alunos, bem no começo passava o conteúdo no quadro e depois com o mimeógrafo e teve uma pequena 'revolução'.

² David Márcio Santos Rodrigues foi diretor-geral, por vários mandatos, do Instituto de Geociências Aplicadas (IGA), autarquia do Governo de Minas Gerais. Também foi presidente do Conselho Curador da Fapemig e escreveu vários livros didáticos da área de Geografia, como **Geografia do Brasil**, **O espaço geográfico de Minas Gerais: uma visão cartográfica** e **O mundo em suas mãos** – o Planeta Terra.

PROFESSORA 04:

Eu toda a vida eu fui mais a favor da Geografia Política e Econômica. Eu assinei a Folha de São Paulo desde sempre. Meus filhos usaram muito. Essa Geografia é a que movimentava o país. A gente acessava demais a BARSÁ e a DELTA, mas o jornal ajudava muito. Eu quando fui diretora abri uma grande biblioteca porque educação sempre esteve na minha veia. Eu usava mimeógrafo, era muito sofrido. Às vezes a pessoa que ia rodar bagunçava tudo, era muito difícil, mas a gente batalhava. Os alunos não tinha muito acesso, mas a gente dava jeito. Eu nunca levei muito jeito para escrever no quadro. Uma vez fui dar aula no noturno, na quinta série, e tinha muitos meninos que nem sabiam ler. E eu trabalhava muito nisso: alfabetizar e dar aula de Geografia. Mas com te falei eu assinava a Folha de São Paulo e levava para a escola, mas agora eu cancelei. Eu sou de direita, e teve um dia que me ligaram aqui em casa para eu voltar a assinar a Folha e eu falei que não quis porque eles passaram a mudar os assuntos. Ah! Eu assinei enquanto os meus filhos precisavam para se formar. Agora os assuntos da Folha não me interessam mais. Eu sou tiete de educação. O aluno junta a letra, mas muitos não codificam.

PROFESSORA 05.

Quando nós preparávamos as aulas usávamos material que tínhamos da faculdade. Usávamos o livro do Davi Márcio como referência na preparação das aulas e dos planos de aulas. Na quinta série dávamos introdução a Geografia, clima, relevo, hidrografia etc. Na sexta série eram as regiões do Brasil. Na sétima série os continentes, principalmente a América, e na oitava série eram conteúdos mais gerais da Geografia e a Europa também.

Eu não usava muito a BARSA, queria muito ter em casa. Muitos alunos já tinham livros e alguns a escola comprava para que pudéssemos levar para a sala de aula e ao final os alunos devolviam. Mas logo a secretaria começou a padronizar tudo e a Superintendência começou a fazer encontros para a gente preparar e planejar as aulas de acordo com o que eles queriam.

Como a secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais passou a enviar para as escolas a prescrição dos conteúdos, é muito importante que compreendamos a diferença entre aquilo que foi prescrito para o componente curricular de Geografia e o que foi lecionado efetivamente pelos professores, ou, pelo menos, o que efetivamente foi por eles registrado.

Os três professores relataram que seguiam aquilo que vinha do Estado e que eles se reuniam para preparar o material. Desta forma, a consulta aos diários da época também revelam, de certa forma, como esse conteúdo chegava aos alunos.

Em 1974, a SEEMG, tendo em vista as orientações já relatadas pelo então Conselho Federal de Educação, publicou orientações metodológicas e a sequência didática dos conteúdos que os professores deveriam cumprir em sala de aula.

As orientações para a Geografia escolar foram tornadas públicas no número 10 do Informativo MAI de Ensino do Estado de Minas Gerais, no mês de outubro de 1974, com o título “Estudos Sociais: Programas de Ensino de 1º e 2º Graus”.

Considerando que este foi um episódio novo, buscamos as informações nas escolas estaduais que tinham turmas de quinta a oitava série, à época, para entender como os professores procederam aos registros de suas atividades escolares e, em especial, dos conteúdos.

Até porque devemos lembrar, conforme Colesanti (1984), que era bem comum que os professores seguissem os programas de ensino do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, ou os livros didáticos.

A Secretaria de Estado de Educação assumiria, assim, o papel centralizador da informação e da prescrição do currículo e da sequência didática que deveriam ser seguidos.

A nova cartilha trazia orientações metodológicas e sugestão de atividades para os professores realizarem em sala de aula.

Importante lembrar que esta visita e a busca de documentos foram devidamente autorizadas pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, por se tratar de objeto público de pesquisa acadêmica.

Solicitamos visita às escolas estaduais “13 de Maio”, “Amador Nunes”, “Professor Ederlindo Lannes Bernardes” e “Doutor Duarte Pimentel de Uilhôa”, todas localizadas em Uberlândia/MG.

Na EE Doutor Duarte Pimentel de Uilhôa, não conseguimos registros dos diários de classe, porque a escola teve sua ala de arquivo incendiada no ano de 1987, segundo a diretora escolar.

Na EE Bueno Brandão, não foi possível localizar nenhum documento, porque a escola estava em reforma e parte do arquivo estava sem nenhuma organização, e nem diretor e nem funcionários do setor administrativo conseguiram localizar os diários de classe.

Na EE Ederlindo Lannes Bernardes, o arquivo escolar estava intacto, acondicionado em caixas de arquivo, separado por ano civil e por ano de escolaridade (série), assim como os arquivos da EE 13 de Maio. Portanto, utilizamos

os arquivos dessas duas escolas para estabelecer a comparação entre o currículo prescrito e o que efetivamente foi levado à sala de aula.

A Escola Estadual Professor Ederlindo Lannes Bernardes iniciou suas atividades em 15 de fevereiro de 1967, à Rua Cesário Alvim, nº 3840, com a denominação de Escolas Combinadas do Bairro Popular, de acordo com publicação no Diário Oficial do dia 24 de fevereiro de 1967.

A partir de 1976, foi autorizada a extensão de 5ª a 8ª série, alterando a denominação para Escola Estadual Professor Ederlindo Lannes Bernardes, conforme resolução nº1970/76, publicada no MG de 17 de março de 1976.

A EE 13 de Maio foi criada pelo Decreto nº 6.556 de 13/04/62, publicado no Diário Oficial de Minas Gerais de 05/05/1962, quando se chamava Grupo Escolar “13 de Maio”, e de 09/02/1973, pelo Decreto nº 15.249, publicado no “Diário de Minas Gerais” – página 07, colunas 2 e 3, segundo o qual foram anexadas as quatro últimas séries do 1º grau, hoje Ensino Fundamental II, que corresponde do 6º ao 9º ano.

Um outro fator que pesou na escolha dessas duas instituições foi o fato de nossos entrevistados terem feito referência a essas escolas.

O arquivo de diários desses anos é uma das formas possíveis de se entender como os professores cumpriram aquilo que lhes foi prescrito.

Como assinalamos, em algumas escolas já não foi mais possível o acesso aos diários devido ao atual estado de conservação dos documentos, ou mesmo nos casos em que a escola, naquele ano, não ofertou a série de escolaridade em questão.

QUADRO 2: RELAÇÃO CONTEÚDOS PRESCRITOS PELA SEE/MG (1974) X RELAÇÃO DE CONTEÚDOS REGISTRADOS PELOS PROFESSORES NOS DIÁRIOS DE CLASSE – 5ª SÉRIE DO 1º GRAU (1976/1977)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PRESCRITO PELA SEE/MG/1974 - 5ª SÉRIE	CONTEÚDO REGISTRADO PELOS PROFESSORES NOS DIÁRIOS 5ª SÉRIE						
	EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES		EE 13 DE MAIO			EE AMADOR NAVES	
	1976	1977	1975	1976	1977	1976	1977
A – O ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO							
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS	1976	1977	1975	1976	1977	1976	1977
1. O homem e a conquista do espaço	Cumprido	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Cumprido	Sem registro	Sem registro
2. O Brasil no mundo	Cumprido	Cumprido	Sem registro	Diário não localizado	Cumprido	Sem registro	Sem registro
3. O quadro físico e os recursos naturais do Brasil	Cumprido	Cumprido	Sem registro	Diário não localizado	Cumprido	Cumprido	Cumprido
3.1 Relevo, clima, vegetação							
3.2 O litoral							
3.3 Rede hidrográfica							
4. A expansão da População e a Rede Urbano	Cumprido	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Sem registro	Sem registro	Sem registro
4.1 O crescimento no século atual e suas conseqüências							
4.2 A população rural							
4.3 A população urbana							
5. A Paisagem Agrária e a Expansão Pecuária	Cumprido	Cumprido	Sem registro	Diário não localizado	Sem registro	Sem registro	Sem registro
5.1 A fase inicial da agricultura							
5.2 A expansão da pecuária							
5.3 Situação governamental nas atividades agropecuária							
6. As Reservas Minerais	Cumprido	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Sem registro	Sem registro	Sem registro
6.1 O aproveitamento dos recursos minerais							
6.2 A produção mineral e a indústria de base							
6.3 O Petróleo							
6.4 O quadrilátero ferrífero							
6.5 Os minerais atômicos							
6.6 Os grandes projetos do governo							

7.	O Desenvolvimento Industrial							
7.1	As bases da implantação da mão de obra							
7.2	Os recursos energéticos	Sem registro	Sem registro	Cumprido	Diário não localizado	Sem registro	Sem registro	Sem registro
7.3	A indústria de base							
7.4	As indústrias de bens de consumo							
7.5	Perspectivas da industrialização no Brasil							
8.	Transportes, Comércio e Comunicação							
8.1	Dificuldades na implantação da rede de transportes							
8.2	O sistema ferroviário	Sem registro	Sem registro	Cumprido	Diário não localizado	Sem registro	Sem registro	Sem registro
8.3	A navegação							
8.4	O sistema aéreo e a sua expansão							
8.5	Rede de transportes e atividades comerciais							
8.6	Ampliação das exportações							
8.7	A rede brasileira de telecomunicação.							
9.	Perspectivas de Desenvolvimento Nacional							
9.1	O Plano Nacional de Integração							
9.2	Os planos regionais de desenvolvimento	Sem registro	Sem registro	Sem registro	Diário não localizado	Sem registro	Sem registro	Sem registro
9.3	Posição do Brasil no quadro econômico latino-americano							

Fonte: elaborado pelo autor.

QUADRO 3: RELAÇÃO CONTEÚDOS PRESCRITOS PELA SEE/MG X RELAÇÃO DE CONTEÚDOS REGISTRADOS PELOS PROFESSORES NOS DIÁRIOS DE CLASSE – 6ª SÉRIE DO 1º GRAU (1975/1976/1977)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PRESCRITO PELA SEE/MG/1974 - 6ª SÉRIE		CONTEÚDO REGISTRADO PELOS PROFESSORES NOS DIÁRIOS 6ª SÉRIE						
		EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES		EE 13 DE MAIO			EE AMADOR NAVES	
A – O ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO		1976	1977	1975	1976	1977	1976	1977
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS								
1.	Necessidade de uma Integração Regional							
1.1	As grandes diferenciações do desenvolvimento regional	Sem registro	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Cumprido	Cumprido	Cumprido
1.2	A nova divisão regional							
1.3	As planificações regionais e a participação do Governo							
2.	O Sudeste Desenvolvido							
2.1	Apresentação e quadro físico							
2.2	Características da população							
2.3	As grandes áreas agropecuárias	Cumprido	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Sem registro	Cumprido	Sem registro
2.4	As bases da industrialização							
2.5	A organização urbana							
2.6	A expansão do sistema de transportes							
2.7	A rede de transporte							
3.	Região Sul							
3.1	Apresentação e quadro físico							
3.2	A originalidade do povoamento							
3.3	As grandes áreas agropecuárias	Cumprido	Sem registro	Cumprido	Diário não localizado	Sem registro	Cumprido	Cumprido
3.4	O espaço agropastoril							
3.5	A expansão industrial							
3.6	O quadro urbano							
3.7	A rede de transporte e o comércio							
4.	Novo Nordeste							
4.1	Apresentação e quadro físico							
4.2	Crescimento e distribuição da população							
4.3	As principais áreas econômicas							
4.4	Os recursos minerais	Cumprido	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Cumprido	Sem registro	Sem registro
4.5	Os recursos energéticos							
4.6	A recuperação econômica do Nordeste							
4.7	A formação de uma estrutura urbana							
4.8	O Arquipélago de Fernando de Noronha							

5.	A função pioneira da Região Centro-Oeste							
5.1	Apresentação e quadro físico							
5.2	Ocupação e expansão da população							
5.3	Os recursos naturais e o extrativismo							
5.4	Agropecuária							
5.5	Agropecuária							
5.6	Os centros urbanos, os meios de transporte e comunicação							
5.7	A função de Brasília							
		Sem registro	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Cumprido	Cumprido	Cumprido
6.	A Região Norte							
6.1	Apresentação e quadro físico							
6.2	A originalidade da bacia amazônica							
6.3	Distribuição da população							
6.4	As atividades agropastoris e o extrativismo							
6.5	A fragilidade da rede urbana							
6.6	O sistema de transportes e comunicação							
6.7	A SUDAM e a SUFRAMA – Perspectivas atuais							
		Cumprido	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Cumprido	Cumprido	Cumprido

Fonte: elaborado pelo autor.

QUADRO 4: RELAÇÃO CONTEÚDOS PRESCRITOS PELA SEE/MG X RELAÇÃO DE CONTEÚDOS REGISTRADOS PELOS PROFESSORES NOS DIÁRIOS DE CLASSE – 7ª SÉRIE DO 1º GRAU (1976/1977)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PRESCRITO PELA SEE/MG/1974 - 7ª SÉRIE		CONTEÚDO REGISTRADO PELOS PROFESSORES NOS DIÁRIOS 7ª SÉRIE						
A – O ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO		EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES		EE 13 DE MAIO			EE AMADOR NAVES	
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS		1976	1977	1975	1976	1977	1976	1977
1.	Visão inicial do Planeta Terra							
1.1	A História Geológica da Terra	Sem registro	Sem registro	Cumprido	Diário não localizado	Cumprido	Escola não ofereceu esta série neste ano.	Cumprido
1.2	Estrutura atual da crosta terrestre							
1.3	As grandes áreas continentais							
2.	O Espaço Geográfico Europeu							
2.1	Apresentação do quadro físico	Cumprido	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Sem registro	Escola não ofereceu esta série neste ano.	Sem registro
2.2	A complexidade de sua população							
2.3	A tentativa de uma unificação política e econômica							
2.4	A organização das áreas de desenvolvimento							
2.5	Integração e desenvolvimento							
3.	Integração e desenvolvimento da América Latina							
3.1	Apresentação e quadro físico	Cumprido	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Cumprido	Escola não ofereceu esta série neste ano.	Cumprido
3.2	Evolução e expansão populacional							
3.3	Agropecuária							
3.4	A industrialização e o comércio							
4.	A América Anglo Saxônica							
4.1	Apresentação e quadro físico	Cumprido	Cumprido	Cumprido	Diário não localizado	Cumprido	Escola não ofereceu esta série neste ano.	Cumprido
4.2	População e conquista do território							
4.3	Os Estados Unidos							
4.3.1	Fatores básicos da Industrialização							
4.3.2	A rede de transportes e o comércio interno							
4.3.3	O desenvolvimento urbano							
4.4	O Canadá – Aspectos físicos e econômicos							

5.	A URSS							
5.1	Apresentação e quadro físico	Cumprido	Cumprido	Sem registro	Diário não localizado	Sem registro	Escola não ofereceu esta série neste ano.	Sem registro
5.2	A conquista do território							
5.3	A distribuição atual da população							
5.4	Aspectos da economia socialista							
6.	Ásia e Oceania							
6.1	Apresentação e quadro físico	Sem registro	Sem Registro	Sem registro	Diário não localizado	Sem registro	Escola não ofereceu esta série neste ano.	Sem registro
6.2	Os grandes problemas sociais e econômicos							
6.3	As tentativas para o desenvolvimento industrial: o exemplo japonês							
6.4	O subdesenvolvimento industrial							
6.5	A China atual							
6.6	Os grandes arquipélagos							
6.7	Austrália e Regiões Polares							
7.	A África							
7.1	As grandes paisagens naturais	Sem Registro	Sem Registro	Sem registro	Diário não localizado	Sem registro	Escola não ofereceu esta série neste ano.	Sem registro
7.2	Os problemas de uma população heterogênea							
8.	A unificação política e econômica do continente							

Fonte: elaborado pelo autor.

QUADRO 5: RELAÇÃO CONTEÚDOS PRESCRITOS PELA SEE/MG X RELAÇÃO DE CONTEÚDOS REGISTRADOS PELOS PROFESSORES NOS DIÁRIOS DE CLASSE – 8ª SÉRIE DO 1º GRAU (1976/1977)

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO PRESCRITO PELA SEE/MG/1974 - 8ª SÉRIE	CONTEÚDO REGISTRADO PELOS PROFESSORES NOS DIÁRIOS 8ª SÉRIE						
	EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES		EE 13 DE MAIO			EE AMADOR NAVES	
	1976	1977	1975	1976	1977	1976	1977
A – O ESPAÇO GEOGRÁFICO BRASILEIRO							
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS							
1. O Espaço Natural	Cumprido	Cumprido	Escola não ofereceu esta série nesse ano.	Diário não localizado	Cumprido	Escola não ofereceu esta série neste ano.	Escola não ofereceu esta série neste ano.
1.1 As grandes paisagens naturais							
1.2 O mundo tropical							
2. O Espaço Geográfico e o Homem	Cumprido	Cumprido	Escola não ofereceu esta série nesse ano.	Diário não localizado		Escola não ofereceu esta série neste ano.	Escola não ofereceu esta série neste ano.
2.1 Formas de aproveitamento dos recursos naturais							
2.2 O homem como modificador da paisagem							
3. O aproveitamento do espaço	Cumprido	Cumprido	Escola não ofereceu esta série nesse ano.	Diário não localizado	Cumprido	Escola não ofereceu esta série neste ano.	Escola não ofereceu esta série neste ano.
3.1 Organização atual do espaço							
3.2 Agricultura tropical							
3.3 Atividades industriais e exploração metropolitana							
4. Problemas do mundo contemporâneo	Cumprido	Cumprido	Escola não ofereceu esta série nesse ano.	Diário não localizado	Cumprido	Escola não ofereceu esta série neste ano.	Escola não ofereceu esta série neste ano.
4.1 A diversidade de sistemas econômicos							
4.2 A explosão demográfica							
4.3 O problema da alimentação, abastecimento e educação							
4.4 Transportes e comunicação							
4.5 Comércio internacional							
5. Perspectivas e Implicações Econômicas das Conquistas Espaciais	Cumprido	Cumprido	Escola não ofereceu esta série nesse ano.	Diário não localizado		Escola não ofereceu esta série neste ano.	Escola não ofereceu esta série neste ano.
5.1 O desenvolvimento tecnológico							
5.2 O levantamento dos recursos naturais							
5.3 A rede meteorológica							
5.4 As comunicações							

Fonte: elaborado pelo autor.

A nossa pesquisa nas escolas aponta para o fato de a decisão da SEE/MG, de unificar e prescrever o currículo oficial para as escolas, ter funcionado embora nem todo o conteúdo previsto tenha sido executado pelos professores em sala de aula.

O currículo, agora oficial, passa a orientar e a organizar o percurso do aluno, dentro do componente curricular, e mesmo a ação docente.

Esse currículo homogêneo reza a força do modelo educacional com base na política de governo que busca sua definição curricular, fazendo prevalecer a lógica política e econômica sobre a social.

Conforme Sacristán (2013, p. 111), “o currículo comum contido nas prescrições da política curricular supõe a definição das aprendizagens exigidas a todos os estudantes e, portanto, é homogêneo para todas as escolas”. Foi exatamente isso que conseguimos constatar ao observar que os professores deveriam seguir um manual direcionado e centralizado.

Mais que um currículo, o que foi prescrito aos professores e para as escolas foi um Projeto Curricular, fato novo e, a julgar pela revista que o tornou público, algo oriundo dos estudos e orientações do MEC/USAID.

Goodson assevera que

O currículo escrito não passa de um testemunho visível, público e sujeito a mudanças, uma lógica que se escolhe para mediante sua retórica, legitimar uma escolarização. Como tal, o currículo escrito, promulga e justifica determinadas intenções básicas de escolarização, à medida que vão sendo operacionalizadas em estruturas e instituições. (GOODSON, 1995, p. 21)

O currículo ganhou a lógica da produção com a publicação do Projeto Curricular Nacional, o que nos possibilita conceituá-lo, na teoria e no método, como fordismo curricular.

O fordismo curricular demanda que os alunos aprendam determinados conteúdos em cada ano/série de escolaridade em escala evolutiva, sempre do menor para o maior. Que seu tempo de aprendizagem e a qualidade de sua aprendizagem sejam determinados por avaliações contínuas, sejam elas qualitativas, quantitativas ou diagnósticas. Eles precisam cumprir requisitos de aprendizagem previamente definidos, e os professores, formados para esta finalidade, precisam repassar os conteúdos segundo o Projeto Curricular Nacional estabelecido pelo Estado.

A linha de produção do conhecimento passou a ser nada mais do que o cumprimento de sequências didáticas concatenadas, ditadas pela entidade mantenedora, SEE/MG, divulgadas por um por órgão de estado, diário oficial ou informativo e, agora, ordenando que os professores cumprissem o que lhes fora determinado.

Não obstante, ao analisar os quadros com os conteúdos prescritos pela SEEMG e os registros dos professores, fica claro que, nos primeiros anos da publicação dos conteúdos programáticos, os professores ainda não estavam em sintonia com eles. Mas, quando observamos os registros a partir de 1977, percebemos que já existe um alinhamento maior ao currículo oficial.

Assim, devemos lembrar que os meios de transporte e de telecomunicação existentes no Brasil e no mundo em nada se assemelham aos que temos atualmente. Logo, a circulação das informações não era instantânea como a de hoje.

A padronização dos currículos é algo que se tenta até os dias atuais, como podemos perceber com a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, e suas competências e habilidades, que nada mais são do que parte desta grande obra de engenharia chamada de Projeto Curricular Nacional.

Soares afirma que

A crença de que o acesso à escolarização para todos pressupunha uma mesma qualidade também para todos, caiu por água abaixo e o sistema de ensino desvelou as diferenças que existiam intrinsecamente às pessoas que ingressaram no ensino básico, o que foi comprovado por meio dos altos índices de repetência e de evasão. (SOARES, 2006, p. 109)

A autora faz uma análise temporal de alguns momentos em que se tentou a padronização do ensino e mostra suas consequências, sem que se assegure, além do Plano Curricular Nacional, o acesso e a permanência dos estudantes na escola.

Os reflexos estão nas reformas do ensino desde então, das quais participamos nos tempos bem mais recentes, com a nova LDB, de 1996, com os Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997, e agora com a BNCC.

Em tempo, o Informativo MAI nada mais é um informativo do Modern American Institute, fundado em 1969, com interesse em dar publicidade aos atos institucionais e pedagógicos da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

Num período de tantas tensões, especialmente no campo político, o ensino da área de Ciências Humanas, então chamada de Estudos Sociais, ganhavam dois novos componentes: Moral de Cívica e OSPB.

Perguntamos aos professores entrevistados como era a relação/visão sobre Moral e Cívica e OSPB x Geografia.

PROFESSOR 01:

Sempre fui professora de Geografia. Nunca dei aulas de Moral e Cívica e OPSB.

PROFESSOR 02:

Eu fui professor de Moral e Cívica e de OSPB a pedido da direção da escola. Essas matérias eram mais propaganda do governo militar. Elas mostravam apenas coisas não significativas do dia a dia e exaltavam na ocasião o tricampeonato de futebol, o milagre econômico e a grandeza natural do Brasil.

PROFESSORA 03:

Eu que nunca foi professora de Moral e Cívica e de OSPB. Estas disciplinas eram as matérias que tinham como objetivo ressaltar as datas cívicas e as datas comemorativas. Hoje os alunos nem devem saber as das datas comemorativas. Algumas dessas datas eram contadas de forma errada, como por exemplo o descobrimento do Brasil, porque na verdade foi uma invasão.

PROFESSORA 04:

Meu curso é de Geografia. OSPB, Moral e Cívica e História eu nunca dei aula. Muita gente que fez estudos sociais deu. Eu não. Normalmente a gente até planejava junto com os outros professores de outras escolas e fazia isso orientado pela Superintendência. A gente sempre falou de tudo. A minha ideologia sempre foi que Geografia Física você decora, mas eu sempre fui voltada para a área da política e da economia.

Embora a disciplina de Moral e Cívica existisse no currículo desde 1968, foi com a reforma do ensino em 1971, por ocasião das novas diretrizes curriculares, que ela chegou às unidades escolares como parte do currículo oficial e como nos

relatos dos professores o foco da disciplina era de valorizar o regime e, claramente, servir como parte da propaganda ideológica que ele a compunha.

Chegamos, assim, num ponto determinante, que foi conversar com os professores sobre o período militar. Então, perguntamos: “Como era ser professor de Geografia no período citado?”.

Esses professores se formaram em Geografia no período mais radical da ditadura, no advento do AI-5, e passaram por todas essas mudanças curriculares.

PROFESSORA 01

Foi após a minha formatura em Direito que teve o AI-5, por conta disso tive uma asma emocional. Eu não gosto de me lembrar da data do AI-5. Sabe, eu me assusto quando vejo alguns jovens defendendo a ditadura. Quando começou a ditadura eu já era professora efetiva e substituta em uma escola estadual de Uberlândia. Houve um certo assombro por parte dos professores. Quando a repressão endureceu, houve muita gente presa, muita gente foi “dedurada”. O que dava um alento era a união dos professores, que trazia uma felicidade, uma proteção. Dentro da escola não me sentia insegura.

Tem um fato interessante: a mudança de diretores de escola como forma de forçar que os professores cumprissem o que viesse do governo, e para isso foi criada a “Delegacia de Ensino”. O termo “delegacia” tinha como objetivo dar ares de policiamento para a educação. Uma vez veio da delegacia ordem para que se aprovasse todos os alunos reprovados na escola pelos professores. Houve um ajuste nas notas dos alunos e isso nos desmoralizou enquanto escola, professores e até mesmo os diretores. As intervenções e as denúncias feitas a Delegacia foram amedrontando os professores.

Sabe, dentro da sala de aula nós professores que dávamos conta dos assuntos e selecionávamos os conteúdos que eram ministrados, mas tudo criteriosamente escolhido, dentro do que tínhamos do estado. Mas sempre achava uma forma de fazer algum comentário. Não havia liberdade nenhuma. Soubemos de alguns colegas que foram presos e assim o medo se espalhou. Tudo era controlado pela mão pesada do estado militar. Foi muito difícil. A ditadura, a censura... foi um período que não se formaram tantas lideranças na escola por conta da ditadura. A música popular brasileira como exemplo teve presença fortíssima da censura. Para mim havia uma produção qualitativa da música, da arte e do cinema, mas tudo muito controlado. Eu que era atrevida, e que por isso consegui me manter na ditadura, embora com alguma doença e de ter alguns colegas muito deprimidos. A ditadura estragou uma geração. Foi um período de escuridão, porque as pessoas só viam o que o regime desejava.

PROFESSOR 02

Nesta época o pensamento crítico estava bem no início. A Geografia ainda muito informacional com muita decoreba e pouca crítica. Nós, os professores, não falávamos muito sobre a ditadura, trabalhávamos somente aquilo que o livro determinava e desde a época da faculdade já era assim. Não havia liberdade de falar o que se pensava. Esta época foi a mais pesada da ditadura. Eu não me sentia vigiado, mas a liberdade era restrita e não íamos além do limite que se podia ir. A situação do país não era comentada. Para ele a geografia Crítica poderia ter avançado mais, na minha percepção, foi aquém e sua evolução poderia ter sido maior mesmo após a redemocratização.

PROFESSORA 03

Eu me lembro bem deste período. Hoje a gente se recorda de tudo. Na faculdade éramos vigiados, não se podia falar em ditadura. Muitas vezes víamos pessoas estranhas. Ficavam homens na faculdade monitorando as aulas e eu já tive que correr dessas pessoas que vigiavam a faculdade. Na sala de aula pouco se podia falar sobre ditadura, mas que sempre que dava eu comentava a situação do país. Eu tenho e tinha plena consciência do período e muitos professores tinham medo. O medo era tão grande que um dia passou um vendedor de balas na porta da escola gritando “drops, drops, drops” e foi uma correria danada. Todo mundo fez uma confusão e achou que ele gritava DOPS. Muita gente foi presa, era muito tenso. Muitos intelectuais eram perseguidos por causa do AI-5, que foi o pior ato da ditadura. Pelo menos aqui em Uberlândia os diretores não delatavam os professores.

PROFESSORA 04:

Eu, por causa minha postura, eu sou de direita, ninguém nunca veio atrás de mim. Tem horas que eu me odeio, porque eu fui PSDB por muitos anos, mas este partido é mais de esquerda do que tudo. A gente não tinha muita coisa: férias, décimo terceiro, férias-prêmio. Quando veio os militares eles deram tudo. Eu nunca tive problemas neste período.

PROFESSORA 05

Naquela época não podia se falar em ditadura militar. Na faculdade, então, quase não se tocava no assunto. Na sala de aula como professora a gente não falava nada, mas a gente via as coisas acontecer. Eu lecionei numa escola, logo que me formei, e lá, principalmente no noturno, ficava um guarda dentro da escola. Eu me

sentia vigiada e saindo com outras colegas já fomos seguidas por um desses guardas que ficavam dentro da escola. Isso amedrontava a gente. Quando vinha uma autoridade, como presidente ou governador, a gente levava os alunos, às vezes, e eles ficavam com as bandeirinhas do Brasil na avenida para o governador ou presidente passar. Era assim que acontecia.

O que os professores narram sobre o período é revelador. Eles abordam aspectos psicoemocionais, curriculares, pedagógicos e políticos.

Todos eles usaram palavras que nos fazem acreditar no medo de agir como professor e ter sua liberdade censurada ou mesmo de perder as suas vidas.

Grosso modo, temos nesta fase a percepção do “ser professor”, que não se separa da sua visão de mundo no cotidiano da história. A história aconteceu de forma imperiosa no olhar destes professores e cada um deu significado a ela conforme se encaixavam na realidade de vida.

A maioria, como vimos, defende que houve ditadura militar, enquanto, para a minoria, restou passar inerte frente aos acontecimentos até aqui demonstrados.

Não podemos deixar passar despercebido que o depoimento da Professora 04 foge a verdade: a Consolidação das Leis Trabalhistas e os direitos fundamentais dos trabalhadores foi implantada na ERA VARGAS, em 1937, como demonstram FAUSTO (2001) e CHIAVENATO (2004). A postura de direita da professora trata a ditadura de forma ufanista e anacrônica.

Também questionamos os professores sobre a relação deles com os alunos.

PROFESSORA 01:

Apesar do período de escuridão, nós tínhamos um espaço na sociedade e os alunos

respeitavam os professores, então era mais fácil de lidar com eles. Hoje penso que deve ser mais difícil.

PROFESSOR 02:

Eu tinha um bom relacionamento com os alunos. Sempre fui muito tranquilo e deixava claro as regras e o que íamos fazer em cada aula. Os alunos me respeitavam muito.

PROFESSOR 03:

Como te falei a conversa com os alunos era sempre muito tranquila, inclusive sobre a situação do país, coisa que a gente tinha que ter muito cuidado. Por várias vezes eu já fui homenageada pelos alunos e teve uma vez, eu já era aposentada, e fui à escola. Quando eu cheguei os alunos saíram da sala e vieram me abraçar, isso foi inesquecível. Aquilo ficou na minha memória.

PROFESSORA 04:

Eu tinha bom relacionamento com os alunos, tanto que fui eleita diretora de escola por eles também.

PROFESSORA 05:

Naquela época tinha muita disciplina. Os alunos respeitavam muito os professores então tudo era mais fácil.

Após dialogarmos com os professores sobre a relação que eles tinham com os estudantes e eles terem afirmado possuir boa relação, franqueamos a palavra a eles para que pudessem expressar outras coisas que quisessem acrescentar, como suas considerações finais.

PROFESSORA 01:

Eu aconselho aos jovens professores que eles sejam livres e valorizem a liberdade. Que valorizem a internet e o fato de o mundo estar conectado com as bibliotecas. Que valorizem coisas como imprimir as coisas coloridas, porque antes era tudo preto e branco. Eu percebo que houve uma queda do ensino uma vez que os alunos não têm a oferta de conteúdos relevantes para sua vida pessoal e para a sua formação. Mas eu ainda tenho muita fé na juventude. Acredito que os jovens precisam fazer coisas melhores.

PROFESSOR 02:

Queria dizer que naquele tempo era tudo muito difícil mas que, apesar do regime ser duro, eu via a disciplina escolar melhor do que a atual porque os alunos respeitavam a escola e os professores, coisas que não se vê nos dias de hoje. Os alunos precisam valorizar a escola e os professores para aprenderem mais.

PROFESSORA 03

Sabe o que eu penso? Na minha percepção os alunos de hoje escrevem mal, com erros de ortografia e porque eles não estudam a Língua Portuguesa como se deveria. Eles acham tudo muito pronto na internet e que desvaloriza os professores. Eu vejo os professores desmotivados e pouco valorizados. Peço desculpas pois já estou com noventa anos e muito dos fatos do cotidiano não consigo me lembrar e eu gostaria de contribuir mais com o trabalho. Sabe, na minha época de faculdade, faltavam materiais de estudo e o que tinha era, predominantemente, em espanhol, e assim a gente vivia pedindo aos padres para fazer a tradução daquilo que eu precisava aprender. Vejo a Geografia como uma matéria de grande conhecimento e que permite viajar sem sair do lugar.

PROFESSORA 04

Sabe né, eu fiz muita besteira. Eu entrei de greve achando que íamos mudar o mundo. Eu participei de uma greve, durou quase dois meses e eu vi que as pessoas que estavam lá queriam era ser deputado estadual ou vereador, eu nunca mais quis entrar em greve. Sabe por quê? Porque havia muita politicagem. Quando eu vi que nossos representantes sindicais queriam cargos políticos eu desisti de tudo. Para os professores eu falo que a gente tem que gostar do que faz. Tem que ter amor, tem que ter conhecimento. Eu descobri que se a gente tirasse algo, como o livro, de algum professor, ele não sabe como fazer.

PROFESSORA 05

Na época da ditadura eu defendia a liberdade, eu batia muito nesta tecla com muito cuidado e sempre que eu podia. Hoje eu penso que às vezes as coisas mudaram um pouco. Hoje o mundo é da roubalheira, acabaram com a nossa liberdade. O ensino mudou muito. A nossa democracia está em frangalhos. Os militares passavam a sensação de que tudo estava bem e hoje a gente vê que tá tudo ruim. Muita coisa assim eu já esqueci, e espero ter deixado alguma contribuição.

O espaço de fala do professor, a identificação com o período e a sua práxis cotidiana devem nos permitir a olhar para a construção da Geografia nas escolas e nas salas de aula, e vai além disso, por que deve servir, ainda, para que possamos pensar a diversidade de pensamentos que existe na sociedade e, obviamente, dentro da escola também e, em termos mais restritos, entre os professores de Geografia.

Nesta perspectiva, Moraes afirma:

Por pensamento geográfico entende-se um conjunto de discursos a respeito do espaço que substantivam as concepções que uma dada sociedade, num momento determinado, possui acerca de seu meio (desde o local ao planetário) e das relações com ele estabelecidas. Trata-se de um acervo histórico e socialmente produzido, uma fatia de substância da formação cultural de um povo. Nesse entendimento, os temas geográficos distribuem-se pelos variados quadrantes do universo da cultura. Eles emergem em diferentes contextos discursivos, na imprensa, na literatura, no pensamento político, na estatística, na pesquisa científica, etc. Em meio a estas múltiplas manifestações vão sedimentando-se certas visões, difundindo-se certos valores. Enfim, vai sendo gestado um senso comum a respeito do espaço. Uma mentalidade acerca de seus sistemas. Um horizonte espacial coletivo. (MORAES, 2002, p. 32).

A Geografia ainda não possui um pensamento hegemônico, são as diversas escolas do pensamento geográfico e político que fazem o processo da construção da disciplina ser um processo que não é “isento de tensões” (MORAES, 2002); sendo assim, os antagonismos e os movimentos políticos e econômicos também são parte desta construção.

Os depoimentos trazem as contradições da sociedade e nos guiam pelo paradoxo entre o passado e o presente, já que nos permitem consubstanciar elementos que foram e que estão vivos na sociedade brasileira. Esses elementos do passado desembocam na atualidade, e mais uma vez nos permitem enxergar a construção do espaço como algo diverso, cheio de intenções ideológicas nas quais se dão as relações homem x natureza e sociedade x espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta dissertação foi analisar e demonstrar, qualitativamente, as evidências baseadas em dados verbais e visuais para entender o fenômeno da implantação do currículo oficial, por meio das mudanças na legislação federal, Lei 5.692/1971, do currículo prescrito pela Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, revelado no depoimento de professores de Geografia à época, e dos registros nos diários de classe em algumas escolas estaduais de Uberlândia-MG.

Ao analisarmos a historicidade da implantação da ditadura militar (1964- 1985), conseguimos entender como os acordos feitos entre o governo brasileiro e o governo dos Estados Unidos da América, ora chamados de Acordos MEC-USAID, propuseram o caminho para a reforma do ensino básico, apontando eixos necessários para mudança. Concomitantemente, o governo dos militares precisou se utilizar da educação como forma de propagar as ideias do regime, controlar as manifestações estudantis e, ao mesmo tempo, propor uma ideologia, a ponto de prescrever o currículo como forma de tentar entrar pelas portas das escolas e das salas de aula, e ali também tentar controlar as ações pedagógicas dos professores.

A publicação foi a culminância dos eventos da década anterior, 1960, quando parte da sociedade, amedrontada pelos riscos do comunismo (REIS, 2002), apoiou os militares nas suas reformas e estas foram seguradas pelo crescimento econômico batizado de “milagre econômico brasileiro”.

O mesmo foi feito pelo governo de Minas Gerais, ao propor, no ano de 1974, as diretrizes curriculares para o ensino e em especial para o ensino de Geografia.

A gestação dessas mudanças foi acompanhada de perto pelo general Jarbas Passarinho, que teve como missão modernizar a educação nacional seguindo os valores conservadores trazidos pelos militares, como forma de dar respostas à sua base de apoio social.

A reforma universitária de 1968 abriu um precedente para a reforma do ensino básico dentro da visão de preparar os alunos para o mercado de trabalho e com ênfase na formação técnica, com recursos vultuosos emprestados ao Brasil, pelos Estados Unidos.

O apoio ideológico e financeiro consolidava o Brasil com um governo de linha dura, que se asseverou com a publicação do Ato Institucional nº 5, AI-5, que deu plenos poderes ao presidente da república para legislar e executar aquilo que fosse, na visão dos militares, garantia da ordem social e da segurança nacional, e que não impedisse o desenvolvimento do país.

Trazido este contexto, foi a atuação de Jarbas Passarinho que levou à aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, amparada no relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento Superior, EAPES/1968, que propôs, em suas páginas, que o Ministério da Educação e Cultura – MEC criasse um grupo de trabalho para assumir o controle das mudanças propostas – como, por exemplo, a universalidade do ensino de primeiro grau e a possibilidade de, no ensino de segundo grau, o estudante possuir, também, uma formação técnica, além da crítica à gratuidade do ensino de terceiro grau.

Atento ao fato, o monitoramento das ações das universidades e dos seus funcionários, técnicos e professores passou por um aprofundamento, porque o MEC

criou uma divisão com um nome de conotação militar, como forma de dar visibilidade aos seus objetivos: Assessorias Especiais de Segurança e Informações – AESI.

Assim, podemos citar o legado de Jarbas Passarinho pelas vias legais:

- a) Decreto 477/1069 – teve como objetivo estabelecer as punições aos alunos e aos servidores das universidades que fizessem oposição ao regime ou ferissem normas da segurança nacional;
- b) Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, por meio da Lei 5691/1.971, que passou a reger a educação, permitindo ao governo a organização e a centralização do ensino por meio de programas e currículos escolares baseados na concepção de uma sequência didática do menor para o maior.
- c) Resolução nº 8, de 1971, anexa ao Parecer 853/71, do Conselho Federal de Educação, CFE, que determinou uma nova grade curricular e os conteúdos programáticos a serem cumpridos no ensino de primeiro grau.

Há algo aqui que é forte e simbólico: o patriotismo ufanista. Ao aprovarem a legislação, caminharam, os militares, para prescrever o currículo oficial. O ensino, o quê e quando ensinar não fazia mais parte dos sumários dos livros didáticos ou mesmo do planejamento curricular do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro, mas sim era ditado por meio de cadernos de orientações que seriam publicados e que deveriam chegar às secretarias estaduais e municipais de educação e, claro, às escolas.

Então, a esta dissertação coube, além de estudar a legislação em tela, elucidar o currículo escolar como uma das possibilidades de controle sobre as escolas e, em certo modo, sobre os professores.

Sim, trouxe aqui um olhar crítico sobre a prescrição dos currículos porque reafirmamos que, se a autoridade do Estado prevalece sobre a liberdade (GOODSON, 2007), o controle das ações educativas nas escolas, do currículo e da teoria curricular logo são afetados.

Isso fica revelado com a criação da área de Estudos Sociais, que passa a abranger a Geografia, a História, a Organização Social e Política do Brasil (OSPB) e a Moral e Cívica.

Todas estas disciplinas estavam na escola, mas cada uma com uma função, que era de tornar os Estudos Sociais a forma de expressão da força do Estado e de seus dirigentes.

O currículo prescrito antecede a escola, antecede a sala de aula e antecede a prática pedagógica do professor, uma vez que a educação se tornaria responsabilidade do Estado.

Na mesma linha, a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais publicou, em 1974, as diretrizes curriculares para todo o ensino de primeiro grau.

A linha prescritiva se fez presente. Por isso foi importante que buscássemos o depoimento dos professores que estavam nas salas de aula naquele período.

Insistimos que tanto o currículo oficial quanto o livro didático são mais do que mera padronização dos conteúdos. Eles trazem as opções ideológicas e os valores culturais e morais a serem ensinados. Neste mesmo sentido, dão prumo ao trabalho decente e servem de guia para os estudantes, não deixando, assim, de refletir, ainda que de forma subliminar, os interesses de classe e o viés ideológico de quem os produz.

A maioria desses professores seguiam livros didáticos, seguiam aquilo que era combinado entre eles porque estudaram na mesma turma de Geografia, que foi a primeira turma da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia/MG.

A sequência didática vinha de livros didáticos, e a maioria se utilizava da enciclopédia BARSA como fonte de pesquisa para o preparo das suas aulas. Ficou clara, desde já, a dependência dos professores em ter uma diretriz curricular e o livro didático para seguir, porque não possuíam um direcionamento; esta diretriz só foi publicada pela SEE-MG em 1974, e conforme demonstramos nos Quadros de 2 a5, não foi imediatamente seguida.

Os fluxos e a velocidade de circulação das informações na década de 1970 em nada se assemelham ao que temos hoje.

Não foi possível nem delimitar a forma que o Informativo MAI chegou à escola e nem quando. O que podemos constatar em nosso levantamento nos anos de 1976/1977, foi que o cumprimento do que foi prescrito pela SEEMG estava mais adequado, ao comparamos com os diários dos professores

Para a maioria, o planejamento se dava pelas reuniões feitas por eles ou pela “Delegacia Regional de Ensino”. O que hoje chamamos de Superintendência Regional de Ensino tinha o nome de “Delegacia”. Isso não pode passar despercebido em nossa análise, porque remete a um nome que denota a militarização de um lugar que tem como função comandar as escolas, e que substituiu as “Inspetorias Técnicas da Educação”, com uma a missão de atuar mais perto das escolas e acompanhar de perto o dia a dia dos professores.

Também nos é revelado que o assunto ditadura militar não era falado em sala de aula, e que muitos dos professores sequer falavam sobre o assunto.

Como vimos no depoimento de duas professoras (PROFESSORA 3 e 5), a vigilância, aqui já relatada, também existia na faculdade onde estudavam.

Outro ponto importante é o fato de que os professores que entrevistamos, formados em Geografia, com licenciatura plena, revelaram que a maioria jamais deu aula de Moral e Cívica. A disciplina fazia parte do currículo escolar conforme a orientação da secretaria.

O depoimento da maioria dos professores também demonstra que havia, não só nas escolas, mas de forma geral, um “terror” do que poderia acontecer com os professores caso se manifestassem contra o regime militar. Os relatos de pessoas que sumiram, devido ao exílio ou ao monitoramento dos professores, atestam isso.

Assim, nossa pesquisa permitiu que chegássemos às seguintes conclusões:

- a) O Estado usou seu poder para interferir nos currículos escolares como forma de propagar a ideologia política do regime.
- b) A formação de professores de Geografia foi reduzida do curso de Licenciatura Plena para a formação em Estudos Sociais, com a opção de se lecionar Geografia, História, OSPB e Moral e Cívica no ensino de primeiro grau, que se tornou obrigatório.
- c) Os livros didáticos tiveram que se adaptar às novas diretrizes curriculares.
- d) A prescrição do currículo, ou currículo oficial, demorou um certo tempo para chegar às salas de aula.
- e) Os professores passaram a depender das diretrizes oficiais para lecionar, sem que, aqueles que quisessem, pudessem esboçar uma reação.

- f) O ambiente político criado pela ditadura militar impedia que os professores, em especial os de Geografia, atuassem de forma autônoma e independente.
- g) Em Uberlândia, no período analisado e conforme as entrevistas, os professores atuavam de forma a produzir os materiais de uso em sala de aula, organizando o que seria ensinado em forma de sequência didática.
- h) Muitas reuniões foram coordenadas pela “Delegacia” de Ensino como forma de propagar o currículo organizado pelos professores e, mais tarde, o currículo oficial.

Damos especial destaque ao fato de que, no momento mais tenso e mais crítico do regime militar, com vigência do AI-5, a atuação dos professores em todos os níveis e modalidades de ensino eram observadas e, em muitos casos, monitoradas. A Geografia passou a ser mais uma disciplina de Estado do que disciplina escolar, uma vez que o Estado, como entidade mantenedora, passou a ditar as regras da vida em sociedade e, obviamente, as regras do ensino.

Numa perspectiva de ampliação deste trabalho, seria de fundamental importância entender como foi a implantação dos currículos prescritos pelo regime militar nos Estados e nos demais entes federados, e até em algumas capitais. Da mesma forma, se possível, seria relevante entender como os professores reagiram, ou não, às mudanças verticalizadas em momento tão tenso para a Geografia, que coincidiu com a germinação da Geografia Crítica no país, e que passaria da tensão política à distensão do regime. E, mais ainda, entender, nos anos e décadas subsequentes, como foi a aplicação do currículo oficial nas escolas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, N.; GARCIA, R. (Orgs). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.
- APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- ARAPIRACA, J. O. **A USAID e a Educação Brasileira**: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano. São Paulo: Autores Associados; Cortez, 1982.
- BRASIL. **Relatório da Equipe de Assessoria do Planejamento do Ensino Superior** – EAPES, MEC/USAID, 1968.
- BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais: História e Geografia**. Brasília: MEC/SEMTEC, 2001.
- CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e política**: território, escalas de ação e instituições. 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.
- CAVALCANTI, L. S. (Org.). Ciência geográfica e o ensino de Geografia. In: **Geografia, escola e construção de conhecimento**. Campinas: Papyrus, 1998. p. 15-28.
- CHIAVENATO, Júlio J. **O Golpe de 64 e a Ditadura Militar**. São Paulo: Moderna, 2004.
- COLESANTI, M. T. M. **O ensino de geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971**. 1984. 213f. Dissertação (Mestrado) – Unesp, Rio Claro, 1984.
- COLL, C. **Psicologia e Currículo**: Uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. Trad.: Cláudia Schilling. 3 ed. São Paulo: Ática, 1998.
- CORAZZA, S. **Que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em Educação. Petrópolis: Vozes, 2001.
- DECRETO-LEI Nº 477, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1969. Define infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0477.htm. Acesso em: 30 jun. 2021.

- FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 9ª Edição. São Paulo: Edusp, 2001.
- FERREIRA, M. M. História, tempo presente e História oral. **Topoi**. Rio de Janeiro, dezembro/2012.
- FONSECA, S. G.. **Caminhos da História Ensinada**. Campinas: Papyrus, 1993.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: História da Violência nas prisões**. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 18 ed. . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOODSON, I. **Currículo: Teoria e História**. Petrópolis: Vozes, 1995.
- GOODSON, I. Currículo, narrativa e o futuro social. University of Brighton, Education Research Centre. Tradução: Eurize Caldas Pessanha e Marta Banducci Rahe Revisão técnica: Elizabeth Macedo. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 35, maio/ago. 2007.
- HUNT, Lynn (Org.). **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- LACOSTE, Y. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1988.
- LAWN, Martin. Os professores e a fabricação de identidades. In: NÓVOA, A.; SCHRIEWER, J. (Org.) **A difusão mundial da escola**. Lisboa: Educa, 2000.
- LIMA, Kátia Terceira via ou social-liberalismo: bases para a refundação do projeto burguês de sociabilidade. **Revista Universidade e Sociedade**, Brasília: ANDES-SN, n. 34, p. 11-21, out. 2004.
- MARTINS, M. do C.: Reflexos reformistas: o ensino das humanidades na ditadura militar brasileira e as formas duvidosas de esquecer. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 37-50, jan./mar: 2014, Editora UFPR.
- MENDONÇA, E. F. Escolas cívico-militares: cidadãos ou soldadinhos de chumbo? **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 13, n. 27, p. 621-636, set./dez. 2019. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde>. Acesso em: 01 set. 2021.

MINAS GERAIS. **Revista do Conselho Estadual de Educação**: Resoluções e Pareceres dos Conselhos Federal e Estadual de Educação sobre a Implantação do Regime Instituído na Lei 5692/1971, Belo Horizonte/MG, 1972.

MINAS GERAIS. **Informativo MAI de Ensino**. Belo Horizonte: Editora S/A, 1975.

MINAS GERAIS. **Informativo MAI de Ensino**. Belo Horizonte: Lâncer, vol. I, 1975.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. 4ª. med. São Paulo: Hucitec, 2002.

MOREIRA, A. F. B et al. (orgs.). **Currículo, cultura e sociedade**. São Paulo: Cortez, 1995.

NAPOLITANO, M. **1964**: História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, A. **Estrutura da educação escolar**. São Paulo: Unibra, 1998.

OLIVEIRA, A. U. (Org). **Para onde vai o ensino da Geografia?** 8 ed. São Paulo: Contexto. 2003

PASSARINHO, J. **Um híbrido fértil**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Expressão Cultural, 1996. 705 p.

PIMENTA, S. G.; GHEDIN, E. (Orgs.). **Professor reflexivo no Brasil**: gênese e crítica de um conceito. São Paulo: Cortez, 2002.

PONCE, Aníbal. **Educação e luta de classes**. 13ª. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

PRIETO, E. C. **Universidade Federal de Uberlândia**: recortes de uma história. Disponível em: http://adufu.org.br/post/artigos-opiniao/universidade_federal_de_uberlandia_recortes_de_uma_historia/ Acesso em: 01 set. 2021.

PROJETO DE LEI CONGRESSO NACIONAL (PLN) 9/1971. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/arquivo/documentos- apenas/pln-32-1968/at_download/file. Acesso em: 30 jun. 2021.

REIS, D. A. **Ditadura Militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

REZENDE, M. J. **A ditadura militar no Brasil**: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984 [livro eletrônico]. Londrina: Eduel, 2013. Disponível em:

<http://www.uel.br/editora/portal/pages/livros-digitais-gratuitos.php> ISBN 978-85-7216-695-9. Acesso em: 30 jun. 2021.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 1991.

SÁ MATOS, R. P. Os olhos do regime militar brasileiro nos Campi. As assessorias de segurança e informações das universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, jan.-jun. 2008, p. 30-67. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/topoi/v9n16/2237-101X-topoi-9-16-00030.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2021.

SACRISTÁN, J. G. **Currículo: uma reflexão sobre a prática**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2013.

SANTOS, B. S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A.; SILVEIRA, M. L. **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAVIANI, D. O legado educacional de Regime Militar. **CEDES**, vol. 28 nº. 76, Campinas, set./dez. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/Kj7QjG4BcwRBsLvF4Yh9mHw/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01 set. 2021.

SEABRA, O. C. L. Geografia em sala de aula: práticas e reflexões. In:_____. **Educação, território e cidadania: aprender a aprender ensinando**. Porto Alegre: EDUFRS, 2001, p. 23-30.

SELAU, M. S. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Esboços** – Revista de Pós-Graduação em História da UFSC: Dossiê Cidade e Memória. Santa Catarina: v. 11, n. 11, p. 217-228, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/esbocos/article/view/486/9887>. Acesso em: 30 jun. 2021.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SILVA, T. T. **O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOARES, H. M. L. **O conceito de Qualidade na Educação**: concepções de professores de uma Escola Pública de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série. Ribeirão Preto, 203p. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro Universitário Moura Lacerda.

SPINDEL, A. **O que são ditaduras**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VEIGA, I. P.A. et al (orgs). **Escola fundamental**: Currículo e ensino. Campinas: Papirus, 1991.

VESENTINI, J. W. (Org.). **O ensino de Geografia no século XXI**. Campinas: Papirus. 2004.

VILLA, M. A. **Ditadura à brasileira**: 1964-1985 a democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

VLACH, V. R. F. Da ideologia no ensino da Geografia de 1º e 2º graus. **Educação e Filosofia**. Uberlândia. 1(1), jul/dez. 1986. p. 35-44.

VLACH, V. R. F. **Geografia em Construção**. Belo Horizonte: Lê, 1991.

VLACH, V. R. F. Acerca da Geografia, da Política, da Geograficidade: fragmentos metodológicos. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, números 21 e 22, p. 97-109, jan./dez. 1999.

VLACH, V. R. F. O Ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva histórica. In: VESENTINI, J. W. (Org.). **O Ensino de Geografia no Século XXI**. 2.ed. Campinas: Papirus, 2005. p. 187-218.

WERNECK, V. R. **A ideologia na educação**: um estudo sobre a interferência da ideologia no processo educativo. Petrópolis: Vozes, 1982.

YOUNG, Michael. Para que servem as escolas? **Educação e Sociedade**, vol. 28, n. 101, Campinas, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 30 jun. 2021

ANEXOS

ANEXO 1: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 5ª SÉRIE/1975

ANEXO 2: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 7ª SÉRIE/1975

ANEXO 3: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 5ª SÉRIE/1976

ANEXO 4: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 6ª SÉRIE/1976

ANEXO 5: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 5ª SÉRIE/1977

ANEXO 6: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 6ª SÉRIE/1977

ANEXO 7: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 7ª SÉRIE/1977

ANEXO 8: DIÁRIOS EE 13 DE MAIO 8ª SÉRIE/1977

ANEXO 9: DIÁRIOS EE AMADOR NAVES 5ª SÉRIE/1976

ANEXO 10: DIÁRIOS EE AMADOR NAVES 6ª SÉRIE/1976

ANEXO 11: DIÁRIOS EE AMADOR NAVES 5ª SÉRIE/1977

ANEXO 12: DIÁRIOS EE AMADOR NAVES 6ª SÉRIE/1977

ANEXO 13: DIÁRIOS EE AMADOR NAVES 7ª SÉRIE/1977

ANEXO 14: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 5ª SÉRIE/1976

ANEXO 15: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 6ª SÉRIE/1977

ANEXO 16: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 7ª SÉRIE/1976

ANEXO 17: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 8ª SÉRIE/1976

ANEXO 18: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 5ª SÉRIE/1977

ANEXO 19: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 6ª SÉRIE/1977

ANEXO 20: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 7ª SÉRIE/1977

ANEXO 21: DIÁRIOS EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES 8ª SÉRIE/1977

ANEXO 1
DIÁRIOS
EE 13 DE MAIO
5ª SÉRIE/1975

E. E. "13 de MAIO" 1º grau
(COLÉGIO)

Uberlândia - M. Gerais
(CIDADE - ESTADO)

DIÁRIO DE CLASSE

ANO LETIVO DE 1975

1º grau
GRAU

geografia
ATIVIDADE, ÁREA DE ESTUDO, DISCIPLINA

6ª
SÉRIE

B
TURMA

diurno
TURNO



TIP. ZARDO

Mês abril de 19

%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO			TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
	11,0				3	Região Urbana		
	8,0					Região Urbana de São Paulo		
	13,7					Município de São Paulo		
	9,5				4	Poligonização de São Paulo		
	11,1							
	6,5					Região Urbana do Rio de Janeiro		
	11,5					A cidade do Rio de Janeiro		
	14,4							
	13,4				10	Exercícios de fixação		
	11,0				11	1ª Prova Bimestral de Geografia		
	10,8				17	A Região Urbana de Belo Horizonte		
	9,4					Município de Belo Horizonte		
	9,0					Atividades de Belo Horizonte		
	7,3				18	Atividades Agro-pastoris	Nota interpretativa	
	9,9					Organização do Espaço Agrícola		
	13,3				24	Áreas de Planalto		
	13,0							
	12,0				25	Estado do Médio Paranaíba		
	13,0					Iniciada a construção		
	11,0					As transformações e Baixadas litorâneas		
	12,8							
	12,9							
	10,9							
	12,7							
	13,2							
	9,0							
	12,7							
	11,0							
	8,8							
	7,9							
	8							
	12,5							
	12,3							
	12,0							
	13,7			13,7				
	9,5							

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
8	12	20

Encerrado em 30 de abril de 1945

ASSINATURA DO PROFESSOR
 VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

Mês maio de 19 75

O	%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO			TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
							2	Exercícios de fixação Pesquisa em grupos sobre as Atividades Repetitivas do Sistema	Exercício
							8	Atividades Industriais	Revisão
							9	As bases do desenvolvimento indúst	Diálogo
							14	Recuperação	
							15	O Complexo e os centros industriais	T.D
							16	Trova de Geografia	"
								O complexo indúst. de São Paulo	"
								de F. de Jauji	"
								de Belo Horizonte	"
							22	Centros industriais	
								Unions Brasileiros	

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
8	20	28

Encerrado em de 19

ASSINATURA DO PROFESSOR
VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

Mês Junho

de 19 75

%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO		TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
	10,8				05	Região Sul - Salvo Chuva	
	12,0						
	14,0				06	Amadros Natural	
	10,0						
	12,0				12	O Povo da R. Sul	
	11,2				13	Planaltos Meridional	
	12,0				19	" Cristalin e Forno Basalto	
	14,0				1	Bimestral	
	12,0				20	Depressões Gaúcha e Suloral	
	13,2						
	12,0						
	11,0				26	Clima e Vegetação	
	12,5						
	12,0						
	11,0				27	hidrografia	
	13,0					População	
	12,0					Rede Urbana	
	12,0					Reg. de Influência Meteo. de Porto Alegre	
	10,6					Meteo. Reg. de Porto Alegre	
	11,5						
	13,0						
	13,0						
	15,0						
	14,0						
	13,0						
	12,0						
	14,0						
	12,0						
	13,2						
	13,0						
	14,5						
	15,0						
	13,0						
	13,0						
	12,3						

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
8	28	36

Encerrado em 30 de Junho de 19 75

ASSINATURA DO PROFESSOR
VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

Mês setembro de 1945

%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO		TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
20,0					1	Os Estados Regionais e Metrópole de	
20,0					2	Salvador	
20,0					3	As áreas econômicas. Associação de	
15,0						Zona da Mata. O Império e Serbis	
18,6					12	Área de transição e Meio Norte	
15,0							
20,0							
18,0					16	As Bases para o desenvolvimento	
20,0							
19,0							
19,0							
17,0					19	Recursos Minerais e Perspectivas	
17,0						O Novo Nordeste. Implantação de	
16,0					23	Sot. indus	
17,5						O distri. indus e áreas indus.	
22,0						O Terr. de Fernando de Noronha	
21,0							
21,5					26	Dia 26 Prova Bimestral	
21,8							
17,5					30	Região Norte - Amador Natural	
18,0							
20,5							
21,0							
19,0							
17,0							
22,0							
18,0							
15,0							
20,0							
18,0							
20,0							
20,0							
19,5							
19,0							
20,0							
18,0							
18,0							

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
9	44	53

Encerrado em 30 de setembro de 1945

ASSINATURA DO PROFESSOR

VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

Mês outubro

de 1975

0%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO		TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
					03	Região Norte - O Pólo	
					07	Clima e Vegetação	
					10	Hidrografia	
					14	Exercícios	
					19	A População e Rede Urbana	
						Área de influência de Manaus	
						A Zona Franca de Manaus	
					21	Exercícios de fixação	
					24	Classificação de Geografia	
					28	Atividades Econômicas	
					31	O Extrativismo vegetal e animal	

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
9	53	62

Encerrado em 30 de setembro de 1975

ASSINATURA DO PROFESSOR

VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

Mês novembro de 19 75

0%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO		TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
	26,5				4		
	21,3						
	26				7		
	29,3						
	16,8				11	As atividades agro-pecuárias e principais áreas agrícolas.	
	20,2						
	25						
	26,5				18	Exercício Dirigido	
	27,7						
	23,2				21	Teste Bimestral	
	23						
	25,1						
	21,7				25	Apresentação do Relatório da Região Central - Oeste para um trabalho em equipe	
	22,3						
	20,9						
	23,1				28	Estudo em grupo - Região Centro Oeste	
	28,4						
	26,1						
	X						
	27,5						
	26,4						
	23,7						
	28,3						
	26						
	X						
	25,5						
	28,7						
	20						
	26,7						
	18,4						
	26,8						
	27,3						
	23						
	26,2						
	27,7						
	25,6						
	22,6						

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
8	62	70

Encerrado em _____ de _____ de 19 _____

ASSINATURA DO PROFESSOR _____
VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR _____

INSTRUÇÕES

- 1 — O Diário de Classe destina-se ao registro da frequência, avaliação dos alunos e conteúdos desenvolvidos.
- 2 — A escrituração do Diário de Classe está afeta ao Professor e deve ser feita à tinta, não sendo admitidas emendas ou rasuras, que não estejam devidamente ressalvadas pelo professor e pelo Inspetor.
- 3 — A escrituração deve ser encerrada após a última aula de cada mês.
- 4 — O Professor fará entrega, à Secretaria, da parte destacável da folha correspondente ao mês anterior, devidamente assinada e preenchida, em data pré-fixada.
- 5 — O lançamento e o cancelamento de nomes na relação de alunos no diário são da competência da Secretaria, que anotará, ao lado de toda modificação feita, a data em que a procedeu.
- 6 — O Diário de Classe, elemento oficial e, portanto, imprescindível da escrituração escolar, não pode ser, sob qualquer pretexto, retirado do estabelecimento de ensino, a cujo arquivo pertence.

ANEXO 2
DIÁRIOS
EE 13 DE MAIO
7ª SÉRIE/1975

E. E. Cruze de Matis. 1º Grau
(COLÉGIO)

Elberlândia. Minas Gerais
(CIDADE - ESTADO)

DIÁRIO DE CLASSE

ANO LETIVO DE 19 79

1º

GRAU

Geografia

ATIVIDADE, ÁREA DE ESTUDO, DISCIPLINA

7º

SÉRIE

B

TURMA

noturno

TURNO

PROFESSOR



TIP. ZARDO

Mês

Março

de 19 *75*

%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO			TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
	30					03	O Planalto Mexicano, aspectos Gerais	Estudo Dirigido
	30							
	35							
	45					06	Clima e Vegetação do México	Exercício no Atlas
	35							
	30							
	25					10	A Cordilheira dos Andes, aspectos Gerais	Exercício Dirigido
	30							
	10					13	Clima e Vegetação dos Pndes	P.cha-ne.
	30							
	35							
	25					17	A Patagônia, Aspectos Gerais	Estudo Dirigido
	30							
	35					20	As planícies Meridionais, aspectos Gerais, O Chaco e os Pampas	Expositiva
	25							
	45					24	A População Brasileira	Expositiva
	40							
	35					31	Reunião Cívico-social	
	35							
	30							
	35							
	40							
	45							
	30							
	30							
	45							
	45							
	30							
	35							
	25							
	35							
	30							
	20							
	25							
	40							
	30							
	30							
	30							

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
8	4	12

Encerrado em 31 de *Março* de 19 *75*

[Assinatura] ASSINATURA DO PROFESSOR

VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

Mês

Abril

de 19

75

%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO			TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
	4,0				7,5	03	1º período pré-colombiano	Avulso
	5,5				8,5		no	Unidade
	6,0				9,5			
	8,0				12,5	03	1º período Colonial	Estudo
	6,0				9,5			Dirigido
	1,2				4,5			
	1,2				4,0	10	1º período Puro	Palavra
							de Industrialização	Chave
	4,5				7,5			
	3,0				3,0			
	4,0				7,0	14	1ª distribuição da popu	
	4,0				7,5		lação e Problemas, de	Exercício
	3,5				6,0		feis	
	4,0				7,5	24	Problemas da popula	Estudo
	3,5				6,5		ção Urbana e rural	Dirigido
	6,5				10,0			
	0,8				3,5			
	5,0				9,5	28	Prova Bimestral	
	5,5				9,5			
	0				3,5			
	5,0				8,5			
	3,5				7,0			
	5,0				8,0			
	4,5				8,0			
	5,0				9,0			
	7,0				11,5			
	4,5				7,5			
	1,5				4,5			
	7,0				11,5			
	0				3,0			
	3,0				6,0			
	5,0				8,0			
	8,0				12,5			
	3,5				5,0			
	3,0				6,0			
	5,5				9,0			
	2,0				4,5			
	4,0				7,5			
	0				3,0			
	4,5				6,5			
	4,5				7,0			
	5,0				9,0			
	4,0				7,0			
	3,5				5,5			
	0,8				4,0			

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
6	12	18

Encerrado em *28* de *Abril* de 19*75*

ASSINATURA DO PROFESSOR _____

VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR _____

Mês

Maio

de 19

75

%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO		TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
	8				5	O setor agropecuário, ps bases ecológicas	Quadros, métodos
	8						
	10				8	As áreas ecológicas da América Latina	Exercícios
	10						
	8				10	As áreas florestais	Quest.
	10						
	10				12	As áreas de Catingas, desertos e Savanas	Exercícios
	10						
	9				15	A Pecuária, e os trabalhos tradicionais de subsistência	Estudos Dirigidos
	8						
	9				19	O futuro da Agricultura	
	10				22	O setor Industrial - fase Inicial	
	11						
	9				26	As Indústrias de Base	C. D. B.
	10						
	9						
	10						
	10						
	10						
	9						
	11						
	9						
	8						
	9						
	9						
	10						
	10						
	10						
	9						
	9						

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
8	18	26

Encerrado em *26* de *Maio* de 19 *75*

ASSINATURA DO PROFESSOR
 VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

Mês

Junho

de 1975

%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO		TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
	35			11,5	08	Recursos Minerais Latino Americano.	Expositiva
	60			14,0			va
	75			17,5	05	Os minerais latino-americanos.	E.D.G.
	20			13,0			
	20			10,0			
	10			11,0	09	A Utilidade, e a Integração Latino Americano	T.D.G.
	10			11,0	12	Teste mensal.	
	30			15,0			
	30			12,0	16	Os países latino-americanos	
	25			10,5			
	30			12,0			
	45			14,5	18	As Associações e suas funções na América Latina	E.D.G.
	24			13,5			
	40			13,0			
	45			14,5	25	Os países do M.E.A.; digão	(T.D.G.)
	40			15,0		Prova Bimestral	
	35			12,5			
	45			13,5	26	A América Anglo-Saxônica	
	50			14,0			
	40			14,0	30	Características Gerais da América P. Saxônica	Ex p.
	50			15,0			
	45			14,5			
	10			10,0			
	50			16,0			
	50			15,0			
	35			12,5			
	20			11,0			
	65			17,5			
	55			14,5			
	20			10,0			
	30			12,0			
	45			13,5			
	40			14,0			
	45			13,5			
	30			12,0			
	15			11,5			
	50			15,0			
	40			14,0			
	35			12,5			

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
9	26	35

Encerrado em 30 de *Junho* de 1975

CV ✓ ASSINATURA DO PROFESSOR

VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

Mês Agosto de 19 75

%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO			TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
	5					04	As Montanhas Rochosas	E.D.G.
	7					07	Os Montes Apalaches	E.D.G.
	7					11	As Planícies Centrais	E.D.G.
	5					14	Os Grandes Canadense	V. Síntese
	5					18	Bacias Hidrográficas	E.D.G.
	5					21	Os Grandes Lagos	T.D.G.
	5					25	Chuvvas - tipos e características	localização Atlas
	7					28	Asetaçã - localizaçã	localização Atlas
	5							
	7							
	7							
	7							
	6							
	5							
	5							
	7							
	6							
	5							
	6							
	7							
	7							
	7							
	7							
	7							
	5							
	5							
	7							
	7							
	7							
	5							
	7							
	7							
	7							

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
8	35	43

Encerrado em 28 de Agosto de 1975

ASSINATURA DO PROFESSOR [assinatura]
VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

Mês Outubro de 19 75

0%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO			TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
	30				02	A culturas das áreas tropicais	Ext. Dirigida	
	30							
	50				06	A Zona do Far West.	Visual.	
	45							
	30				09	As áreas de Dry-farming	E.D.G.	
	20							
	30				10	Repercussões		
	30				13	Europa - Localizações	ex. no Atlas	
	30				16	Europa - Quadro Antigo	Expositiva	
	30							
	30				20	Europa - Flora e Vegetação		
	40							
	35				23	Europa Mediterrânea e Ocidental	Quadro sinótico	
	35							
	35				27	Europa Continental, A População e Distribuição Demográfica	E.D.G.	
	30							
	50				30	Teste Mensal.		
	30							
	40							
	35							
	20							
	30							
	35							
	30							
	35							
	30							
	50							
	35							
	30							
	30							
	35							
	35							
	30							
	30							
	35							
	35							

AULAS DADAS		TOTAL
No mês	Anteriores	
30	30	60

Encerrado em 30 de 11 de Outubro de 19 75

ASSINATURA DO PROFESSOR
 VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

Mês Novembro de 19 75

O	0%	TOTAL DE PONTOS	RECUPERAÇÃO		TOTAL BIMESTRAL	DIAS	CONTEUDO DESENVOLVIDO	TÉCNICAS DE ENSINO UTILIZADAS
		15,5			18,5	03	Os fatores de industrialização, Recursos Minerais e Energéticos e a Vida Urbana	Seminários
		16,0			18,0			
		20,5			20,5			
		20,0			24,5			
		12,5			15,5	06	O Canadá, Indústria e Comércio.	E.D.G.
		11,5			13,5			
		12,0			15,0	10	A Península Ibérica - Por.	
		14,5			17,5		ugal Espanha - Aspecto Geogr.	T.D.G.
		17,5			20,5			
		14,5			17,5	13	Portugal, localização e Aspecto Económico	Quadro sintético
		18,0			21,0			
		17,0			21,0			
		13,0			16,5	17	Espanha, localização e Aspecto Económico	Quadro sintético
		17,0			20,5			
		18,0			21,5	20	Prova Bimestral	
		20,0			23,0			
		17,0			22,0	24	A Indústria Espanhola Exportada	
		18,0			21,0			
		18,0			22,0	27	A Grécia - localização	Atlas
		20,0			23,5			
		13,0			15,0			
		11,0			14,0			
		15,0			18,5			
		17,0			20,0			
		15,0			18,0			
		27,0			32,0			
		14,0			17,5			
		15,0			18,0			
		17,0			20,0			
		12,0			15,5			
		15,0			18,5			
		7,0			10,0			
		16,0			21,0			
		20,5			25,0			
		15,0			18,0			
		15,5			18,5			
		19,0			22,5			
		17,0			20,5			

Obs: as ausências nos nºs 34, 128843 foram feitas por mim. *[Assinatura]*

AULAS DADAS		
No mês	Anteriores	TOTAL
8	60	68

Encerrado em 27 de Novembro de 19 75

[Assinatura] ASSINATURA DO PROFESSOR

VISTO DA AUTORIDADE ESCOLAR

ANEXO 3
DIÁRIOS
EE 13 DE MAIO
5ª SÉRIE/1976

1976

ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE

Geografia	
DISCIPLINA	
1º grau	
CURSO	
5ª	not
SÉRIE	TURNO
E	10
TURMA	SALA

PROFESSOR

O. O. 13 de Maio⁷ de 1º Grau
ESTABELECIMENTO DE ENSINO



GRÁFICA TAMÓIOS
AV. AUGUSTO DE LIMA, 1.150 - TELS. 555-4011 e 533-9116
S.E.E.M.G. - DOC - 11 - BELO HORIZONTE

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
	2,2	(10) - Diagnóstico s/ os conhecimentos dos alunos
	0,8	
	1,8	
	1,7	
	1,3	(11) Geografia astronômica
	1,45	
	1,5	
	2,4	
	1,3	(12) O sistema solar
	0,2	
	3,1	
	2,35	(17) Jmo. long.
	0,8	
	4,3	
	2,5	
	1,25	
	1,5	(18) Evolução da ciência geográfica
	0,65	
	1,35	
	1,5	
	2,05	
	0,5	(19) Planeta Terra
	1,9	
	1,7	
	2,8	
	0,65	
	1,0	(24) A Rosa dos Ventos
	0,5	
	1,0	
	0,2	
	2,2	
	0,4	
	3,1	(25) Coordenadas geográficas
	1,25	
	3,5	
	1,65	
	1,0	
	2,4	(26) Onde estamos? latitude e longitude
	0,6	de
	0,5	
	2,7	
	1,7	
	0,4	
	0,5	
	0,5	

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
2,00	0,5	04) A cartografia
1,0	1,0	- Mapas - suas utili-
0,5	0,5	dades, profecoes etc.
1,0	1,0	
2,00	1,0	
1,0	1,0	
1,25	0,75	09 - A Escala
0,75	1,0	
-	1,0	10 - Como encontrar
1,0	1,0	as distâncias no
1,7	1,5	mapa - citoneis da
1,5	0,25	Escala
0,25	3,2	11 - O planeta Ter
3,2	0,5	ra - em escala
0,5	0,5	
0,5	2,00	
-	-	16 - Os agentes con
1,0	0,5	trutores do relevo
0,5	2,0	
-	-	
0,5	0,5	17 - Teste Mensal
0,5	-	
-	-	
0,5	0,5	18 - Os agentes des
0,5	1,0	truidores do relevo
1,0	4,6	
1,0	3,0	
1,15	1,15	23 - Os movimentos
-	-	da Terra
0,25	-	
-	-	24 - Fusos Horari
0,5	1,0	rios -
1,0	0,5	
0,5	0,5	25 - Fusos Horarios
-	-	e suas aplicaçoes
-	-	
-	-	30 - Os fusos hera
-	-	rios do Brasil
-	-	
-	-	31 - Exercício de F. Horario

TOTAL FALTAS	NOTAS	02	MATÉRIA LECIONADA
0	0,25		
	1,50		As rochas
	1,75		
	Zero		
	Zero		
	2,7	06	Solo e subsolo
	1,5		
	2,5		
	3,0		
	0,5	13	As paisagens
	1,5		
	Zero		
	3,2		
	3,0	14	Paisagens humanizadas
	1,9		
	0,75		
	3,4		
	0,5	22	O Brasil no Mundo
	0,8		
	0,8		
	0,25	27	O Brasil na América do Sul
	-		
	1,75		
	1,25		
	2,25	28	Brasil país Inter-tropical
	0,25		
	1,85		
	2,4		
	0,5	29	Prova Bimestral
	0,15		
	0,5		
	0,5		
	4,9		
	0,25		
	2,0		
	1,85		
	0,25		
	1,0		
	0,9		
	0,25		
	1,9		
	2,2		
	Zero		
	Zero		
	0,75		
	1,3		

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
-		04. O Relevo - formas e agentes que atuam no modelado.
2		
3		
1		05. Os Planaltos: das Guianas e Central - localizações, aspectos gerais.
-		
1		
1		
X		06. Planalto Nordeste - tipo e de Sudeste - localizações e aspectos gerais.
-		
-		
6		
-		
X		
1		11. Planalto Meridional - localizações e aspectos gerais.
1		
2		
2		
-		12. Estudo Dirigido do relevo do Brasil e suas formas principais.
-		
2		
-		
X		
1		13. As planícies, localizações e aspectos gerais.
1		
-		
2		
X		18. A Planície Amazônica - localizações e aspectos gerais.
-		
4		
3		
1		19. A Planície do Pantanal e heitorânea - Questionário.
2		
7		
-		
3		20. O litoral - Estudo Dirigido.
3		
-		
X		25. O Oceano Atlântico - aspectos gerais.
2		
X		
X		26. Movimentos do Mar.
-		
-		
5		27. As correntes marítimas. Exercício
-		
-		
5		
-		
4		
-		

				TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
20	20	20		-	20	01 - As riquezas do litoral
30	1,5	6,0		-	10,5	Sensibilidade - Exercício
35	0,25	2,0		-	6,0	
10	20	10		3	2,0	02 - Teste Mensal
10	20	40		1	50	
10	20	50		-	60	03 - Clima - Caracte-
35	1,25	6,5		-	110	risticas e principais
10	20	40		-	70	fatores que influenciam
10	10	30		-	50	ho mesmos.
				X	-	
20	10	10		1	40	08 - Temperaturas - eleva-
20	3,5	7,0		-	10,5	tes principais -
20	20	20		5	200	
35	2,75	15,0		-	110	09 - Chuvas -
				X	-	Exercício
35	3,75	7,0		-	120	
20	2,5	5,0		-	45	10 - Gráficos de
10	20	60		-	100	temperaturas e plu-
30	5,0	6,5		1	14,5	vioidade -
10	10	20		-	40	
20	0,75	3,0		2	60	15 - Prova Bimestral
35	1,75	20		2	50	
10	0,5	20		1	1,5	
				X	-	16 - As Chuvas -
15	1,25	6,5		-	90	Exercício
20	2,5	6,0		-	10,5	
30	1,75	3,5		-	80	
10	10	30		1	50	22 - Estudo dirigido
				X	-	
20	1,75	3,0		-	70	
30	1,25	20		3	50	
20	20	2,0		1	20	23 - pesquisas da qual
10	2,0	20		-	30	do dia 20 de abril
20	1,25	2,5		-	60	
				X	-	
30	4,25	6,0		-	140	
10	20	2,0		1	30	
35	2,75	4,0		3	100	
10	4,25	5,0		-	100	
				X	-	
10	Peria	20		-	30	
				X	-	
				X	-	
30	1,75	2,0		-	70	
20	1,25	20		2	1,5	
0,5	1,25	3,0		3	50	
20	3,0	4,5		-	10,5	
20	0,5	5,5		-	8,0	
0,5	0,5	1,0		1	2,0	
30	0,75	20		4	40	
30	20	20		2	30	
20	20	20		3	20	
20	2,25	4,0		-	10,0	

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
9		03 - Distribuição das chuvas no Brasil.
-		
1		04 - Climas principais e elementos.
1		
-		
1		05 - Classificação do clima no Brasil.
1		
-		
/		10 - Estudo de frio.
-		
10		11 - Vegetação - fatores que influenciam.
1		
/		12 - Formações florestais.
2		
-		
1		17 - Formações locais e heterôneas.
1		
1		
1		19 - Estudo de frio.
5		
6		24 - Teste Mensal
/		
1		25 - Hidrografia - Conceitos - Exercício
-		
2		
2		26 - As Bacias Hidrográficas brasileiras - Localização
-		
3		
-		
6		31 - "Comemoração" Cívica Aniversário da cidade.
2		
/		
-		
5		
1		
3		
/		
-	+1	
/		
-		
10		
/		
-		
-		
3		
4		
5		
/		
2		

946

				TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
				8	20,0	01 - Bacia do Paraná
	75	70	60	4	20,5	Paraguai e Uruguai
	50	20	20	-	9,0	
	45	30	27,5	2	8,5	
	30	30	31,5	-	9,0	02 - Bacia do Norte e do Sudeste - Exercício
	50	20	45	1	11,5	
	180	40	70	-	19,0	
	100	30	100	-	3,0	08 - Estudos Dirigidos em grupo.
	75	30	32,5	-	14,0	
	50	50	30	-	13,0	09 - Populações e Rede Urbana
	50	30	1,5	-	11,5	
	85	40	60	-	18,5	14 - Prova Bimestral
	45	70	65	1	23,0	
	60	70	30	-	16,0	15 - A Rede Urbana Exercício
	40	70	55	-	20,5	
	42	10	1,5	1	7,0	
	30	40	1,5	3	8,5	16 - Populações Rurais
	13	70	20	2	4,5	
	30	10	2,0	-	6,0	21 - Estudos Dirigidos
	20	10	1,0	-	4,0	
	45	20	1,5	-	12,0	
	52	40	7,0	-	16,5	22 - Contatos entre Populações Urbana e Rural
	25	50	1,0	1	6,5	
	42	40	37,5	-	12,0	
	10	20	12,5	4	1,5	23 - Educação, a grande esperança de todos
	57	70	32,5	-	14,0	
	50	70	30	-	15,0	28 - Estudos Dirigidos em grupo.
	100	70	60	-	23,0	
	30	40	4,5	1	11,5	29 - Problemas Urbanos Exercício
	57	40	50	-	15,0	
	125	50	50	1	22,5	
	35	40	4,5	1	15,0	30 - Atividades Agrícolas e a Agropecuária
	45	10	20	-	5,5	
	85	70	65	-	21,0	
	65	40	4,5	-	15,0	
	27	20	0,5	1	3,5	
	20	10	17,5	2	4,0	
	10	70	30	8	6,0	
	37	70	11,5	-	12,5	

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATERIA LECCIONADA
x		03 - D Petróleo - s/uti-
-		lização.
-		
x		04 - Exercício Dirigido
-		
-		09 - D Alumínio -
4		
3		10 - D Manganes.
-		
x		11 - D Cálcio - Utilida-
x		des.
4		
x		16 - D Mincerais Alumin-
-		os.
x		
4		16 - Reposição - Exercício
-		
3		17 - Teste
-		
-		18 - Desenvolvimento Im-
-		dustrial
x		
2		23 - Matéria Prima.
x		
1		24 - Bimestral
-		
3		25 - Recursos Energetico
-		
x		20 - Indústria Petrolífera
-		
x		
-		
x		
2		
x		
x		
-		
x		
x		
1		
x		
x		
x		
x		
x		
-		

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATERIA LECIONADA
	-2	
		01. Estudo Dirigido
		02. A Indústria Carbonífera
		03. As Minas Carboníferas do Brasil
		04. Estudo Dirigido
		05. Palavra chave.
		07. Exercício - aula de reposição
		08. Exercício - aula de reposição

ANEXO 4
DIÁRIOS
EE 13 DE MAIO
6ª SÉRIE/1976

1988
ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE

DISCIPLINA	
CURSO	
SÉRIE	TURNO
TURMA	SALA

PROFESSOR

ESTABELECIMENTO DE ENSINO



GRÁFICA TAMÓIOS
AV. AUGUSTO DE LIMA, 1.150 - TELES. 336-1011 e 335-8110
S.E.E.M.G. - DOC. - 11 - BELO HORIZONTE

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
30	08	04 - População e Rede Urbana
14	085	05 - A metrópole de S. Paulo
265	225	06) 17 - A metrópole do Rio de Janeiro
10	265	18 - A metrópole de Belo Horizonte
275	11	19 - As atividades Agro-pastoris
285	115	24 teste mensal
16	085	25 - As áreas de planalto - Estudo Dirigido em grupo
165	17	26 - As Baixadas Esportivas
17	20	27
27	1.5	31 - V vale médio do Paraíba
1.5	1.0	
-	0.8	
0.8	1.15	
1.15	1.45	
0.75	1.4	
1.4	1.0	
1.0	1.5	
1.5	3.2	
0.8	0.8	
0.8	0.8	
0.8	1.65	
1.65	0.80	
0.80	1.2	
1.2	1.3	
1.3	2.5	
2.5	2.3	

TOTAL FALTAS	NOTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
	1,2	3,0	01 - Atividades Industriais -
	1,25	4,5	
	0,85	-	
	1,0	0,7	02 - A energia Hidroelétrica e recursos minerais do Sudeste.
	1,0	2,5	
	0,95	4,5	
	0,6	1,0	
	1,25	1,0	
	1,0	2,25	03 - O complexo Industrial de S. Paulo.
	0,8	4,4	
	1,25	3,0	
	0,75	0,85	08 - O Complexo Industrial do Rio de Janeiro - Estudo Dirigido
	1,25	6,0	
	0,55	2,65	
	0,65	0,5	
	1,85	2,25	
	1,0	0,5	09 - Teste manual
	1,35	0,6	
	1,7	1,5	14 - O complexo Industrial de Belo Horizonte.
	1,15	1,75	
	1,0	3,75	
	1,25	2,3	
	1,85	3,0	22 - Estudo Dirigido em grupo do complexo.
	0,5	1,1	
	0,5	1,85	
	0,3	3,0	
	0,4	2,75	24 - Outros centros Industriais
	1,95	1,0	
	1,1	0,6	
	0,75	1,0	
	-	-	28 - O Turismo na Sudeste
	1,95	1,15	
	1,15	2,25	
	1,25		
	1,3	2,6	29 - Recapitulação para a prova Escritos
	1,0	2,05	
	0,9	0,6	
	0,95	1,0	
	1,2	1,5	30 - Prova Bimestre
	1,0	2,25	
	1,3	0,2	
	0,5	1,1	
	1,0	2,25	
	1,8	2,0	
	-	-	
	-	1,3	

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
-		05 - Espaço e circulação
3		caã
X		
-		06 - Rede Ferroviária
4		do Sudeste - Questões
2		
3		07 - O sistema Porto
-		maris.
4		
2		12 - O sistema aéreo
4		e portuario - Estudo
*		dirigido.
-		
1		
3		13 - O comércio Inter-
X		no - Exercício.
4		
-		14 - O comércio exter-
1		no - Exercício
-		
X		19 - Os corredores de
3		exportação - Exercício
X		
1		
2		20 - Região Norte -
2		aspectos gerais - Soc
X		ligação
2		
1		21 - Reunião cívico so-
3		cial - Recepção ao
1		Sr. Governador do Estado
2		
3		26 - O relevo da região
2		Norte - aspectos gerais
-		Exercício.
7		
3		27 - Solos e Vegeta-
2		ção - Estudo Dirigido
3		
2		
-		28 - Hidrografia -
-		principais rios - Socia-
1		lização - Exercício
-		
1		
2		
1		
2		
3		
X		
1		

Nº	Nº	Nº	TOTAL	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
1º	2º	3º	FALTAS		
4,35	1,5	0,25	-	150	02 - A População da
1,5	0,75	1,5	1	100	região norte
			x	-	
2,5	0,65		1	120	03 - Teste Mensal
2,75	1,0	3,2	-	70	
2,0	1,5	7,5	-	110	04 - A Rede Urbana
2,5	2,0	2,25	3	65	do Norte - Metrópole
0,75	0,0	2,8	-	70	de Belém e o Centro
2,5	3,5	6,75	1	125	Regional de Manaus
2,5	1,5	2,0	1	70	Exercícios
4,5	1,5	4,25	1	100	
			*	-	09 - A Zona Franca
2,5	3,5	7,5	1	135	de Manaus - Objetivo
2,5	1,5	2,0	1	40	e Influência - Estudo
2,25	3,0	1,8	1	70	Dirigido
			x	-	
2,0	1,75	0,75	4	25	10 - Prova Bimestral
4,5	2,75	1,0	1	110	
2,0	2,5	2,2	2	50	16 - Atividades Econômicas
2,0	3,5	4,25	-	100	da Região Norte
			x	-	
1,5	1,5	1,7	2	50	18 - O Estratificacionismo
			x	-	Monarcal
4,0	2,0	0,625	-	130	
2,0	0,25	4,5	-	90	30 - Recuperação
1,5	4,5	5,7	1	120	
			x	-	
2,0	5,0	6,5	-	135	
1,75	2,5	3,15	-	85	
1,5	2,25	4,7	-	85	
2,0	1,5	2,25	1	70	
2,0	1,25	2,7	2	40	
2,15	1,5	3,4	2	75	
2,0	1,0	2,65	3	50	
2,5	2,15	4,0	-	100	
			x	-	
2,0	2,5	2,75	4	75	
3,2	2,5	6,25	3	100	
1,0	2,0	5,75	4	70	
2,75	2,5	4,0	2	100	
2,0	2,25	1,0	1	35	
1,75	1,75	4,5	-	80	
2,25	1,75	2,0	1	40	
1,5	4,75	7,5	-	140	
3,5	2,5	4,7	-	110	
2,25	2,25	1,8	1	65	
3,0	3,0	4,0	-	100	
2,0	4,0	3,5	-	100	
1,0	1,5	3,0	3	55	
			x	-	
1,5	2,0	2,75	1	60	

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
2		04 - O Extrativismo
-		Vegetal na Região
/		Noite - Ex.
2		
3		05 - O Extrativismo
5		Animal - Exercício
8		
2		
9		06 - Atividade dos
4		partidos da Região
3		Norte.
/		
1		11 - A Peruaquia -
4		áreas de destaque.
3		Exercício
/		
11		12 - Perspectiva de São
3		Tegucigalpa - Região Norte
6		A SUDAM e o projeto
1		RADAM - Exercício
/		
4		13 - A Região Sul
/		
4		18 - O Relívio da região
2		Sul - características
4		gerais - Exercício
/		
19 - Estudo Dirigido em		
2		grupo
2		
1		20 - Delimitação e Vegetação
7		das regiões Sul
1		
8		25 - Hidrografia da
1		Região Sul.
/		
4		26 - Teste Mensal
3		
1		27 - Estudo Dirigido
1		
3		
2		
2		
1		
2		
5		
3		
-		
4		
/		
4		

Matrícula	Matrícula	Matrícula	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
204555			3	160	01. População e Rede Urbana - localização.
406040			1	140	
6060305			2	150	02 - A Metrópole Regional de Porto Alegre
1040200			5	50	
404045			4	125	
205020			8	70	03 - Centros Regionais - localização
40375			4	80	
903515			4	140	
406025			3	150	08. Centros locais - localização
802055			5	135	
506055			2	165	09 - Estudo Dirigido em grupo
1045125			2	60	
906040			1	130	
102035			9	35	10. Setor Agropecuario e áreas pastoris e Agricola
805555			-	190	
502035			1	135	
506055			1	165	15. Prova Bimestral
102050			11	50	
102535			4	60	17 - Área de Colônia e Estrangeira
604045			3	150	
305525			2	150	22. Planalto Paranaense e a Zona de Transição
104575			3	130	
604050			2	150	23. Estudo Dirigido em grupo.
404045			3	125	
506015			2	125	
104515			4	60	04 - Atividades Industriais
706025			3	165	
302025			5	65	
406050			1	180	29 - Outros Centros Industriais -
4050305			3	125	
406035			3	125	30 - Vale do Itajaí e Planalto Paranaense
404530			2	95	
305525			1	105	
202025			8	60	
604025			2	150	
101030			2	40	
304025			1	120	
906025			1	215	
604540			4	150	
202025			2	105	
4060675			-	165	
5050425			2	150	
404020			1	100	

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
1		1. Demarcação e circuitação
3		2. Demarcação
6		06 - Transporte Rodoviários e Ferroviários
11		07 - Transporte Fluvial e Marítimo
5		08 - Transporte Aéreo - Conclusão
11		13 - Região Nordeste - Salvador
4		14 - Região Nordeste - Relevo
11		20 - Características do Relevo - Ex.
10		21 - Teste
2		22 - Clima do Nordeste
4		27 - Exercício Dirigido
4		29 - Vegetação do Nordeste
5		
11		
6		
11		
3		
11		
7		
8		
2		
5		
11		
2		
9		
3		
2		
5		
-		
3		
6		
11		
3		

	% 10	% 12	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA	
	70	52	75	-	200	03. Hidrografia.
	65	55	56	-	17,5	
				x	-	04. Bacia do S. Francisco
	60	50	65	x	17,5	co e s/ importância para
				x	-	o Nordeste.
	65	55	75	↓	14,5	
				x	-	05. Estudos Dirigidos
	-	60	-	x	6,0	
				x	x	10. A População
	70	30	75	4	17,5	
	65	40	60	3	19,5	11. Distribuições
					-	da população
	70	40	60		17,0	
	-	20	48		4,0	12. Estudos Dirigidos
	70	60	80		21,0	
					-	17. A Metrópole de
					-	Recife.
	20	80			10,0	
	70	05	80		15,5	18. A Metrópole de
	60	55	80		20,5	Salvador.
				x	-	
				x	-	
				x	-	19. Outros centros Regio-
	70	55	75	↓	20,0	nais.
	70	75	65	3	21,0	
	20	70	90	↓	16,0	24. Fortaleza e s. km's
				x	x	
				x	x	25. Prova Bimestral
	70	50	45	-	17,5	
	65	50	68	↓	18,0	26. As áreas Economi-
	20	70	91	4	3,5	cas do Nordeste.
				x	-	
	60	80	95	5	23,5	
				x	-	
	70	65	47	x	20,5	
				x	-	
	-	32	-		4,0	
	60	52	45		16,0	
	-	30	-		3,0	
	80	40	45		11,5	
	-	-	-		-	
	70	30	60		16,0	
					-	
	70	80	60		21,0	
	70	50	64		18,0	
	-	30	-		3,0	
	60	50	15		13,5	
	70	50	70		19,0	
					*	
					*	
	-	70	10		8,0	

RECUPERAÇÃO FINAL

NOTAS

Nº	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA	Nº							
				1	7,5	15,0	16,0	20,0			58,5
143 17		51,5		2	3,0	10,0	13,0	17,5			43,5
				3	-	-	-	-			
75 15		37,5		4	4,0	12,0	15,0	17,5			48,5
				5	4,5	7,0	5,0	-			16,5
20 30		30,0		6	5,0	11,0	13,5	14,5			43,0
				7	4,0	6,5	7,0	-			17,5
				8	5,0	7,0	8,0	6,0			26,0
				9	6,0	12,5	14,0	X			32,5
113 20		50,5		10	4,0	7,0	15,0	17,5			43,0
				11	7,5	10,0	13,5	19,5			50,5
				12	-	-	-	-			
				13	3,0	13,5	16,5	17,0			50,0
				14	4,0	4,0	6,0	4,0			18,0
56 23		23,0		15	4,0	7,0	13,0	21,0			45,0
				16	-	-	3,5	-			3,5
				17	7,0	2,5	7,0	-			16,5
15 20		55,5		18	7,5	11,0	19,0	10,0			47,5
				19	3,0	5,0	12,5	15,5			36,0
				20	3,0	10,0	16,5	20,5			50,0
				21	-	-	5,0	-			5,0
				22	4,5	5,0	6,0	-			15,5
				23	-	-	-	-			
				24	5,0	12,0	15,0	20,0			52,0
				25	7,5	9,0	15,0	21,0			52,5
113 13		47,5		26	6,5	12,0	14,0	16,0			48,5
				27	-	-	-	-			
				28	7,5	12,5	X	-			21,0
				29	3,0	8,5	15,0	17,5			44,0
116 9,5		9,5		30	2,5	8,5	13,5	18,0			41,5
				31	3,0	7,0	12,5	3,5			26,0
				32	4,0	4,0	6,0	-			14,0
				33	4,0	7,5	16,5	23,5			51,5
				34	3,0	5,0	6,5	-			14,5
				35	2,5	10,0	18,0	20,5			51,0
				36	1,5	-	-	-			1,5
				37	3,5	7,5	12,5	4,0			27,5
20 14 10		50,0		38	5,0	10,0	13,5	16,0			44,5
				39	-	7,0	9,5	9,0			19,5
21 6 25		17,5		40	5,0	10,0	10,5	11,5			37,0
				41	4,5	3,5	6,0	-			14,0
25 11 14		37,5		42	2,5	8,0	15,0	16,0			41,5
				43	3,5	4,0	4,0	-			11,5
				44	4,0	14,0	18,0	21,0			57,0
				45	5,0	11,0	15,5	19,0			56,5
				46	2,5	6,5	15,0	3,0			27,0
				47	3,0	10,0	18,5	13,5			37,0
				48	6,0	12,0	16,5	19,0			51,5
				49	7,5	9,5	15,0	-			28,0
				50	-	-	-	-			
				51	1,5	6,0	18,0	8,0			25,5
				52							
				53							
				54							
				55							

ANEXO 5
DIÁRIOS
EE 13 DE MAIO
5ª SÉRIE/1977

1977

ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE BIMESTRAL

<i>Geografia</i> DISCIPLINA		
CURSO		
<u>5ª</u> SÉRIE		<u>I</u> GRAU
<u>III</u> TURNO	<u>E</u> TURMA	<u>10</u> SALA

PROFESSOR
O. O. "13 de maio" - I grau
ESTABELECIMENTO DE ENSINO

HORÁRIO

AULAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
1ª AULA						
2ª AULA						
3ª AULA						
4ª AULA						
5ª AULA						

NÚMERO DO ESCANINHO DO PROFESSOR: _____

1.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 06

AULAS DADAS: 06

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES				RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº				FAL.	NOTAS
		07	Início das aulas - contato c/ os alunos.	1					
				2					
				3					
		10	A incansável dança dos Astros (aula espacial)	4					
				5					
				6					
		14	Noções de Universo galáxia, corpos celestes.	7					
				8					
				9					
				10					
				11					
		17	Exercício Dirigido	12					
				13					
				14					
		24	As zonas da terra, as águas - Exercício	15					
				16					
				17					
				18					
		28	As zonas térmicas da Terra.	19					
				20					
				21					
				22					
				23					
				24					
				25					
				26					
				27					
				28					
				29					
				30					
				31					
				32					
				33					
				34					
				35					
				36					
				37					
				38					
				39					
				40					
				41					
				42					
				43					
				44					
				45					
				46					
				47					
				48					
				49					
				50					
				51					
				52					
				53					
				54					
				55					
				56					
				57					
				58					
				59					
				60					

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

1.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 15

AULAS DADAS: 15

OS	MATÉRIA LECIONADA ASSUNTO	Dias	MATÉRIA LECIONADA ASSUNTO	AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE		
				Nº	teste	teste	Bim.	FAL.	NOTAS
13	Um planeta periforme e os movimentos da Terra. (Estudo Dirigido)	04	Exercício s/ Fuso Horário	1	1,4	-	3,0	-3	45
				2	2,45	2,5	5,5	-	100
				3	-	1,0	4,25	3	55
				4	1,25	2,25	5,0	-	85
7	Os Estágios do ano.	11	Coordenadas Geográficas.	5	-	0,25	3,5	-	40
				6	1,4	0,75	0,5	-	30
				7	0,5	1,5	0,5	-	25
10	Teste Mensal.	14	Teste Mensal	8	1,25	-	3,25	-1	55
				9	-	1,5	2,5	1	40
				10	1,25	0,5	-	-	20
14	Os hemisférios - Paralelos e meridianos.	18	A longitude	11	1,5	2,25	2,75	-1	65
		25	Exercício s/ coordenadas Geográficas	12	-	-	-	2	200
				13	-	-	1,5	2	15
7	Exercício Dirigido no livro texto.			14	0,9	0,5	0,25	-	15
		28	Prova Bimestral	15	-	-	-	1	200
				16	2,8	2,5	3,25	-	85
21	Distribuição de Terra e águas.			17	3,8	4,0	5,5	-	135
				18	1,5	-	3,0	1	45
					5	-	1,25	-	35
					2	2,5	3,5	-	60
				21	1,2	0,5	2,0	1	40
				22	1,25	-	3,0	1	45
24	Por que as temperaturas variam nas estações? (tema problema)			23	0,5	1,0	2,75	-1	45
				24	1,65	0,5	1,25	-	35
				25	3,1	1,5	3,75	-	85
				26	1,25	2,75	5,0	-	90
				27	0,5	0,5	1,5	-	25
18	Fuso horário			28	2,0	0,75	1,75	-1	45
				29	2,25	2,25	5,25	-1	105
				30	1,1	0,5	2,5	-	40
24	Reunião Livro - Social			31	-	0,75	1,75	-	25
				32	1,9	1,5	2,75	-	60
				33	-	0,5	-	-1	05
				34	2,5	3,5	5,25	-	110
				35	-	1,25	3,0	1	45
				36	0,75	2,0	1,5	2	55
				37	0,4	0,75	-	2	10
				38	1,4	-	0,75	-	20
				39	0,75	-	3,25	-	40
				40	-	-	-	4	-
				41	0,75	-	1,75	-1	25
				42	1,55	-	0,25	-	20
				43	2,0	-	-	1	20
				44	0,5	2,5	4,25	-	75
				45	-	0,5	1,0	-	15
				46					
				47					
				48					
				49					
				50					
				51					
				52					
				53					
				54					
				55					
				56					
				57					
				58					
				59					
				60					

2º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 17

AULAS DADAS: 17

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE
ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teóric	Práctic	Bim-est	FAL. NOTAS
1. Recepção ao Sr. Governador do Estado.	02	Teste	1	Zero	2.0	4.75	3 - 7.0
			2	2.5	2.0	4.25	2 - 10.0
	06	Exercícios e Escalas	3	2.5	1.5	8.25	2 - 12.5
5. A Rosa dos Ventos desenhada no quadro e explicada.	13	Projeções Exercício	4	4.5	2.0	5.25	2 - 9.0
			5	1.5	3.0	3.0	1 - 6.5
			6	2.0	2.0	3.0	1 - 7.0
9. Recuperação	16	Bimestral	7	1.75	2.0	1.0	1 - 5.0
			8	2.5	2.0	1.25	2 - 6.0
Recuperação	20	Convenções cartográficas	9	1.75	1.5	5.5	1 - 9.0
			10	0.75	Zero	0.25	2 - 1.0
Recuperação	23	Exercício Dirigido.	11	3.0	2.0	3.0	1 - 8.0
			12	3.25	Zero	2.0	1 - 5.5
7. A linguagem dos mapas.	27	o relevo.	13	1.0	Zero	5.0	1 - 6.0
			14	1.0	1.5	3.0	1 - 5.5
			15				X
3. Tipos de mapas	30	Reunião dos professores.	16	2.5	2.0	3.25	1 - 8.0
			17	5.75	2.0	5.5	1 - 13.0
			18	3.25	2.0	Zero	1 - 5.5
6. Exercício do Atlas			19	2.75	1.5	1.25	1 - 5.5
			20	3.75	2.0	1.75	1 - 7.5
8. Escala e projeções			21	2.5	1.0	Zero	2 - 3.5
			22	2.75	2.5	4.0	1 - 10.0
			23	2.0	1.5	3.25	1 - 7.0
			24	4.75	2.5	2.75	1 - 10.0
			25	3.0	2.5	3.75	1 - 10.0
			26	2.25	2.0	5.5	1 - 10.0
			27	Zero	1.5	3.5	1 - 5.0
			28	2.75	2.0	3.25	1 - 8.0
			29	1.5	2.0	6.5	1 - 10.0
			30	5.0	2.0	1.0	1 - 8.0
			31	Zero	2.0	4.5	1 - 6.5
			32	5.0	2.0	7.0	1 - 14.0
			33				1/4
			34	4.75	2.0	7.5	1 - 14.0
			35	4.25	Zero	2.25	3 - 7.0
			36	0.75	1.5	2.0	3 - 4.5
			37				X
			38	1.0	2.0	2.0	3/1 5.0
			39	2.0	2.0	1.5	1 - 5.5
			40				X
			41	3.0	1.0	Zero	1 - 4.0
			42	1.0	1.5	1.0	1 - 3.5
			43				X
			44	2.75	2.5	4.5	1 - 10.0
			45	2.5	2.0	5.5	1 - 10.0
			46				
			47				
			48				
			49				
			50				
			51				
			52				
			53				
			54				
			55				
			56				
			57				
			58				
			59				
			60				

3.º

BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 17

AULAS DADAS: 17

Nº	MATÉRIA LECIONADA ASSUNTO	Dias	MATÉRIA LECIONADA ASSUNTO	AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE FAL. NOTAS	
				Nº	Teste	Trab.		Bimest
1	A Terra sob os nossos pés.	01	Relevo - Agentes tectôni- cos.	1	Zero	5.0	5.0	2/4 100
				2	1.5	6.0	6.5	2/4 140
				3	1.5	6.0	7.0	2/4 150
4	O Estudo dos vulcões e meteoros.	05	Exercício.	4	2.0	6.0	Zero	2/4 80
				5	3.25	6.0	0.5	2/4 100
				6	1.5	4.0	Zero	2/4 55
7	As Camadas da Terra	08	O Relevo Brasileiro	7	0.5	4.0	3.0	2/4 65
	Exercício dirigido.			8	Zero	4.0	4.0	2/4 80
				9	3.5	6.0	10.0	2/4 195
		12	Estudo Dirigido em grupo.	10	0.5	3.0	4.0	2/4 45
8	O solo, rochas, minerais (conceitos)			11	1.25	6.0	8.25	2/4 16.0
	19 Teste		15 de Setembro	12	Zero	4.0	1.25	2/4 55
		15	Bimestral	13	1.0	5.0	3.0	2/4 90
12	Teste.			14	Zero	5.0	4.0	2/4 90
				15	0.5			x -
13	Olimpíadas Estudantis	19	Nos domínios da Hei- drografia.	16	0.25	4.0	5.0	2/4 95
				17	3.75	5.0	1.25	2/4 80.0
				18	1.75	6.0	5.0	2/4 130
14	Olimpíadas Estudantis	21	Patrimônio / Semanas da comunidade	19	0.25	6.0	3.5	2/4 100
				20	2.0	6.0	5.5	2/4 135
				21	Zero			x -
		26	As águas líquidas	22	2.25	6.0	10.75	2/4 190
				23	1.5	6.0	5.0	2/4 125
				24	3.25	6.0	5.25	2/4 150
		29	Exercício D. A. T.	25	2.5	6.0	5.25	2/4 140
				26	1.0	5.0	3.25	2/4 100
				27	0.25	6.0	6.5	2/4 130
				28	1.25	6.0	7.5	2/4 150
				29	2.75	6.0	7.5	2/4 160
				30	2.5	4.0	5.5	2/4 120
				31	0.75	5.0	2.25	2/4 80
				32	3.5	5.0	4.5	2/4 130
				33				x -
				34	2.25	6.0	11.0	2/4 195
				35	1.5	6.0	Zero	2/4 75
				36	0.25	6.0	4.0	2/4 75
				37				x -
				38	0.25	6.0	4.0	2/4 105
				39	0.5	5.0	5.25	2/4 110
				40				x -
				41	0.5	6.0	5.25	2/4 120
				42	1.25	6.0	1.5	2/4 90
				43				x -
				44	1.75	6.0	7.5	2/4 155
				45	2.25	6.0	5.0	2/4 135
				46				
				47				
				48				
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

4.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 16
AULAS DADAS: 17

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE
ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teor.	Prac.	Trab.	FAL. NOTAS
3 Os movimentos do mar	03	Chuvras e temperaturas.	1	5.5	6.1	6.0	1/3 17.5
			2	5.75	3.5	6.0	2/3 16.5
			3	4.75	6.65	5.0	1/1 17.5
6 O relevo Submarino.			4				
	07	Climas do Brasil	5	3.5	-	-	2/3 3.5
7 Estudo Dirigido individual		Exercício c/o Atlas	6	1.0	4.5	-	2/3 5.5
			7	1.0	1.3	5.0	2/3 7.5
	10	Vegetação do Brasil	8				
			9	7.5	9.0	4.0	1/1 20.5
3 Hidrografia. conceitos. As Bacias hidrográficas do Brasil.		17 Bimestral	10				
			11	5.0	4.8	6.0	3/1 16.0
7 Exercício Dirigido (Teor.)	14	Estudo Dirigido em grupo.	12				
			13				
	17	Bimestral	14	1.0	5.3	-	2/1 6.5
			15				
			16	1.0	9.5	5.0	1/1 14.5
4 A Atmosfera. camadas e características	21	A população do Mundo. Exercício	17	2.75	7.15	-	3/3 10.0
			18	2.25	-	-	2/5 2.5
			19	2.25	2.1	5.5	1/1 10.0
17 Estudo Dirigido s/ A Atmosfera.	22	Estudo Dirigido em grupo	20	3.0	5.0	6.0	1/1 14.0
			21				
			22	6.75	3.75	7.0	1/1 17.5
	24	Os grupos étnicos.	23	3.0	5.8	6.0	3/1 15.0
			24	6.25	4.1	5.5	2/3 16.0
			25	4.25	2.8	6.0	2/3 13.0
	27	Estudo Dirigido	26	1.0	6.1	2.0	2/1 9.0
			27	2.0	-	-	-
	28	Demografia - Conceitos	28	2.0	4.8	6.0	1/1 13.0
			29	2.5	Zero	Zero	2/3 2.5
			30	3.0	6.4	5.5	2/3 15.0
			31				
			32	5.25	7.25	6.0	1/1 19.0
			33				
			34	6.0	9.25	6.0	3/1 21.5
			35	Zero	4.1	Zero	4/5 4.0
			36	1.25	Zero	Zero	3/6 1.5
			37				
			38				
			39	2.25	4.75	6.0	3/1 13.0
			40				
			41	1.25	5.9	Zero	1/1 7.5
			42	0.0	2.5	Zero	1/1 4.5
			43				
			44	8.0	4.3	6.0	1/1 18.0
			45	1.0	5.9	5.0	1/1 12.0
			46				
			47				
			48				
			49				
			50				
			51				
			52				
			53				
			54				
			55				
			56				
			57				
			58				
			59				
			60				

BIMESTRE _____

AULAS PREVISTAS: _____

AULAS DADAS: _____

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº			FAL. NOTAS	
14	Relevo - Agentes de erosão - Tópicos e desenhos			1	16,5	11,0	15,5	43,0
				2				
				3				
				4				
14	Formas do Relevo brasileiro - (Teste)			5				
				6				
14	Teste			7				
				8				
15	hidrografia, clima e Vegetação			9				
				10				
				11	18,0	11,0	10,5	39,5
15	Teste			12				
				13				
16	Teste			14				
				15				
				16	15,0	16,0	11,0	42,0
				17				
				18				
				19				
				20	13,0	15,0	2,5	30,5
				21				
				22				
				23	17,0	18,5	19,5	54,0
				24	12,0	13,0	16,0	31,0
				25	11,5	19,0	19,5	50,0
				26				
				27				
				28				
				29	8,5	12,0	14,0	34,5
				30				
				31				
				32				
				33				
				34				
				35				
				36				
				37				
				38				
				39	4,5	9,0	11,0	24,5
				40				
				41				
				42				
				43				
				44				
				45				
				46				
				47				
				48				
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR



GRÁFICA TAMÓIOS

AV. AUGUSTO DE LIMA, 1.150.
FONE: PABX - 335-1011
BELO HORIZONTE — MG

ANEXO 6
DIÁRIOS
EE 13 DE MAIO
6ª SÉRIE/1977

1977

ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE BIMESTRAL

<i>Geografia</i> DISCIPLINA		
CURSO		
<i>6^a</i> SÉRIE		<i>I</i> GRAU
<i>III</i> TURNO	<i>E</i> TURMA	<i>06</i> SALA

<i>Jesus</i> PROFESSOR
<i>E. E. "13 de maio" - I grau</i> ESTABELECIMENTO DE ENSINO

HORÁRIO

AULAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
1ª AULA						
2ª AULA						
3ª AULA						
4ª AULA						
5ª AULA						

NÚMERO DO ESCANINHO DO PROFESSOR: _____

1.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 05

AULAS DADAS: 05

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES					RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº					FAL. NOTAS	
		08	Início do ano letivo. contato c/ os alunos.	1					-	
				2					-	
				3					-	
		10	O Planejamento Regional.	4					-	
				5					-	
				6					-	
		15	Os Superintendentes.	7					-	
				8					-	
				9					-	
				10					-	
		17	As grandes regiões Naturais	11					-	
				12					-	
				13					-	
				14					-	
				15					-	
		24	As regiões Sudeste localizadas e aspectos gerais	16					-	
				17					-	
				18					-	
				19					-	
				20					-	
				21					-	
				22					-	
				23					-	
				24					-	
				25					-	
				26					-	
				27					-	
				28					-	
				29					-	
				30					-	
				31					-	
				32					-	
				33					-	
				34					-	
				35					-	
				36					-	
				37					-	
				38					-	
				39					-	
				40					-	
				41					-	
				42					-	
				43					-	
				44					-	
				45					-	
				46					-	
				47					-	
				48					-	
				49					-	
				50					-	
				51					-	
				52					-	
				53					-	
				54					-	
				55					-	
				56					-	
				57					-	
				58					-	
				59					-	
				60					-	

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

1.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 16

AULAS DADAS: 16

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
OS	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	1.º teste	2.º teste	Bim.	FAL. NOTAS
21	Exercício Dirigido.	05	Estudo Dirigido em grupo.	1	2,2	2,5	3,5	- - 8,0
				2	0,7	-	2,75	- 2 3,5
23	Sudeste - geologia			3	1,3	-	-	2 5 1,3
				4	1,4	2,0	-	1 - 3,5
		14	Cidades - Povoações do Sudeste.	5	1,95	2,25	-	2 2 4,0
28	Sudeste - O litoral			6	1,2	2,0	1,75	- - 5,0
				7	0,35	0,75	2,5	- - 3,5
				8	-	2,75	2,75	4 2 5,5
10	Relevo da região sudeste - Exercício.	14	Cidades principais Exercício Dirigido	9	2,15	2,5	4,5	- - 9,0
				10	-	-	-	x x -
				11	1,95	1,75	1,5	1 2 5,5
				12	0,9	1,5	0,5	2 - 3,0
15	Hidrografia - Os rios são na maioria de planalto.	02	Teste mensal	13	2,05	2,75	3,5	1 - 8,5
				14	1,35	0,25	0,5	- - 2,0
				15	1,95	1,0	1,5	- - 4,5
17	A Bacia do S. Francisco.	26	Uma Região Agrícola e Pastoral	16	-	1,5	3,25	3 3 5,0
				17	2,4	2,75	3,25	- 1 8,5
				18	1,15	1,5	3,75	- 1 6,5
22	Bacia do Oeste e bacia do Paraná Exercício	28	Pinuschal	19	1,6	2,75	1,25	1 1 5,5
				20	1,3	2,6	1,5	1 1 5,5
				21	2,15	2,5	1,25	1 - 6,0
				22	1,75	-	-	x x 1,75
				23	1,25	2,5	3,0	- - 7,0
24	Teste Mensal.			24	0,95	-	2,25	- 1 3,0
				25	1,3	1,5	1,75	1 - 4,5
				26	0,55	2,25	1,25	1 - 4,0
29	Clima - a influência da latitude e do relevo.			27	1,85	2,25	4,25	- 2 8,0
				28	1,75	1,0	0,25	1 - 3,0
				29	1,2	2,0	0,5	1 - 4,0
				30	0,9	0,5	2,0	- - 3,5
31	Vegetação e Fauna			31	1,15	2,0	2,75	1 - 6,0
				32	0,6	1,5	3,5	- 1 6,0
				33	0,35	2,25	1,75	2 1 5,5
				34	2,25	2,25	4,5	- 2 9,0
				35	2,8	2,5	3,0	- - 8,5
				36	2,0	2,5	1,75	3 2 6,0
				37	1,95	3,35	1,0	- - 6,5
				38	1,35	2,25	4,25	- 1 8,0
				39	0,7	1,0	2,75	- - 4,5
				40	1,8	1,25	3,25	- 1 6,5
				41	1,0	2,35	3,0	- 2 6,5
				42	1,8	2,0	2,5	- - 6,5
				43	0,75	1,75	2,75	1 - 5,5
				44	1,55	2,25	1,5	- 1 4,5
				45	1,6	2,0	2,75	- - 6,5
				46	1,3	3,0	2,25	- 1 6,5
				47	0,5	1,75	2,25	- - 4,5
				48				1 - 4,5
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

2.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 17

AULAS DADAS: 17

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teor.	Exer.	Bimestre	FAL. NOTAS
08	Estudo Dirigido em grupo.	02	Teste	1	5.0	2.0	6.0	- 13.0
				2	5.0	2.0	7.0	- 14.0
		07	Rede de transporte da sudeste Exercício	3				X -
				4				X -
05	Plantas, pomares e granja e hábitos alimentares - expositiva.	09	A região norte	5	5.0	2.0	7.25	3 - 14.0
				6	4.0	2.0	6.0	- 12.0
				7	2.0	2.0	4.75	- 7.0
10	Exercício			8	2.0	-	-	X X
				9	4.5	2.0	4.0	1 - 10.5
12	Atividades Industriais da Região Sudeste	16	Geologia da Região Norte.	10				X -
				11	4.5	2.0	3.5	4 - 8.0
		21	Trava trimestral	12	4.0	2.0	3.5	- 10.0
				13	4.0	2.0	6.5	- 12.5
17	Reunião c/a superintendente de Geografia da Delegacia de Ensino	23	Exercícios dirigidos	14	3.5	2.0	4.0	1 - 9.5
				15	1.5	2.0	4.5	- 8.0
18	Exercício Dirigido.			16	3.5	2.0	3.0	4 - 8.5
				17	5.75	2.0	5.5	- 13.0
		28	As Terras elevadas das Regiões Norte	18	2.0	2.0	3.75	1 - 6.0
				19	1.5	2.0	5.75	1 - 9.0
24	As Indústrias de transformação e Recursos Energéticos	30	Reunião dos professores	20	5.0	2.0	6.25	2 - 13.0
26	Exercício			21	5.0	2.0	5.0	1 - 12.0
21	O Comércio Interno e Externo, da Sudeste.			22				X -
				23	3.25	2.0	5.0	- 10.5
				24	3.75	0.5	3.5	4 - 8.0
				25	3.5	2.0	3.25	1 - 9.0
				26	1.75	2.0	5.75	2 - 10.0
				27	3.0	2.0	7.25	2 - 12.0
				28	1.5	2.0	4.0	1 - 7.5
				29	2.0	2.0	3.5	2 - 5.5
				30	3.5	2.0	3.5	1 - 9.0
				31	2.0	2.0	5.5	2 - 9.5
				32	4.5	1.5	7.75	2 - 13.0
				33	2.0	2.0	6.5	3 - 10.5
				34	5.75	1.5	8.25	1 - 15.5
				35	6.0	2.0	6.5	- 13.5
				36	2.75	2.0	1.75	1 - 6.5
				37	2.5	2.0	4.75	1 - 9.0
				38	4.5	2.0	7.0	2 - 13.5
				39	0.75	2.0	5.25	1 - 8.0
				40	5.75	1.5	8.0	- 15.0
				41	3.75	2.0	3.5	1 - 10.0
				42	4.25	2.0	7.25	1 - 13.5
				43	3.5	1.5	7.5	2 - 12.5
				44	4.75	0.5	5.5	- 11.0
				45	2.0	2.0	3.25	4 - 8.5
				46	5.75	2.0	7.25	- 15.0
				47	4.0	2.0	3.75	3 - 10.0
				48				- 13.1
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

3º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 18

AULAS DADAS: 18

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES				RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teó.	Exerc.	Dirig.	Bom.	FAL. NOTAS
02	As Terras Baixas.	01		1	2,25	5,0	10,0		7,5
				2	2,0	2,0	4,0		8,0
04	Os Rios da Amazônia			3					x
				4					x
09	A Vegetação e a Fauna da Região Norte.	06	A Economia da R. Norte	5	2,5	5,0	2,5		11,0
			Extrativismo, Agricultura e Pecuária	6	3,25	5,0	10,5		19,0
				7	1,5	5,0	3,0		9,5
11	Estudo Dirigido individual.	08	Estudo Dirigido em grupo.	8					x
				9	1,5	5,0	3,0		9,5
				10					x
16	O povoamento da Região Norte.	15	Bimestral	11	2,75	3,0	10,5		16,5
				12	3,25	6,0	7,0		16,5
				13	3,0	6,0	4,0		13,0
				14	1,25	5,0	0,5		7,5
18	Principais cidades e vida cultural. Exercício	30	Transportes e Comunicações da R. Norte.	15	2,25	4,0	5,5		12,0
				16	1,75	3,0	1,0		6,0
23	Teste Mensal.			17	2,0	3,0	3,0		8,0
				18	2,75	6,0	8,25		17,0
				19	3,5	6,0	14,0		23,5
		32	Estudo Dirigido em grupo.	20					
25	Olimpíadas Estudantis			21	2,25	4,0	3,5		10,0
				22					
30	Olimpíadas Estudantis	17	A Região Sul - aspectos Gerais.	23	3,25	6,0	7,5		17,0
				24	2,0	6,0	5,0		13,0
				25	0,75	6,0	5,0		12,0
		29	Exercício	26	2,25	6,0	3,0		10,5
				27	2,0	3,0	5,0		10,0
				28	3,25	6,0	10,5		20,0
				29					x
				30	1,5	4,0	3,5		9,0
				31					x
				32	1,0	5,0	3,5		9,5
				33	3,0	5,0	9,5		17,5
				34	2,75	5,0	7,0		15,0
				35	3,0	5,0	8,5		16,5
				36	2,0	5,0	3,5		10,5
				37	2,75	5,0	6,5		16,5
				38	2,5	5,0	8,75		16,5
				39	3,25	6,5	5,0		15,0
				40	2,75	5,0	7,0		15,0
				41	1,5	6,0	3,5		11,0
				42	2,25	4,0	7,5		14,0
				43	2,0	4,0	3,5		9,5
				44	2,5	4,0	2,0		8,5
				45	1,75	6,5	3,5		12,0
				46	2,0	6,0	12,0		20,0
				47	2,25	5,0	9,0		16,5
				48	3,0	6,0	7,0		16,0
				49					
				50					
				51					
				52					
				53					
				54					
				55					
				56					
				57					
				58					
				59					
				60					

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

40 BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 16

AULAS DADAS: 17

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teó.	Bim.	Prat.	FAL. NOTAS
14	O Rio da Região Sul.	03	Exercício - As Ind. de Base e Transformações.	1	9,0	4,5	3,5	2/3 13,0
26	A hidrografia da R. Sul. Exercício / ATLAS			2	3,5	6,5	zero	1/3 10,0
		08	O Movimento Comercial e a Rede de Comunicações do Sul.	3				
				4				
				5				
21	Clima e Vegetação da R. Sul.			6	5,0	11,0	2,5	2/3 17,5
				7				
				8				
13	A vida urbana do Sul.	19	Estado Anúnciado.	9	5,25	2,25	2,0	1/3 9,5
14	As metrópoles do Sul. teste 20 (Exercício)	27	Bimestral DIA 17 DIA 21.	10	4,5	7,5	2,0	2/3 14,0
				11	4,0	2,5	2,5	1/3 9,0
				12	5,25	7,5	3,0	1/3 16,0
18	A vida cultural do Sul	22	O Nordeste - Aspecto físico geral	13	1,5	2,5	zero	2/3 4,0
				14	2,5	6,5	2,5	2/3 11,5
				15	1,75	5,0	zero	1/3 7,0
20	Teste Mensal	24	A Hidrografia da Região Nordeste	16				
				17				
				18				
25	Agricultura Sulina.	23	Exercício	19	zero	12,5	3,0	2/3 15,5
				20				
27	A segunda região industrial do país.	29	Exercício Anúnciado	21	3,5	8,0	3,0	2/3 14,5
				22				
				23	4,0	15,0	2,5	1/3 21,5
				24	4,0	1,0	3,0	2/3 9,0
				25	2,75	6,0	2,5	2/3 11,5
				26	1,5	5,75	3,0	2/3 10,5
				27	3,0	5,5	4,0	2/3 12,5
				28	5,75	6,0	3,0	3/3 15,0
				29				
				30	2,0	6,0	2,5	2/3 10,5
				31				
				32	3,0	14,5	4,0	2/3 21,5
				33				
				34	2,5	13,5	4,0	2/3 20,0
				35	8,0	9,25	3,5	2/3 21,0
				36	3,0	7,5	1,0	2/3 11,5
				37	2,0	8,0	2,5	5/5 12,5
				38	4,0	9,0	2,5	1/3 15,5
				39	6,75	11,8	2,5	2/3 21,0
				40	2,0	7,75	4,0	2/3 14,0
				41	2,5	9,5	2,5	1/3 14,5
				42				
				43	5,5	3,5	2,0	3/3 11,0
				44	4,0	13,5	2,0	2/3 19,5
				45	2,75	4,5	2,5	2/3 10,0
				46	7,0	8,5	3,5	1/3 19,0
				47	6,0	9,75	2,8	3/3 18,5
				48	6,75	11,0	2,5	2/3 20,0
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

BIMESTRE _____

AULAS PREVISTAS : _____

AULAS DADAS : _____

105	MATÉRIA LECIONADA	Dias	MATÉRIA LECIONADA	Nº	AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
					teste	teste	teste		
	ASSUNTO		ASSUNTO					FAL. NOTAS	
10	Centro-Oeste Relevo, Geologia e Hidrografia			1					
				2					
				3					
				4					
				5					
10	Climas e Vegetação da Região Centro-Oeste			6					
	Teste			7					
				8					
12	A População e a Economia da Centro-Oeste			9	8,5	23,0	9,0	-	40,5
				10					
				11	11,0	26,0	15,0	-	52,0
12	Teste			12	18,0	30,0	22,5	-	59,5
				13					
				14					
13	Comércio e os meios de transportes.			15	16,0	15,5	18,5	-	50,0
				16					
				17					
				18					
13	Prova final			19					
				20					
				21	18,0	15,5	12,0	-	45,5
				22					
				23					
				24					
				25					
				26	9,0	7,0	12,0	-	36,0
				27	14,5	16,0	20,5	-	51,0
				28	15,0	11,0	34,5	-	60,5
				29					
				30	5,0	-	-	2	5,0
				31					
				32					
				33					
				34					
				35					
				36	15,0	17,0	18,0	-	50,0
				37	16,0	15,0	18,5	-	50,0
				38					
				39					
				40					
				41	11,5	9,0	20,5	-	41,0
				42					
				43	7,5	16,5	3,0	-	27,0
				44	22,0	16,0	12,0	-	50,0
				45	14,0	24,0	7,0	-	45,0
				46					
				47					
				48					
				49					
				50					
				51					
				52					
				53					
				54					
				55					
				56					
				57					
				58					
				59					
				60					

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR



GRÁFICA TAMÓIOS

AV. AUGUSTO DE LIMA, 1150

FONE: PABX - 335-1011

BELO HORIZONTE — MG

ANEXO 7
DIÁRIOS
EE 13 DE MAIO
7ª SÉRIE/1977

1977

ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE BIMESTRAL

Geografia
DISCIPLINA

CURSO

7^a

SÉRIE

I

GRAU

III

TURNO

B

TURMA

03

SALA

E. E. "13 de maio" - I grau
ESTABELECIMENTO DE ENSINO

HORÁRIO

AULAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
1ª AULA						
2ª AULA						
3ª AULA						
4ª AULA						
5ª AULA						

NÚMERO DO ESCANINHO DO PROFESSOR: _____

1º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 06

AULAS DADAS: 06

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES				RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº				FAL.	NOTAS
		07	Início das aulas - contato com os alunos.	1				-	
				2				-	
				3				-	
		11	Os Continentes - exposição (e mapas)	4				-	
				5				-	
				6				-	
				7				-	
		14	Moedas de "Pechengs" e Banquias.	8				-	
				9				-	
				10				-	
		18	Estudo Dirigido em grupo.	11				-	
				12				-	
				13				-	
				14				-	
		25	As Regiões Polares	15				-	
				16				-	
				17				-	
				18				-	
		28	O novo Continente - introdução	19				-	
				20				-	
				21				-	
				22				-	
				23				-	
				24				-	
				25				-	
				26				-	
				27				-	
				28				-	
				29				-	
				30				-	
				31				-	
				32				-	
				33				-	
				34				-	
				35				-	
				36				-	
				37				-	
				38				-	
				39				-	
				40				-	
				41				-	
				42				-	
				43				-	
				44				-	
				45				-	
				46				-	
				47				-	
				48				-	
				49				-	
				50				-	
				51				-	
				52				-	
				53				-	
				54				-	
				55				-	
				56				-	
				57				-	
				58				-	
				59				-	
				60				-	

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

1º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 16

AULAS DADAS: 16

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES				RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	teste	teste	Bin.	FAL.	NOTAS
04	Américas - Aspecto Físico - Geologia e Relevo	01	Exercício Dirigido.	1	3.0	0.5	1.5	- 1	5.0
				2	2.5	0.25	3.0	-	6.0
				3	2.1	3.0	2.0	-	7.5
07	Os Andes e as Rochas - Os Velhos Planaltos	04	Revisão Língua Social	4	3.2	-	-	1	3.0
				5	-	-	-	-	-
				6	1.2	1.5	2.0	-	5.0
11	As Planícies.	11	Os Países Platinos.	7	2.25	0.5	0.5	-	3.0
				8	1.1	0.25	1.0	- 2	2.5
				9	2.7	2.5	3.5	-	8.0
14	Delimitação - Temperatura - Umidade - Exercícios	15	A Argentina -	10	1.0	1.25	3.5	- 1	6.0
		18	Teste Mensal	11	3.0	1.25	2.5	1	7.0
				12	1.25	1.75	2.0	1	5.0
				13	2.25	2.5	-	2	5.0
18	Chuvvas e Vegetação - Distribuição e Localização - Exerc.	22	Argentina População e Economia - Exercício	14	3.5	2.0	1.5	- 1	7.0
				15	1.1	1.0	5.0	- 1	7.0
		25	Prova Bimestral	16	-	-	-	1	-
				17	2.0	2.0	3.0	- 3	7.0
		29	Paraguai e Uruguai	18	0.85	2.0	3.5	- 1	6.5
23	Teste Mensal.			19	1.6	2.25	6.0	- 1	9.0
				20	2.5	0.5	3.0	- 1	6.0
				21	1.75	1.25	2.5	-	5.5
				22	1.1	1.5	1.5	-	4.0
25	O povoamento das Américas.			23	0.25	-	2.0	2	3.0
				24	2.1	1.25	2.0	-	5.5
28	Os habitantes das Américas			25	1.25	2.0	1.0	2	4.5
				26	-	1.75	4.5	1	6.5
				27	2.0	1.0	4.0	-	7.0
				28	1.0	1.75	2.0	-	5.0
				29	0.85	1.25	3.5	-	5.5
				30	1.35	3.25	-	1	3.5
				31	1.5	1.0	1.5	1	4.0
				32	3.0	1.75	5.75	1	10.5
				33	1.2	1.0	2.0	-	4.0
				34	1.0	0.75	1.0	1	3.0
				35	0.5	1.25	1.5	1	3.5
				36	2.1	0.5	4.5	- 1	7.5
				37	3.1	1.0	1.5	1	5.5
				38	1.85	0.75	1.0	- 1	3.5
				39	2.0	0.5	2.0	1	4.5
				40	2.7	3.0	3.5	-	9.0
				41	-	-	-	3	-
				42					
				43				3.0	7.5
				44				0.1	7.5
				45					
				46					
				47					
				48					
				49					
				50					
				51					
				52					
				53					
				54					
				55					
				56					
				57					
				58					
				59					
				60					

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

2º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 17

AULAS DADAS: 17

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teor.	Trabalho	Bimestre
02	Recepção ao Sr. Governador do Estado	03	Os países Andinos	1			X
				2	2,25	2,0	3,0
06	Recepção à S. Gra. Prudência da República	06	Exercício Dirigido.	3	1,5	2,0	2,0
				4			X
		10	Peru e Colômbia	5			X
09	Paraguai		dição Bolívia.	6	1,25	2,0	3,75
		13	Prova Bimestral	7	0,75	2,0	0,5
11	Exercício Dirigido			8	2,05	1,5	3,25
16	Recuperação	17	Colômbia e o Equador.	9	3,25	2,0	6,0
				10	1,0	2,0	1,5
20	Exercício de Recuperação	20	Estudo Dirigido em grupo.	11	1,75	1,5	8,5
				12	0,5	1,5	2,25
				13	1,5	2,0	2,75
23	Paraguai - Aspectos Físicos e Econômicos			14	2,85	2,0	5,5
				15	2,55	2,0	0,5
27	Exercício Dirigido.	27	Equador - Aspectos Físicos e Econômicos	16			X
31	Teor.			17	1,5	2,0	3,5
				18			X
				19	3,0	2,0	6,75
				20	3,0	2,0	7,0
				21	2,5	2,0	1,75
				22	2,25	2,0	4,5
				23	2,15	1,5	Zero
				24	3,0	2,0	4,75
				25	2,5	2,0	3,0
				26	2,25	2,0	7,5
				27	1,25	2,0	Zero
				28	1,0	2,0	3,5
				29	2,75	2,0	8,25
				30	2,0	2,0	3,5
				31	0,5	1,5	3,75
				32	2,0	2,0	3,0
				33	3,5	2,0	6,25
				34	1,8	2,0	5,75
				35	0,75	2,0	3,0
				36	1,25	Zero	2,0
				37	0,5	Zero	4,75
				38	2,05	2,0	3,0
				39	2,75	Zero	6,5
				40	2,5	2,0	7,25
				41			
				42			
				43			0/4 14,0
				44			0/1 10,0
				45			
				46			
				47			
				48			
				49			
				50			
				51			
				52			
				53			
				54			
				55			
				56			
				57			
				58			
				59			
				60			

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

3.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 17

AULAS DADAS: 17

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teó.	Bim.	Prat.	FAL. NOTAS
01	Venezuela Aspecto Físico	02		1				X
				2	2,5	7,5	6,0	7- 16,0
05	Venezuela Aspecto Económico	05	México - Aspecto Físico	3	3,5	8,0	6,0	7- 18,5
				4				X
				5				X
08	As Guianas, Aspecto geral	09	Exercícios	6	3,75	8,5	6,0	7- 18,0
				7	4,25	10,5	3,0	7- 18,0
				8	1,5	8,0	3,0	4- 12,5
12				9	4,25	10,5	5,0	7- 20,0
		12	México - Aspectos Humanos e Económicos	10				X
19	Exercício Dirigido			11	4,25	12,5	5,0	7- 22,0
				12	1,0	7,0	2,0	4- 10,0
22	teste	16	Exercícios no mapa	13	2,75	8,0	2,0	4- 12,0
				14	2,75	8,75	6,0	7- 19,5
26	Olimpíadas Estudantes			15	1,25	6,0	2,0	7- 9,5
		19	Bimestral	16				X
		23	Estudo Dirigido/México	17	1,75	7,5	2,0	7- 11,0
		26	Palavra e/ou (Semana da comunidade)	18				X
29	Olimpíadas Estudantes			19	4,0	7,5	6,0	7- 17,5
				20	2,75	zero	zero	X
				21	3,75	7,0	4,0	7- 15,0
		30	América Central e Antilhas	22				X
				23	1,75	-	-	4- 2,0
				24	4,0	10,5	6,0	7- 20,5
				25	4,0	9,5	6,0	7- 19,5
				26				X
				27	3,5	10,5	4,0	7- 17,5
				28	zero	10,5	5,0	7- 15,5
				29	2,75	4,0	6,0	7- 13,0
				30	1,25	10,0	4,0	7- 15,5
				31	1,0	8,5	2,0	7- 11,5
				32	2,25	6,5	5,0	7- 14,0
				33	4,5	7,0	6,0	7- 17,5
				34	3,75	7,5	4,0	7- 15,5
				35	1,0	2,0	2,0	4- 5,0
				36	1,0	7,5	2,0	7- 10,5
				37	2,5	8,5	4,0	7- 15,0
				38	1,5	5,0	6,0	7- 12,5
				39	2,5	10,0	zero	4- 12,5
				40	1,5	13,5	2,0	7- 17,0
				41				
				42				
				43	4,0	7,25	5,0	7- 16,5
				44	2,0	3,5	6,0	7- 11,5
				45				
				46				
				47				
				48				
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

4.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 16

AULAS DADAS: 16

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teó.	Bim.	Prat.	FAL. NOTAS
07	Estudo Dirigido em grupo	07	O Sudeste e as Grandes Planícies dos E. Unidos	1				
				2	5,0	6,0	6,0	3/ 17,5
				3	6,0	8,0	7,0	3/ 21,0
07	Cuba - aspectos Gerais	07	Estudo Dirigido em grupo.	4				
10	Exercício do Atlas			6	9,5	7,5	7,0	7/ 24,0
14	Os Estados Unidos da América do Norte	11	População e Economia dos E. Unidos	7	6,5	9,0	6,0	7/ 21,5
				8				
		14	Organizações políticas Administrativas.	9	7,0	10,5	6,0	7/ 23,5
17	Teste mensal.			10				
				11				
				12				
23	Os Estados Unidos, Alaska e Hawaii	18	Indústria e Transporte	13	3,5	-	-	5/ 3,5
				14	6,0	7,0	6,0	3/ 20,0
				15				
24	Exercício Dirigido.	23	Prova Bimestral	16				
				17	5,25	10,5	6,0	4/ 21,5
				18				
				19	5,5	10,0	6,0	7/ 21,5
		25	O Canadá - Aspectos Gerais	20				
				21	5,5	6,0	6,0	3/ 17,5
				22				
		28	Canadá, Economia	23				
				24	8,0	5,5	7,0	4/ 20,5
				25	8,0	5,0	6,0	7/ 19,0
				26				
				27	5,0	6,5	6,0	7/ 17,5
				28	3,5	0,5	6,0	5/ 10,0
				29	4,5	9,5	6,0	2/ 20,0
				30	3,5	10,5	6,0	3/ 20,0
				31	3,5	-	-	7/ 3,5
				32	6,0	10,0	6,0	1/ 22,0
				33	5,0	7,0	7,0	3/ 19,0
				34	1,5	4,0	7,0	3/ 12,0
				35				
				36	2,0	-	-	4/ 2,0
				37	4,0	3,0	7,0	4/ 14,0
				38	3,5	4,0	6,0	7/ 13,5
				39	3,5	5,0	6,0	2/ 14,5
				40	4,5	8,5	6,0	7/ 19,0
				41				
				42				
				43	2,0	6,5	6,0	7/ 14,5
				44	4,5	7,0	6,0	1/ 17,5
				45				
				46				
				47				
				48				
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

BIMESTRE _____

AULAS PREVISTAS : _____

AULAS DADAS : _____

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE
05	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teste	Teste	FAL. NOTAS
9	Estados Unidos - Aspecto Físico			1			
				2	350	330	680
				3			
				4			
19	Estados as Regiões Aquícolas -			5			
				6			
19	Teste			7	210	320	530
				8			
0	Estados Unidos - Economia Agricultura - Indústrias			9			
				10			
				11			
				12			
10	Comercio Interno e Externo			13			
				14			
				15			
10	Teste A			16			
				17	260	340	600
				18			
				19			
				20			
				21	265	260	525
				22			
				23			
				24			
				25			
				26			
				27			
				28			
				29			
				30	300	-	300
				31			
				32			
				33			
				34	340	310	650
				35			
				36			
				37			
				38			
				39			
				40			
				41			
				42			
				43			
				44	250	-	250
				45			
				46			
				47			
				48			
				49			
				50			
				51			
				52			
				53			
				54			
				55			
				56			
				57			
				58			
				59			
				60			

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR



GRÁFICA TAMÓIOS

AV. AUGUSTO DE LIMA, 1.150

FONE: PABX - 335-1011

BELO HORIZONTE — MG

ANEXO 8
DIÁRIOS
EE 13 DE MAIO
8ª SÉRIE/1977

1977
ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE BIMESTRAL

Geografia DISCIPLINA		
CURSO		
8 ^a SÉRIE		I GRAU
III TURNO	B TURMA	01 SALA

PROFESSOR
E. E. "13 de maio" - I grau
ESTABELECIMENTO DE ENSINO

HORÁRIO

AULAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
1ª AULA						
2ª AULA						
3ª AULA						
4ª AULA						
5ª AULA						

NÚMERO DO ESCANINHO DO PROFESSOR: _____

1º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 06

AULAS DADAS: 06

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES				RESULTADO FINAL DO BIMESTRE
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº			FAL. NOTAS	
		10	Início das aulas - contato com os alunos	1	-			
				2	-			
				3	-			
				4	-			
		13	Espaço Natural	5	-			
				6	-			
				7	-			
		17	Os grandes espaços geográficos.	8	-			
				9	-			
				10	-			
		18	Exercício:	11	-			
				12	-			
				13	-			
		24	O mundo Literário polar - o eixo Equatorial	14	-			
				15	-			
				16	-			
				17	-			
		25	Estudo dirigido em grupo	18	-			
				19	-			
				20	-			
				21	-			
				22	-			
				23	-			
				24	-			
				25	-			
				26	-			
				27	-			
				28	-			
				29	-			
				30	-			
				31	-			
				32	-			
				33	-			
				34	-			
				35	-			
				36	-			
				37	-			
				38	-			
				39	-			
				40	-			
				41	-			
				42	-			
				43	-			
				44	-			
				45	-			
				46	-			
				47	-			
				48	-			
				49	-			
				50	-			
				51	-			
				52	-			
				53	-			
				54	-			
				55	-			
				56	-			
				57	-			
				58	-			
				59	-			
				60	-			

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

1º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 15

AULAS DADAS: 15

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teó	Prat	Bim.	FAL. NOTAS
03	O meio Intertropical	01	Exercício Dirigido	1	2,75	2,0	5,75	-- 105
				2	1,75	3,0	4,5	1 90
04	Os Desertos Quentes			3	1,0	2,5	3,5	- 70
		14	O Aproveitamento dos Recursos Naturais	4	0,75	-	3,0	- 40
				5	0,75	-	-	1 10
10	Exercício - Palavra Chave.			6	2,25	2,5	3,0	- 80
		15	Formas de aproveitamento - áreas de cultivo - Exercício.	7	1,15	3,0	4,75	- 90
				8	2,75	2,5	3,5	1 75
11	O meio tem influência no desenvolvimento do homem?			9	1,5	2,0	-	2 35
				10	0,75	2,0	3,75	1 65
		22	Recursos Hidrológicos	11	2,5	2,0	5,0	- 95
				12	3,0	-	2,0	- 50
				13	2,5	2,0	5,25	- 100
17	Fatores que atuam na evolução do homem	18	Bimestral	14	3,0	2,0	4,75	1 100
		29	Solos (Recursos) e minerais	15	1,4	2,0	2,0	- 55
				16	3,25	2,0	3,75	- 90
19	Teste mensal			17	1,85	-	6,5	- 85
				18	1,85	2,0	3,5	- 65
				19	2,75	2,0	4,25	- 90
24	A distribuição atual da população			20	3,0	3,0	4,75	- 110
				21	2,75	2,0	3,75	- 85
				22	1,6	2,5	1,25	1 55
				23	3,5	2,0	4,25	- 100
25	O Espaço Geográfico e o homem			24	1,75	3,0	4,75	- 85
				25	3,1	3,0	4,5	- 105
				26	3,0	3,0	4,75	- 100
31	Restígio de um período primitivo.			27	2,15	3,0	4,25	- 85
				28	1,5	2,5	4,0	- 80
				29	0,5	2,5	2,5	2 55
				30	2,25	-	2,5	2 50
				31	2,15	2,0	2,0	- 60
				32	1,25	2,5	3,25	- 70
				33	1,1	3,5	3,0	- 65
				34	1,25	3,5	5,0	- 90
				35	1,75	2,0	1,75	- 55
				36	2,75	3,0	4,0	- 100
				37	0,9	-	-	1 40
				38	2,0	2,0	5,25	- 90
				39	2,5	2,0	3,5	- 80
				40	0,25	2,0	3,25	- 55
				41	2,35	3,5	4,25	- 90
				42	0,75	2,0	2,25	- 50
				43	-	-	2,75	- -
				44	-	-	-	65
				45				
				46				
				47				
				48				
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

2.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 16

AULAS DADAS: 16

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teóric	Prat	FAL. NOTAS
05	Exercício Dirigido	02	Teste	1	4.0	3.0	6.75
				2	4.0	3.0	7.25
06	Recepção à S. Excia. Presidente da República	03	Exercício s/ Vegetação	3	3.5	3.0	5.0
				4	2.55	2.0	4.5
				5			X
08	Os Minerais Combustíveis	10	Leitura complementar	6	2.05	3.0	5.25
			o mito do Equilíbrio Geológico e água para o mundo	7	4.75	3.0	5.0
13	Recursos Bioticos			8	2.0	3.0	5.75
				9			X
19	Exercício Dirigido.	16	Organização atual do país	10	2.55	2.0	5.75
			17 Bimestral	11	3.5	3.0	6.0
				12	3.0	3.0	3.25
20	A cobertura vegetal			13	3.25	3.0	7.0
		17	Exercício Dirigido.	14	4.0	3.0	4.75
26	Estudo Dirigido em grupo.			15	3.25	2.0	5.5
		24	Prova Bimestral	16	5.3	3.0	3.0
				17	5.25	3.0	5.75
27	As formações complexas e os complexos			18	4.5	3.0	3.75
				19	5.25	3.0	5.0
		30	Reunião	20	5.75	3.0	4.75
				21	3.75	2.0	7.0
				22	2.00	3.0	2.75
				23	5.0	3.0	4.75
				24	3.25	3.0	5.0
				25	6.0	3.0	6.25
				26	5.25	3.0	6.0
				27	4.55	3.0	5.0
				28	2.5	3.0	5.75
				29	2.25	3.0	4.25
				30	2.5	3.0	4.75
				31	4.55	3.0	3.75
				32	3.75	3.0	3.5
				33	3.75	3.0	6.25
				34	2.00	3.0	3.25
				35	3.0	3.0	6.0
				36	2.00	3.0	5.5
				37	4.5	3.0	7.5
				38	4.5	3.0	5.5
				39	3.0	3.0	3.75
				40	3.55	2.0	7.0
				41	3.0	3.0	6.5
				42	4.3	2.0	5.0
				43	2.75	2.0	2.75
				44	3.5	3.0	6.25
				45			
				46			
				47			
				48			
				49			
				50			
				51			
				52			
				53			
				54			
				55			
				56			
				57			
				58			
				59			
				60			

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

3º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 18

AULAS DADAS: 18

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES				RESULTADO FINAL DO BIMESTRE
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Nota Total	Nota Dirigida	Nota Bim.	FAL. NOTAS
04	O Espaço Rural	04	Olimpiadas - perfil	1	7.0	5.0	11.0	1 - 23.0
				2	2.5	2.0	9.5	1 - 14.0
05	As paisagens Rurais	02	Estudo Dirigido	3	3.0	1.0	4.0	1 - 8.0
				4	4.0	2.0	6.0	1 - 12.0
11	Tipos de culturas	08	O Espaço Urbano	5				
				6	5.5	5.0	8.5	2 - 19.0
16	Exercícios dos representantes da seg. da Educação	09	Teste Mensal	7	5.0	5.0	9.5	1 - 19.5
18	A Organizações Agrícolas das áreas desenvolvidas			8				
				9				
		15	Atividade Urbana e Industrial	10	5.5	2.0	10.0	1 - 17.5
19	Exercício Dirigido	16	Bimestral	11	3.5	5.0	8.5	2 - 17.0
				12	1.0	2.0	3.0	3 - 7.0
				13	6.5	5.0	9.0	1 - 20.5
				14	5.0	2.0	11.0	1 - 18.0
25	Olimpiadas Estudantis (desfile dos jogos)	22	Paletaria 1ª semana da comunidade	15	3.0	2.0	8.0	1 - 13.0
				16	4.5	2.0	9.5	1 - 16.0
28	Olimpiadas Estudantis	29	Os Pontos positivos e negativos da vida Urbana.	17	4.25	3.0	6.5	1 - 14.0
				18	3.5	2.0	7.0	1 - 12.5
				19	5.0	2.0	10.0	1 - 17.0
				20	3.0	2.0	10.0	1 - 15.0
				21	4.75	3.0	9.0	2 - 17.0
		30	Estudo Dirigido em grupo	22	0.5	2.0	9.0	3 - 11.5
				23	6.0	5.0	13.0	1 - 23.0
				24	4.25	2.0	13.0	1 - 19.5
				25	2.0	3.0	8.0	1 - 15.0
				26	0.5	5.0	12.5	1 - 18.0
				27	4.5	2.0	9.5	2 - 16.0
				28	1.5	5.0	8.5	1 - 15.0
				29	8.0	3.0	5.0	2 - 8.0
				30	4.25	2.0	6.5	2 - 13.0
				31	2.25	1.0	6.0	1 - 10.5
				32	0.5	3.0	5.0	1 - 8.5
				33	5.0	2.0	11.5	1 - 18.5
				34	4.0	5.0	10.5	1 - 19.5
				35	4.5	1.0	2.00	1 - 5.5
				36	6.0	3.0	6.0	1 - 15.0
				37	3.0	2.0	9.0	2 - 14.0
				38	6.5	1.0	10.0	3 - 17.0
				39	2.5	3.0	10.0	1 - 15.5
				40	5.5	2.0	6.0	1 - 13.5
				41	3.75	5.0	8.0	1 - 17.0
				42	3.5	2.0	6.5	1 - 12.0
				43				
				44	5.0	5.0	7.0	2 - 17.0
				45	3.0	1.0	6.0	1 - 10.0
				46				
				47				
				48				
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

4º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 17

AULAS DADAS: 17

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	teste	trab.	Bim.	FAL. NOTAS
06	Problemas do Mundo Contemporâneos	03	A Explosão Demográfica.	1	3,5	3,0	12,5	1/1 19,0
				2	7,0	Zero	10,0	3/1 17,0
				3	6,0	3,0	7,5	- 16,5
07	Os sistemas Econômica	04	Exercício Dirigido	4	1,0	3,0	6,0	1/1 10,0
				5				
13	O Capitalismo.	10	Distribuições da população.	6	Zero	3,0	7,0	2/2 10,0
				7	7,5	3,0	9,5	3/1 20,0
14	Exercício Dirigido			8				
20	O sistema Socialista	11	Os Índices de Natalidade e Mortalidade.	9				
				10	2,0	3,0	4,0	- 9,0
				11	6,5	3,5	6,0	- 16,0
21	Estudo Dirigido		DIA 19	12	4,0	-	-	2/3 4,0
		17	Estudo Dirigido!	13	7,5	3,0	7,0	- 17,5
27	Palavra Chave	18	Bimestral	14	4,0	3,0	9,0	- 16,0
				15				
28	Teste Mensal:	18	Bimestral	16	5,0	3,0	6,5	- 14,5
		24	Distribuições da população.	17	7,0	3,0	9,0	1/1 19,0
				18	4,5	3,0	14,5	- 22,0
				19	6,5	3,0	11,0	2/1 20,5
		25	Exercício	20	6,0	3,0	13,5	1/1 19,5
				21	2,0	4,5	4,0	3/1 10,5
		23	Exercício Dirigido	22				
				23	5,0	3,0	3,0	- 11,0
				24	6,0	3,0	14,5	- 19,5
				25	8,0	2,0	9,0	- 19,0
				26	8,0	3,0	8,5	- 13,5
				27	3,5	4,5	5,0	- 13,0
				28	4,5	3,0	10,0	2/1 17,5
				29				
				30	4,5	3,0	7,0	1/1 14,5
				31	6,0	3,0	8,5	3/1 17,5
				32	5,0	3,0	4,5	1/1 12,5
				33	5,0	4,0	14,0	- 23,0
				34	5,5	3,0	11,5	2/1 20,0
				35	6,5	2,0	9,0	1/2 14,5
				36	3,5	3,0	10,5	3/1 17,0
				37				
				38	4,5	3,0	10,5	- 18,0
				39	5,5	3,8	4,5	- 14,0
				40	3,0	3,0	2,0	- 8,0
				41	6,0	3,0	10,5	- 19,5
				42	4,8	3,5	12,0	- 20,5
				43				
				44	6,0	3,0	9,5	- 18,5
				45	Zero	4,0	14	4/1 18,0
				46				
				47				
				48				
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

BIMESTRE _____

AULAS PREVISTAS : _____

AULAS DADAS : _____

Dias	MATÉRIA LECIONADA ASSUNTO	Dias	MATÉRIA LECIONADA ASSUNTO	AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
				Nº	teste	teste	FAL.	NOTAS
16	Organização atual do Espaço			1				
				2				
				3	23,0	28,0	-	61,0
19	O Espaço Rural			4	24,0	15,5	-	39,5
				5				
19	Festa			6	19,0	31,5	-	50,0
				7				
20	A Agricultura nos países desenvolvidos			8				
				9				
				10	22,0	29,5	-	51,5
20	Prox. , ,			11				
				12				
				13				
				14				
				15				
				16				
				17				
				18				
				19				
				20				
				21				
				22				
				23				
				24				
				25				
				26				
				27				
				28				
				29				
				30	22,0	28,5	-	50,5
				31	29,5	24,0	-	53,5
				32	23,5	26,5	-	50,0
				33				
				34				
				35	44,0	32,0	-	76,0
				36			-	
				37				
				38				
				39	30,0	37,5	-	67,5
				40	20,0	13,5	-	33,5
				41				
				42				
				43				
				44				
				45	30,0	25,0	-	65,0
				46				
				47				
				48				
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR



GRÁFICA TAMÓIOS

AV. AUGUSTO DE LIMA, 1.150

FONE: PÁBX - 335-1011

BELO HORIZONTE — MG

ANEXO 9
DIÁRIOS
EE AMADOR NAVES
5ª SÉRIE/1976

1976

(ANO LETIVO)

DIÁRIO DE CLASSE

Geografia
DISCIPLINA

Curso 1º Grau Série 5ª

Turno Noturno Turma F

Profes



										total de folhas	MATÉRIA LECIONADA
										2	3. Os Rios Brasileiros. Análise de mapa - pag. 118.
										3	5. Localizar em mapa das 3 grandes bacias hidrográficas brasileiras.
FFF										11	8. Exercícios relacionados no caderno de atividades.
										-	10. Correção dos exercícios.
FFF										8	12. A Bacia Amazônica.
										-	Exercícios diversificados.
											17. A Bacia Platina.
											pesquisa dirigida.
											19. A Bacia do S. Francisco - Esquemático.
											22. As Bacias Secundárias. Exercícios dirigidos.
											24. Análise bimestral.
										2	26. Unidade Vegetação - Apresentação dos slides.
										-	205. Esquema dirigido sobre o assunto.
										3	29. Exercícios relacionados no caderno de atividades.
										-	
										-	
										1	
										-	
FFF										11	
										1	
										1	
										2	
										2	
										5	
										-	

ANEXO 10
DIÁRIOS
EE AMADOR NAVES
6ª SÉRIE/1976

1977
ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE

DISCIPLINA	
CURSO	
SÉRIE	TURNO
TURMA	SALA

PROFESSOR

ESTABELECIMENTO DE ENSINO



GRÁFICA TAMOIOS
AV. AUGUSTO DE LIMA, 3.152 - TELS. 295-4011 e 355-3110
S.P.E.M.G. - DOC - 11 - BELO HORIZONTE

Matrícula	Sexo	Idade	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATERIA LIGONALIA
404555		19	3	16,0	01. População e Fede
406040		19	1	14,0	Urbana - localizaçõs
6060205		20	2	15,0	02. A Metropolise Regio
4040200		20	5	5,0	nal de Porto Alegre
404045		20	4	12,5	
205020		20	8	7,0	03. Centros Regionais
40325		20	4	8,0	- localizaçõs
403515		20	4	14,0	
406022		20	3	15,0	04. Centros Locais
402055		20	5	13,5	- localizaçõs
506055		21	2	16,5	09. Estudos Dirigido
1004520		21	2	6,0	sem grupo
306040		21	1	13,0	
100025		21	9	9,5	10. Setor Agropecuario
205555		21	3	19,0	zonas pastoris e Agricola
504055		21	1	12,5	
506055		21	2	16,5	15. Prova bimestral
100050		21	11	5,0	
100535		21	4	6,0	17. Area de Colouiza
60405		21	3	15,0	por Estrangeira
305525		21	2	15,0	22. Planalto Paranaense
100525		21	3	14,0	le e a Zona de Transiçõs
604050		21	2	15,0	23. Estudos Dirigido
40405		21	3	12,5	sem grupo
506015		21	2	13,5	
10405		21	4	6,0	24. Atividades Indus
40605		21	3	16,5	trialis
302025		21	5	6,5	
406050		21	1	18,0	29. Outros Centros Indus
4050205		21	3	12,5	trialis
4060805		21	3	12,5	30. Vale do Itajaí e
204530		21	2	9,5	Planalto Paranaense
305585		21	1	10,5	
1000525		21	8	6,0	
6040225		21	2	15,0	
1001030		21	2	4,0	
3040425		21	1	12,0	
40605		21	4	21,5	
204540		21	4	15,0	
604022		21	2	10,5	
4060675		21	-	16,5	
5050425		21	2	15,0	
404020		21	1	10,0	

20	
30	
40	
50	

RECUPERAÇÃO FINAL

NOTAS

Nº	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA	Nº							
				1	7,5	15,0	16,0	20,0			58,5
143 17		51,5		2	3,0	10,0	13,0	17,5			43,5
				3	-	-	-	-			
75 15		37,5		4	4,0	12,0	15,0	17,5			48,5
				5	4,5	7,0	5,0	-			16,5
20 20		30,0		6	5,0	11,0	13,5	14,5			43,0
				7	4,0	6,5	7,0	-			17,5
				8	5,0	7,0	8,0	6,0			26,0
				9	6,0	12,5	14,0	X			32,5
113 20		50,5		10	4,0	7,0	15,0	17,5			43,0
				11	7,5	10,0	13,5	19,5			50,5
				12	-	-	-	-			
				13	3,0	13,5	16,5	17,0			50,0
				14	4,0	4,0	6,0	4,0			18,0
56 23		23,0		15	4,0	7,0	13,0	21,0			45,0
				16	-	-	3,5	-			3,5
				17	7,0	2,5	7,0	-			16,5
15 20		55,5		18	7,5	11,0	19,0	10,0			47,5
				19	3,0	5,0	12,5	15,5			36,0
				20	3,0	10,0	16,5	20,5			50,0
				21	-	-	5,0	-			5,0
				22	4,5	5,0	6,0	-			15,5
				23	-	-	-	-			
				24	5,0	12,0	15,0	20,0			52,0
				25	7,5	9,0	15,0	21,0			52,5
113 13		47,5		26	6,5	12,0	14,0	16,0			48,5
				27	-	-	-	-			
				28	7,5	12,5	X	-			21,0
				29	3,0	8,5	15,0	17,5			44,0
116 9,5		9,5		30	2,5	8,5	13,5	18,0			41,5
				31	3,0	7,0	12,5	3,5			26,0
				32	4,0	4,0	6,0	-			14,0
				33	4,0	7,5	16,5	23,5			51,5
				34	3,0	5,0	6,5	-			14,5
				35	2,5	10,0	18,0	20,5			51,0
				36	1,5	-	-	-			1,5
				37	3,5	7,5	12,5	4,0			27,5
20 14 10		50,0		38	5,0	10,0	13,5	16,0			44,5
				39	-	7,0	9,5	9,0			19,5
21 6 25		17,5		40	5,0	10,0	10,5	11,5			37,0
				41	4,5	3,5	6,0	-			14,0
21 11 14		37,5		42	2,5	8,0	15,0	16,0			41,5
				43	3,5	4,0	4,0	-			11,5
				44	4,0	14,0	18,0	21,0			57,0
				45	5,0	11,0	15,5	19,0			56,5
				46	2,5	6,5	15,0	3,0			27,0
				47	3,0	10,0	18,5	13,5			37,0
				48	6,0	12,0	16,5	19,0			51,5
				49	7,5	9,5	15,0	-			32,0
				50	-	-	-	-			
				51	1,5	6,0	18,0	8,0			33,5
				52							
				53							
				54							
				55							

ANEXO 11
DIÁRIOS
EE AMADOR NAVES
5ª SÉRIE/1977

DIÁRIO DE CLASSE

E. E. "Amador Alves" 1º Grau
NOME DA ESCOLA

Uberlândia
CIDADE

CURSO 1º Grau

DISCIPLINA Geografia

SÉRIE 5ª

TURMA E

TURNO Noturno

ANO LETIVO DE 19 77

PROFESSOR(A) _____

MES.....Fevereiro.....DE 19..77..

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1		-	8-	Apresentação
2		-	11-	Definição e divisão da Geografia
3		-	11-	As Grandes Massas Continentais.
4		-	15-	Os Oceanos e Mares
5		-	18-	As Eras Geológicas da Terra.
6		-	18-	A Unidade. Meu endereço no
7		-		Universo. Introdução.
8		-	25-	As Estrelas - exercícios relaciona-
9		-		dos no caderno de atividades.
10		-	25-	Aula anterior - sequência.
11		-		
12		-		
13		-		
14		-		
15		-		
16		-		
17		-		
18		-		
19		-		
20		-		
21		-		
22		-		
23		-		
24		-		
25		-		
26		-		
27		-		
28		-		
29		-		
30		-		
31		-		
32		-		
33		-		
34		-		
35		-		
36		-		
37		-		
38		-		
39		-		
40		-		
41		-		
42		-		
43		-		
44		-		
45		-		
46		-		
47		-		
48		-		
49		-		
50		-		
51		-		

Aulas Previstas...8.... - Aulas Dadas...8....

Encerrado em...16.....de...Maio.....de 19..77..

MES.....Março.....DE 19..77....

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1		-	1-	Correção dos exercícios anteriores.
2		-	4-	A Via-láctea - Exercícios relacionados no caderno de atividades.
3		-	4-	Correção
4		-	8-	O Universo é imenso, tudo é muito longe.
5		-	11-	Exercícios relacionados no caderno de atividades.
6		-	11-	Correção dos exercícios anteriores.
7		-	15-	O Sol - esquema dirigido.
8		-	18-	O Sol e os Planetas - exercícios dirigidos.
9		-	18-	Montanhas da Terra.
10		-	22-	Satélites, Cometas e Meteoros - esquematização.
11		-	25-	Aula anterior - sequência.
12		-	25-	Resumo dos assuntos estudados.
13		-		Exercícios relacionados sobre o Sol e o Sistema Planetário no caderno de atividades.
14		-		Correção.
15		-	29-	Teste para avaliação dos assuntos estudados.
16		-		
17		-		
18		-		
19		-		
20		-		
21		-		
22		-		
23		-		
24		-		
25		-		
26		-		
27		-		
28		-		
29		-		
30		-		
31		-		
32		-		
33		-		
34		-		
35		-		
36		-		
37		-		
38		-		
39		-		
40		-		
41		-		
42		-		
43		-		
44		-		
45		-		
46		-		
47		-		
48		-		
49		-		
50		-		
51		-		

Aulas Previstas...13... - Aulas Dadas...13...

Encerrado em...16...de...Maio...de 19..77...

MES.....Jun..... DE 19..77...

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1	150	-	1-	A Terra no espaço - pesquisa
2	13,4	-		dirigida.
3	9,7	-	4-	Aula anterior - sequência.
4	7,6	-	5-	A forma e as medidas da
5	7,2	-		Terra.
6	11,2	-	12-	Exercícios relacionados sobre
7	2,4	-		a Terra - forma e movimentos
8	150	-		no caderno de atividades.
9	2,0	-	15-	Correção dos exercícios anteriores
10	2,8	-	15-	A inclinação do eixo da Terra
11	150	-		e as estações do ano.
12	10,4	-	19-	Estudo dirigido - as estações
13	14,3	-		do ano.
14		-	22-	Correção.
15	11,2	-	22-	Avaliação Bimestral
16	6,2	-	26-	II - Unidade - sobre endereço
17		-		na Terra - Introdução.
18	9,3	-	29-	Orientação pelo Sol - Exercícios
19	11,9	-		dirigidos.
20		-	29-	Exercícios relacionados no
21	10,7	-		caderno de atividades - A
22	10,8	-		Terra - hemisférios e orienta-
23	6,2	-		ção.
24	10,6	-		
25		-		
26	8,1	-		
27	6,4	-		
28	10,8	-		
29	13,9	-		
30		-		
31	12,6	-		
32	2,5	-		
33		-		
34	9,6	-		
35	9,4	-		
36	8,3	-		
37	12,9	-		
38	14,4	-		
39		-		
40		-		
41		-		
42		-		
43		-		
44		-		
45		-		
46		-		
47		-		
48		-		
49		-		
50		-		
51		-		

Aulas Previstas...12... - Aulas Dadas...12...

Encerrado em...16...de...Maio...de 19..77...

MES Maio DE 1917

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo (2º Bimestre)
1		-		- Os pontos eslatéricais
2		8		- Latitude e Longitude
3		4		- Fuso Horário
4		1		- Mapas Políticos e Físicos
5		2		- Os Paralelos
6		2		- Os Escalas e Convenções
7		1		
8		3		A Terra e sua estrutura:
9		3		1. Como apareceu a Terra
10		1		- Como é a Terra
11		2		- As Rochas
12		3		- A fisionomia da Terra
13		1		- Os vivos na Crosta
14		2		terrestre
15		2		- O solo nos alimenta
16		3		- Redução da aridez
17		13		- O relevo do Brasil
18		-		- Os planaltos e planícies
19		-		
20		2		
21		1		
22		3		
23		7		
24		11		
25				
26		6		
27		7		
28		-		
29		-		
30				
31		2		
32		1		
33				
34		4		
35		3		
36		3		
37		-		
38		-		
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				Aulas Previstas. <u>13</u> - Aulas Dadas. <u>13</u>
48				
49				Encerrado em <u>27</u> de <u>Junho</u> de 19 <u>17</u>
50				
51				

MES.....*Junho*.....DE 19.77.....

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1	200	-		
2	179	-		
3	15,3	-		
4	12,8	2		
5	18,1	3		
6	18,9	3		
7	3,2	10		
8	200	-		
9	8,0	2		
10	13,9	2		
11	200	-		
12	13,2	1		
13	200	-		
14	8,5	6		
15	19,1	1		
16	15,4	4		
17				
18	15,8	-		
19	19,3	-		
20	17,6	2		
21	13,2	1		
22	15,4	-		
23	14,1	5		
24	9,2	7		
25				
26	130	4		
27	100	-		
28	13,1	-		
29	19,5	-		
30				
31	464	-		
32	40,3	3		
33				
34	8,7	4		
35	11,6	-		
36	13,5	3		
37	170	-		
38	19,5	-		
39				
40				
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				
51				

Aulas Previstas. *12* - Aulas Dadas. *12*

Encerrado em...*27*...de...*Junho*...de 19 *77*

MES.....*Agosto*.....DE 19..*77*...

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1		-		
2		-		
3		-		
4		-		
5		-		
6		-		
7		-		
8		-		
9		-		
10		-		
11		-		
12		-		
13		-		
14		-		
15		-		
16		-		
17		-		
18		-		
19		-		
20		-		
21		-		
22		-		
23		-		
24		-		
25		-		
26		-		
27		-		
28		-		
29		-		
30		-		
31		-		
32		-		
33		-		
34		-		
35		-		
36		-		
37		-		
38		-		
39		-		
40		-		
41		-		
42		-		
43		-		
44		-		
45		-		
46		-		
47		-		
48		-		
49		-		
50		-		
51		-		

Aulas Previstas...*13*... - Aulas Dadas...*13*...

Encerrado em...*12*...de...*Setembro*...de 19..*77*...

MES.....Dezembro.....DE 19...77...

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1	26,5	-		3º Bimestre - Ar e a Atmosfera
2	24,0	-		
3	4,0	4		- O Nitrogênio, oxigênio e gás carbônico.
4	8,5	4		- As variações do tempo
5	11,0	6		- O Ciclo da Água
6	-	-		- As nuvens
7	-	-		- O Clima
8	26,0	-		- A Atmosfera e sua estrutura
9	-	14		- O Brasil - Clima:
10	-	-		→ A Temperatura
11	30,0	-		→ Os ventos
12	16,5	4		→ As chuvas
13	26,5	-		O Clima: Região Equatorial, Região tropical, Região Subtropical
14	-	-		
15	-	-		
16	15,5	4		
17	-	-		
18	14,5	-		
19	9,5	-		
20	-	-		
21	21,5	-		
22	14,0	-		
23	-	-		
24	-	-		
25	-	-		
26	3,0	8		
27	14,0	-		
28	17,0	-		
29	27,5	-		
30	-	-		
31	12,5	5		
32	9,5	5		
33	-	-		
34	-	-		
35	12,5	3		
36	4,0	6		
37	26,5	-		
38	30,0	-		
39	-	-		
40	-	-		
41	-	-		
42	-	-		
43	-	-		
44	-	-		
45	-	-		
46	-	-		
47	-	-		
48	-	-		
49	-	-		
50	-	-		
51	-	-		

Aulas Previstas.....14 - Aulas Dadas.....14

Encerrado em.....4.....de.....Outubro.....de 19...77.....

MES..... Novembro..... DE 1977.....

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1		-		4º Bimestre:
2		-		
3		-		
4		3	4.	1ª Unidade - Hidrografia
5		-		Introdução - As Águas Correntes
6		-		resumo.
7		-	7.	As Águas Brasileiras - Análise
8		-		de mapa - pag. 112 e exercícios
9		-		dirigidos.
10		-	7.	Correção dos exercícios anteriores
11		-		& exercícios relacionados no
12		1		Caderno de Atividades.
13		-	11.	A Bacia Amazônica - Esquema
14		-		orientado.
15		-	14.	A Bacia Platina - pesquisa
16		2		dirigida.
17		-	14.	A Bacia do S. Francisco - resumo.
18		2	18.	Exercícios relacionados sobre
19		-		as 3 grandes bacias hidrográ-
20		-		ficas, no caderno de atividades
21		-	21.	teste, sobre os assuntos estu-
22		-		diados.
23		-	21.	As bacias secundárias - Esque-
24		-		ma orientado.
25		-	25.	Exercícios relacionados no cader-
26		10		no de atividades.
27		-	28.	Correção.
28		-	28.	Este relâmpago sobre as bacias
29		-		secundárias.
30		-		
31		-		
32		-		
33		-		
34		-		
35		-		
36		9		
37		-		
38		-		
39		-		
40		-		
41		-		
42		-		
43		-		
44		-		
45		-		
46		-		
47		-		
48		-		
49		-		
50		-		
51		-		

Aulas Previstas..... 12..... - Aulas Dadas..... 12.....

Encerrado em..... 3..... de Novembro de 1977.....

MES..... Novembro DE 19 77

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1	94,8	-	4-	1ª Unidade - Vegetação
2	63,0	-		Introdução - Análise do mapa
3	46,3	-		pag. 119 e pesquisa orientada
4	-	-		sobre a Floresta Amazônica
5	53,3	-	4-	Exercícios relacionados sobre
6	-	-		a Floresta Amazônica no
7	-	-		Caderno de Atividades.
8	93,8	-	8-	A Mata Atlântica - resumo.
9	-	-	11-	Mata dos Pinhais ou Araucária
10	-	-		resumo.
11	98,8	-	11-	Formações não florestais - esquemas
12	-	-		matricadas.
13	92,6	-	18-	Aula anterior - revisão
14	-	-	18-	Exercícios relacionados no
15	-	-		Caderno de Atividades.
16	47,1	-	22-	Outros tipos de vegetação
17	-	-		do Brasil - exercícios dirigidos.
18	55,1	-		
19	57,8	-	25-	Aula anterior - revisão.
20	-	-	25-	Avaliação Bimestral.
21	60,4	-	29-	Correção dos exercícios dirigidos.
22	59,0	-		
23	-	-		
24	-	-		
25	-	-		
26	-	-		
27	50,7	-		
28	58,4	-		
29	93,2	-		
30	-	-		
31	55,6	-		
32	-	-		
33	-	-		
34	-	-		
35	52,1	-		
36	-	-		
37	83,5	-		
38	98,2	-		
39	-	-		
40	-	-		
41	-	-		
42	-	-		
43	-	-		
44	-	-		
45	-	-		
46	-	-		
47	-	-		
48	-	-		
49	-	-		
50	-	-		
51	-	-		

Aulas Previstas... 11 ... - Aulas Dadas... 11 ...

Encerrado em... 1 de... Novembro de 19 77



MES..... dezembro DE 19. 77

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1	-	-	2-	Revisão do estudo da Vegetação do Brasil.
2	-	-		
3	-	-	2-	Exercícios de fixação sobre o assunto.
4	-	-		
5	-	-		
6	-	-		
7	-	-		
8	-	-		
9	-	-		
10	-	-		
11	-	-		
12	-	-		
13	-	-		
14	-	-		
15	-	-		
16	-	-		
17	-	-		
18	-	-		
19	-	-		
20	-	-		
21	-	-		
22	-	-		
23	-	-		
24	-	-		
25	-	-		
26	-	-		
27	-	-		
28	-	-		
29	-	-		
30	-	-		
31	-	-		
32	-	-		
33	-	-		
34	-	-		
35	-	-		
36	-	-		
37	-	-		
38	-	-		
39	-	-		
40	-	-		
41	-	-		
42	-	-		
43	-	-		
44	-	-		
45	-	-		
46	-	-		
47	-	-		
48	-	-		
49	-	-		
50	-	-		
51	-	-		

Aulas Previstas..... 2 - Aulas Dadas..... 2

Encerrado em..... 3 de..... dezembro de 19. 77

ANEXO 12
DIÁRIOS
EE AMADOR NAVES
6ª SÉRIE/1977

1977

ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE BIMESTRAL

Geografia		
DISCIPLINA		
CURSO		
6 ^a		I
SÉRIE		GRAU
III	E	06
TURNO	TURMA	SALA

PROFESSOR
E. E. "13 de maio" - I grau
ESTABELECIMENTO DE ENSINO

HORÁRIO

AULAS	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO
1ª AULA						
2ª AULA						
3ª AULA						
4ª AULA						
5ª AULA						

NÚMERO DO ESCANINHO DO PROFESSOR: _____

1.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 05

AULAS DADAS: 05

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES					RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº					FAL. NOTAS	
		08	Início do ano letivo. contato c/ os alunos.	1					-	
				2					-	
				3					-	
		10	O Planejamento Regional.	4					-	
				5					-	
				6					-	
		15	Os Superintendentes.	7					-	
				8					-	
				9					-	
				10					-	
		17	As grandes regiões Naturais	11					-	
				12					-	
				13					-	
				14					-	
				15					-	
		24	As regiões Sudeste localizadas e aspectos gerais	16					-	
				17					-	
				18					-	
				19					-	
				20					-	
				21					-	
				22					-	
				23					-	
				24					-	
				25					-	
				26					-	
				27					-	
				28					-	
				29					-	
				30					-	
				31					-	
				32					-	
				33					-	
				34					-	
				35					-	
				36					-	
				37					-	
				38					-	
				39					-	
				40					-	
				41					-	
				42					-	
				43					-	
				44					-	
				45					-	
				46					-	
				47					-	
				48					-	
				49					-	
				50					-	
				51					-	
				52					-	
				53					-	
				54					-	
				55					-	
				56					-	
				57					-	
				58					-	
				59					-	
				60					-	

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

1.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 16

AULAS DADAS: 16

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
OS	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	1.º teste	2.º teste	Bim.	FAL. NOTAS
21	Exercício Dirigido.	05	Estudo Dirigido em grupo.	1	2,2	2,5	3,5	- - 8,0
				2	0,7	-	2,75	- 2 3,5
23	Sudeste - geologia			3	1,3	-	-	2 5 1,3
				4	1,4	2,0	-	1 - 3,5
		14	Cidades - Povosamento do Sudeste.	5	1,95	2,25	-	2 2 4,0
28	Sudeste - O litoral			6	1,2	2,0	1,75	- - 5,0
				7	0,35	0,75	2,5	- - 3,5
				8	-	2,75	2,75	4 2 5,5
10	Relevo da região sudeste - Exercício.	14	Cidades principais	9	2,15	2,5	4,5	- - 9,0
			Exercício Dirigido	10	-	-	-	x x -
				11	1,95	1,75	1,5	1 2 5,5
				12	0,9	1,5	0,5	2 - 3,0
15	Hidrografia - Os rios são na maioria de planalto.	02	Teste mensal	13	2,05	2,75	3,5	1 - 8,5
				14	1,35	0,25	0,5	- - 2,0
				15	1,95	1,0	1,5	- - 4,5
17	A Bacia do S. Francisco.	26	Uma Região Agrícola e Pastoral	16	-	1,5	3,25	3 3 5,0
				17	2,4	2,75	3,25	- 1 8,5
				18	1,15	1,5	3,75	- 1 6,5
22	Bacia do Peste e bacia do Paraná Exercício	28	Pinuschal	19	1,6	2,75	1,25	1 1 5,5
				20	1,3	2,6	1,5	1 1 5,5
				21	2,15	2,5	1,25	1 - 6,0
				22	1,75	-	-	x x 1,75
				23	1,25	2,5	3,0	- - 7,0
24	Teste Mensal.			24	0,95	-	2,25	- 1 3,0
				25	1,3	1,5	1,75	1 - 4,5
				26	0,55	2,25	1,25	1 - 4,0
29	Clima - a influência da latitude e do relevo.			27	1,85	2,25	4,25	- 2 8,0
				28	1,75	1,0	0,25	1 - 3,0
				29	1,2	2,0	0,5	1 - 4,0
				30	0,9	0,5	2,0	- - 3,5
31	Vegetação e Fauna			31	1,15	2,0	2,75	1 - 6,0
				32	0,6	1,5	3,5	- 1 6,0
				33	0,35	2,25	1,75	2 1 5,5
				34	2,25	2,25	4,5	- 2 9,0
				35	2,8	2,5	3,0	- - 8,5
				36	2,0	2,5	1,75	3 2 6,0
				37	1,95	3,35	1,0	- - 6,5
				38	1,35	2,25	4,25	- 1 8,0
				39	0,7	1,0	2,75	- - 4,5
				40	1,8	1,25	3,25	- 1 6,5
				41	1,0	2,35	3,0	- 2 6,5
				42	1,8	2,0	2,5	- - 6,5
				43	0,75	1,75	2,75	1 - 5,5
				44	1,55	2,25	1,5	- 1 4,5
				45	1,6	2,0	2,75	- - 6,5
				46	1,31	3,0	2,25	- 1 6,5
				47	0,5	1,75	2,25	- - 4,5
				48				1 - 4,5
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

2.º BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 17

AULAS DADAS: 17

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teó	Exer.	Bimestre	FAL. NOTAS
03	Estudo Dirigido em grupo.	02	Teste	1	5.0	2.0	6.0	- 13.0
				2	5.0	2.0	7.0	- 14.0
		07	Rede de transporte da sudeste Exercício	3				X -
				4				X -
05	Plantas, pomares e granja e hábitos alimentares - expositiva.	09	A região norte	5	5.0	2.0	7.25	3 - 14.0
				6	4.0	2.0	6.0	- 12.0
				7	2.0	2.0	4.75	- 7.0
10	Exercício			8	2.0	-	-	X X
				9	4.5	2.0	4.0	1 - 10.5
12	Atividades Industriais da Região Sudeste	16	Geologia da Região Norte.	10				X -
				11	4.5	2.0	3.5	4 - 8.0
		21	Trava trimestral	12	4.0	2.0	3.5	- 10.0
17	Reunião c/a superintendente de Geografia da Delegacia de Ensino	23	Exercícios dirigidos	13	4.0	2.0	6.5	- 12.5
				14	3.5	2.0	4.0	1 - 9.5
				15	1.5	2.0	4.5	- 8.0
18	Exercício Dirigido.			16	3.5	2.0	3.0	4 - 8.5
				17	5.75	2.0	5.5	- 13.0
		28	As Terras elevadas das Regiões Norte	18	2.0	2.0	3.75	1 - 6.0
24	As Indústrias de transformação e Recursos Energéticos	30	Reunião dos professores	19	1.5	2.0	5.75	1 - 9.0
26	Exercício			20	5.0	2.0	6.25	2 - 13.0
				21	5.0	2.0	5.0	1 - 12.0
21	O Comércio Interno e Externo da Sudeste.			22				X -
				23	3.25	2.0	5.0	- 10.5
				24	3.75	0.5	3.5	4 - 8.0
				25	3.5	2.0	3.25	1 - 9.0
				26	1.75	2.0	5.75	2 - 10.0
				27	3.0	2.0	7.25	2 - 12.0
				28	1.5	2.0	4.0	1 - 7.5
				29	2.0	2.0	3.5	2 - 5.5
				30	3.5	2.0	3.5	1 - 9.0
				31	2.0	2.0	5.5	2 - 9.5
				32	4.5	1.5	7.75	2 - 13.0
				33	2.0	2.0	6.5	3 - 10.5
				34	5.75	1.5	8.25	1 - 15.5
				35	6.0	2.0	6.5	- 13.5
				36	2.75	2.0	1.75	1 - 6.5
				37	2.5	2.0	4.75	1 - 9.0
				38	4.5	2.0	7.0	2 - 13.5
				39	0.75	2.0	5.25	1 - 8.0
				40	5.75	1.5	8.0	- 15.0
				41	3.75	2.0	3.5	1 - 10.0
				42	4.25	2.0	7.25	1 - 13.5
				43	3.5	1.5	7.5	2 - 12.5
				44	4.75	0.5	5.5	- 11.0
				45	2.0	2.0	3.25	1 - 8.5
				46	5.75	2.0	7.25	- 15.0
				47	4.0	2.0	3.75	3 - 10.0
				48				- 13.1
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

3^o BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 18

AULAS DADAS: 18

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES				RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teó.	Exerc.	Dirig.	Bom.	FAL. NOTAS
02	As Terras Baixas.	01		1	2,25	5,0	10,0		7,5
				2	2,0	2,0	4,0		8,0
04	O Rio da Amazônia			3					x
				4					x
09	A Vegetação e a Fauna da Região Norte.	06	A Economia da R. Norte	5	2,5	5,0	2,5		11,0
			Extrativismo, Agricultura e Pecuária	6	3,25	5,0	10,5		19,0
				7	1,5	5,0	3,0		9,5
11	Estudo Dirigido individual.	08	Estudo Dirigido em grupo.	8					x
				9	1,5	5,0	3,0		9,5
				10					x
16	O povoamento da Região Norte.	15	Bimestral	11	2,75	3,0	10,5		16,5
				12	3,25	6,0	7,0		16,5
				13	3,0	6,0	4,0		13,0
				14	1,25	5,0	0,5		7,5
18	Principais cidades e vida cultural. Exercício	30	Transportes e Comunicações da R. Norte.	15	2,25	4,0	5,5		12,0
				16	1,75	3,0	1,0		6,0
23	Teste Mensal.			17	2,0	3,0	3,0		8,0
				18	2,75	6,0	8,25		17,0
				19	3,5	6,0	14,0		23,5
		32	Estudo Dirigido em grupo.	20					
25	Olimpíadas Estudantis			21	2,25	4,0	3,5		10,0
				22					
30	Olimpíadas Estudantis	17	A Região Sul - aspectos gerais.	23	3,25	6,0	7,5		17,0
				24	2,0	6,0	5,0		13,0
				25	0,75	6,0	5,0		12,0
		29	Exercício	26	2,25	6,0	3,0		11,5
				27	2,0	3,0	5,0		10,0
				28	3,25	6,0	10,5		20,0
				29					x
				30	1,5	4,0	3,5		9,0
				31					x
				32	1,0	5,0	3,5		9,5
				33	3,0	5,0	9,5		17,5
				34	2,25	5,0	7,0		15,0
				35	3,0	5,0	8,5		16,5
				36	2,0	5,0	3,5		10,5
				37	2,75	5,0	6,5		16,5
				38	2,5	5,0	8,75		16,5
				39	3,25	6,5	5,0		15,0
				40	2,25	5,0	7,0		15,0
				41	1,5	6,0	3,5		11,0
				42	2,25	4,0	7,5		14,0
				43	2,0	4,0	3,5		9,5
				44	2,5	4,0	2,0		8,5
				45	1,75	6,5	3,5		12,0
				46	2,0	6,0	12,0		20,0
				47	2,25	5,0	9,0		16,5
				48	3,0	6,0	7,0		16,0
				49					
				50					
				51					
				52					
				53					
				54					
				55					
				56					
				57					
				58					
				59					
				60					

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

40 BIMESTRE

AULAS PREVISTAS: 16

AULAS DADAS: 17

MATÉRIA LECIONADA		MATÉRIA LECIONADA		AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE	
Dias	ASSUNTO	Dias	ASSUNTO	Nº	Teó.	Bim.	Prat.	FAL. NOTAS
14	O Rio da Região Sul.	03	Exercício - As Ind. de Base e Transformações.	1	9,0	4,5	3,5	2/3 13,0
26	A hidrografia da R. Sul. Exercício / ATLAS			2	3,5	6,5	zero	1/3 10,0
		08	O Movimento Comercial e a Rede de Comunicações do Sul.	3				
				4				
				5				
21	Clima e Vegetação da R. Sul.			6	5,0	11,0	2,5	2/3 17,5
				7				
				8				
13	A vida urbana do Sul.	19	Estado Anúnciado.	9	5,25	2,25	2,0	1/3 9,5
14	As metrópoles do Sul. teste 20 (Exercício)	27	Bimestral DIA 17 DIA 1.	10	4,5	7,5	2,0	2/3 14,0
				11	4,0	2,5	2,5	1/3 9,0
				12	5,25	7,5	3,0	1/3 16,0
18	A vida cultural do Sul	22	O Nordeste - Aspecto físico geral	13	1,5	2,5	zero	2/3 4,0
				14	2,5	6,5	2,5	2/3 11,5
				15	1,75	5,0	zero	1/3 7,0
20	Teste Mensal	24	A Hidrografia da Região Nordeste	16				
				17				
				18				
25	Agricultura Sulina.	23	Exercício	19	zero	12,5	3,0	2/3 15,5
				20				
27	A segunda região industrial do país.	29	Exercício Anúnciado	21	3,5	8,0	3,0	2/3 14,5
				22				
				23	4,0	15,0	2,5	1/3 21,5
				24	4,0	1,0	3,0	2/3 8,0
				25	2,75	6,0	2,5	2/3 11,5
				26	1,5	5,75	3,0	2/3 10,5
				27	3,0	5,5	4,0	2/3 12,5
				28	5,75	6,0	3,0	3/3 14,75
				29				
				30	2,0	6,0	2,5	2/3 10,5
				31				
				32	3,0	14,5	4,0	2/3 21,5
				33				
				34	2,5	13,5	4,0	2/3 20,0
				35	8,0	9,25	3,5	2/3 20,75
				36	3,0	7,5	1,0	2/3 11,5
				37	2,0	8,0	2,5	5/5 12,5
				38	4,0	9,0	2,5	1/3 15,5
				39	6,75	11,8	2,5	2/3 21,0
				40	2,0	7,75	4,0	2/3 13,75
				41	2,5	9,5	2,5	1/3 14,5
				42				
				43	5,5	3,5	2,0	3/3 11,0
				44	4,0	13,5	2,0	2/3 19,5
				45	2,75	4,5	2,5	2/3 10,0
				46	7,0	8,5	3,5	1/3 19,0
				47	6,0	9,75	2,8	3/3 18,5
				48	6,75	11,0	2,5	2/3 20,0
				49				
				50				
				51				
				52				
				53				
				54				
				55				
				56				
				57				
				58				
				59				
				60				

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

BIMESTRE _____

AULAS PREVISTAS : _____

AULAS DADAS : _____

105	MATÉRIA LECIONADA ASSUNTO	Dias	MATÉRIA LECIONADA ASSUNTO	AVALIAÇÕES			RESULTADO FINAL DO BIMESTRE FAL. NOTAS
				Nº	Teste	Teste	
10	Centro-Oeste, Relevo, Geologia e Hidrografia			1			
				2			
				3			
				4			
10	Climas e Vegetação da Região Centro-Oeste - Teste			5			
				6			
				7			
				8			
12	A População e a Economia da Centro-Oeste			9	8,5	23,0	9,0 - 40,5
				10			
				11	11,0	26,0	15,0 - 52,0
12	Teste			12	18,0	30,0	22,5 - 59,5
				13			
				14			
13	Comércio e os meios de transportes.			15	16,0	15,5	18,5 - 50,0
				16			
				17			
				18			
13	Prova final			19			
				20			
				21	18,0	15,5	12,0 - 45,5
				22			
				23			
				24			
				25			
				26	9,0	7,0	12,0 - 36,0
				27	14,5	16,0	20,5 - 51,0
				28	15,0	11,0	34,5 - 60,5
				29			
				30	5,0	-	- 2 50
				31			
				32			
				33			
				34			
				35			
				36	15,0	17,0	18,0 - 50,0
				37	16,0	15,0	18,5 - 50,0
				38			
				39			
				40			
				41	11,5	9,0	20,5 - 41,0
				42			
				43	7,5	16,5	3,0 - 27,0
				44	22,0	16,0	12,0 - 50,0
				45	14,0	24,0	7,0 - 45,0
				46			
				47			
				48			
				49			
				50			
				51			
				52			
				53			
				54			
				55			
				56			
				57			
				58			
				59			
				60			

VISTO DA ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR



GRÁFICA TAMÓIOS

AV. AUGUSTO DE LIMA, 1150

FONE: PABX - 335-1011

BELO HORIZONTE — MG

ANEXO 13
DIÁRIOS
EE AMADOR NAVES
7ª SÉRIE/1977

DIÁRIO DE CLASSE

E. E. Amador Naves¹ do 1º grau

NOME DA ESCOLA

Uberlândia

CIDADE

CURSO 1º grau

DISCIPLINA Geografia

SÉRIE 4ª

TURMA A

TURNO 3º

ANO LETIVO DE 19 77

CLASSIFICAÇÃO	NÚMERO	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
				Dias	Resumo
	1			16	Início do Estudo sobre
	2				Formação da Terra
	3			16	Distribuição de apostilas
	4				sobre o assunto acima
	5			23	Estudo dirigido sobre a
	6				distribuição de terras e
	7				água na superfície
	8				terrestre
	9	1		23	Exercícios práticos sobre
	10				a matéria dada
	11			30	Localização dos continen-
	12				tes; oceanos e mares
	13			30	Exercício prático sobre o
	14				assunto dado em aula
	15	1			anterior, para fixação
	16				
	17				
	18				
	19				
	20				
	21				
	22				
	23				
	24				
	25				
	26	1			
	27				
	28				
	29				
	30				
	31				
	32				
	33				
	34				
	35				
	36				
	37	1			
	38				
	39				
	40				
	41				
	42				
	43				
	44				
	45				
	46	1			
	47				
	48				
	49				
	50				
	51	1			
	52				

Aulas Previstas...6... - Aulas Dadas...6...

Encerrado em...30...de...março...de 1977

APLICAÇÃO		NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
ARGUIÇÕES	TRAB. PRAT.				Dias	Resumo
		1	8,1		6	Estudo dos Meridianos, Paralelos e graus da terra
		2	6	1	6	Exercícios práticos para fixação da matéria
		3	10,7		6	Regiões polares. Circuito polar ártico e Circuito polar antártico. Características das regiões. Estudo dos seres vivos dessa região
		4	10,9		13	Repetição da matéria dada para fixação
		5	10,7		20	Prova bimestral
		6	8,5		20	Prova bimestral no valor de 10 créditos
		7			27	Exercício da matéria dada no valor de 5 créditos
		8	8,7		27	Exercício da matéria, isto é, continuação do exercício - valor 5 créditos para média bimestral
		9				
		10				
		11	9,6			
		12	1	1		
		13	7,5			
		14				
		15	7,7			
		16	13,0			
		17	5,0			
		18				
		19	11,7			
		20	10,9	1		
		21	5,7			
		22				
		23	8,7			
		24	14,1			
		25	8,0			
		26	10,9	1		
		27				
		28	12,0			
		29	4,6			
		30	12,8			
		31	10,7			
		32	12,0			
		33				
		34	7,7			
		35	8,7	1		
		36				
		37				
		38	13,0			
		39				
		40	11,7			
		41				
		42	1	1		
		43	11,7			
		44	11,7			
		45	8,5			
		46	13,9			
		47	10,1			
		48	11,7			
		49	7,8	1		
		50				
		51				

Aulas Previstas...*8*... - Aulas Dadas...*8*...

Encerrado em...*30*...de...*abril*...de 19*72*...

APLICAÇÃO		NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
CONDIÇÕES	TRAB. PRAT.				Dias	Resumo
		1	-	-	4	Mapas do Gêiseulo ou Melhor do Polo Norte -
		2	-	-		
		3	-	-	4	Groelândia - cidades principais - porto - capital
		4	-	-		
		5	-	-	11	vegetação característica das regiões polares - Janna
		6	-	-		
		7	-	2	11	Principais explorações no Polo Norte
		8	-	-		
		9	-	-	18	Exercício de verificação do assunto dado
		10	-	-		
		11	-	-	18	Continuação do exercício
		12	-	-		
		13	-	2		Início do Estudo do Continente Americano - Esque-matização
		14	-	2		
		15	-	2	25	Relevo da América - Início do estudo, abrangendo o relevo das 3 Américas.
		16	-	-		
		17	-	-		
		18	-	-	25	Teste para avaliação da aprendizagem. Assunto: Relevo da América
		19	-	2		
		20	-	-		
		21	-	-		
		22	-	-		
		23	-	-		
		24	-	2		
		25	-	2		
		26	-	-		
		27	-	-		
		28	-	-		
		29	-	-		
		30	-	-		
		31	-	-		
		32	-	2		
		33	-	2		
		34	-	-		
		35	-	-		
		36	-	-		
		37	-	2		
		38	-	-		
		39	-	-		
		40	-	-		
		41	-	2		
		42	-	2		
		43	-	-		
		44	-	-		
		45	-	-		
		46	-	-		
		47	-	-		
		48	-	-		
		49	-	2		
		50	-	-		
		51	-	-		
		52	-	-		

Aulas Previstas...8... - Aulas Dadas...8...

Encerrado em...31...de...maio...de 1977

1e

MES.....	
NÚMEROS	Nota do Mes
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	

VILLO.....

APLICAÇÃO		NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
ARGUIÇÕES	TRAB. PRAT.				Dias	Resumo
		1	13.0	3	8	O clima das Américas
		2			8	Exercício da matéria
		3	17.0	-	15	Revisão da matéria para
		4	17.5	-	15	a prova.
		5	19.0	-	22	
		6	20.0	-	22	
		7				
		8	13.0	2		
		9	16.0	-		
		10				
		11	19.0	-		
		12	20.0	-		
		13				
		14				
		15	15.0	-		
		16	14.0	-		
		17	17.0	-		
		18				
		19	16.0	2		
		20	18.5	-		
		21	16.0	2		
		22				
		23	17.5	2		
		24	20.0	2		
		25	18.5	-		
		26	19.0	2		
		27	15.0	2		
		28	20.0	-		
		29	14.0	-		
		30	13.5	2		
		31	17.0	2		
		32	18.5	-		
		33				
		34	18.0	-		
		35	17.5	-		
		36	18.0	2		
		37				
		38	19.0	2		
		39				
		40	20.0	-		
		41				
		42				
		43	18.0	-		
		44	15.0	-		
		45	19.0	2		
		46	19.0	-		
		47				
		48	17.5	2		
		49	14.0	2		
		50				
		51				
		52				

Aulas Previstas...8... - Aulas Dadas...8...

Encerrado em...30...de...Junho...de 19...17...

NÚMEROS	Nota do Mes
1	13.0
2	
3	18.0
4	17.0
5	19.0
6	20.0
7	
8	13.0
9	16.0
10	
11	19.0
12	20.0
13	
14	
15	15.0
16	14.0
17	17.0
18	
19	16.0
20	18.0
21	16.0
22	
23	17.0
24	20.0
25	18.0
26	19.0
27	15.0
28	20.0
29	14.0
30	13.0
31	17.0
32	18.0
33	
34	18.0
35	17.0
36	18.0
37	
38	19.0
39	
40	20.0
41	
42	
43	18.0
44	15.0
45	19.0
46	19.0
47	
48	17.0
49	14.0
50	
51	
52	

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1		—	3	Descobrimto da America
2		4	3	As Américas
3		—	10	Pesquisa
4		—	10	O homem nas Américas
5		—	17	Exatrolho em grupo
6		—	17	Os países Platinos
7		—		
8		—	24	Os países Andinos
9		—	24	Exercícios
10		—		
11		2		
12		2		
13		—		
14		—		
15		—		
16		—		
17		—		
18		—		
19		—		
20		—		
21		—		
22		—		
23		—		
24		—		
25		—		
26		—		
27		—		
28		—		
29		—		
30		—		
31		—		
32		—		
33		—		
34		—		
35		—		
36		—		
37		—		
38		—		
39		—		
40		—		
41		—		
42		—		
43		—		
44		—		
45		—		
46		—		
47		—		
48		—		
49		—		
50		—		
51		—		
52		—		

Aulas Previstas...8... — Aulas Dadas...8...

Encerrado em...31...de...agosto...de 19...77.

MES... ~~Setembro~~ ...

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1		-	14	Resumo e Explicação
2		6		O Inimigo Brasileiro
3		-	21	Na República Brasileira
4		-		Nas terras da Bolívia e
5		-		do Peru
6		-		Estado dirigido
7		-	28	Pimenta
8		-		
9		-		
10		-		
11		-		
12		-		
13		-		
14		-		
15		-		
16		-		
17		-		
18		-		
19		-		
20		-		
21		-		
22		-		
23		2		
24		-		
25		-		
26		-		
27		-		
28		-		
29		-		
30		-		
31		-		
32		-		
33		-		
34		-		
35		-		
36		-		
37		-		
38		-		
39		-		
40		-		
41		-		
42		-		
43		-		
44		8		
45		-		
46		-		
47		-		
48		-		
49		-		
50		-		
51		-		

Aulas Previstas...6... - Aulas Dadas...6...

Encerrado em...30...de...Setembro...de 19...77...

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1			5	Questionário
2				As Guianas
3				Resumo América Central
4		1		
5			12	
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13		1		
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23		2		
24				
25				
26				
27		1		
28				
29				
30				
31				
32		1		
33				
34				
35				
36				
37				
38				
39				
40		1		
41				
42				
43				
44				
45				
46				
47				
48				
49				
50				
51				
52				

Aulas Previstas...8.... - Aulas Dadas...8...

Encerrado em...31.....de...outubro.....de 1977..

NÚMEROS	Nota do Mes	Faltas	MATÉRIA LECIONADA	
			Dias	Resumo
1	23,0	-	9	RESUMO SOBRE AS GUIANAS
2				
3	23,5	1	16	EXPLICAÇÃO SOBRE AS GUIANAS
4	11,0	1		
5	19,0	1	20	RESUMO SOBRE AMÉRICA CENTRAL E EXPLICAÇÕES.
6				
7			23	QUESTIONÁRIO SOBRE AS GUIANAS E AMÉRICA CENTRAL
8				
9	24,0	1		TRABALHO EM GRUPO DE DOIS PARA AVALIAÇÃO
10				
11	18,5	-		
12			29	ENTREGA O COMENTÁRIO SOBRE A PROVA.
13	15,0	2		
14				
15	16,5	1	30	ENTREGA DOS TRABALHOS E COMENTÁRIOS SOBRE OS MESMOS.
16	10,0	-		
17	17,0			
18				
19				
20	24,5	-		
21				
22				
23	12,0	2		
24	26,0	1		
25	21,0	-		
26				
27	24,0	-		
28	31,0	-		
29	21,0	1		
30	17,0	-		
31	25,0	1		
32	22,0	-		
33				
34				
35	18,5	-		
36	17,5	-		
37				
38	20,0	-		
39				
40	21,5	1		
41				
42				
43	24,0	1		
44	16,5			
45	6,0	1		
46	24,0	1		
47				
48	15,0	-		
49				
50				
51				
52	20,5	1		

Aulas Previstas...8... - Aulas Dadas...8.....

Encerrado em...30.....de...NOVEMBRO.....de 1947...

ANEXO 14
DIÁRIOS
EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES
5ª SÉRIE/1976

1976

ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE

GEOGRAFIA	
DISCIPLINA	
1º GRUPO	
CURSO	
5ª A	NOTURNO
SÉRIE	TURNOS
TURMA	SALA

PROFESSOR

E.E. PROF. EDELVINDO LOPES BERNARDES
ESTABELECIMENTO DE ENSINO



GRÁFICA TAMÓIOS
AV. AUGUSTO DE LIMA, 1.150 - TELS. 335-1011 e 335-9110
SEE.M.G. - DCC - 11 - PELO HORIZONTE

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECCIONADA
0		
4		
0		
0		
2		
0		
0		
0		
0		
0		
0		
2		
-		
0		
0		
2		
0		
0		
0		
0		
0		
1		
1		
1		
0		
0		
0		
0		
0		
0		
-		
4		
0		
E N G A N O		
0		
1		
0		
2		
1		
4		
0		
2		
2		
2		

T	T	B	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECCIONADA
-	2	28	1	4,8	2. Planalto Central e Planalto Nordestino
1					
24	2	10	0	14,2	
26	2	86	0	13,8	5. Planalto das Guianas e de Sudeste
23	2	46	1	8,7	
21	1	76	0	10,7	
19	1	92	0	12,9	6. Planalto Meridional
21	1	8	2	3,9	
19	1	86	0	9,9	
11			2	1,1	
1	2	78	0	10,8	9. Planície Amazônica
12	2	58	1	9,0	
17	-	1	4	2,7	13. Planície do Pantanal e Planície Tocantina
3	2	10	0	15	
11		22	0	3,3	14. Exercícios de fixação
-	2	68	0	8,8	
24	2	74	0	11,8	
05	-	7	0	7,5	23. Exercícios de fixação.
16	1	42	0	7,6	
19	2	7	0	10,9	24. Correção dos exercícios
12	1	68	0	9,8	
17	2	66	0	10,3	
13	1	8	2	3,1	27. teste de verificação
18	2	2	0	5,8	
16		44	3	6,0	28. O litoral
2	2	82	0	12,2	
18	1	64	0	10,0	
18	-	22	4	4,0	30. Inspecto do litoral brasileiro.
19	1	62	0	10,1	
11	2	24	0	5,5	
16	1	658	0	9,0	
11	2	46	0	7,7	
16	1	88	0	9,0	
17	2	8	0	11,7	
14	2	44	0	7,8	
19	2	66	0	10,5	
15	2	34	0	6,9	
13	-	62	2	7,5	
		1854	0	7,2	
22	1	68	0	10,8	
09	-	26	5	3,5	
14	1	68	1	9,8	
06			8	-	
			6	-	
	1	46	1	5,6	
			11	-	
		56	2	-	

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
3		4 - Leituras Oceanográficas
0		
0		
2		5 - Regiões oceânicas
0		Mares e
2		Correntes Marinhas
2		
2		7 - Exercícios de fixação
1		ção.
2		
2		11 - 12 - 14 - Aulas de
2		revisão
0		exercícios sobre
3		o clima brasileiro
0		e direção climática
2		do Brasil.
5		
2		
0		
2		
2		18 - Importância econômica dos Oceanos
0		
2		19 - Exercícios de fixação
0		
2		21 - Atividades práticas
2		
1		25 - Recapitulação
3		Questionário
3		
2		26 - Teste
0		
2		
0		28 - Exercícios
0		
9		
2		
6		
2		
4		
7		
-		
6		
2		

JUN. 19 1970

T	F	TR	TR	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
42	35	4	15	2	13,2	1. Clima Brasileiro
56	55	4	4	0	19,1	
6	6	4	35	0	19,5	2. Elementos do clima:
4	45	4	3	0	15,3	temperatura e
46	35	4	4	0	16,1	chuvas.
5	6	4	3	0	18	
46	4	4	35	0	16,1	4. Classificação cli-
28	3	4	4	0	13,8	mática do Brasil.
48	25	4	4	2	15,3	
14	25	4	4	0	11,9	
						8 - Avaliação.
34	1	-	2	3	6,4	
56	6	4	35	1	19,1	9. Exercícios - estudo
46	2	4	4	0	11,6	dirigido sobre o clima
44	25	-	25	1	9,1	brasileiro.
6	25	4	35	0	19	
-	15	4	35	4	8	
						11. Baste
49	25	4	2	0	13,4	
6	55	4	4	0	19,5	
42	55	4	4	0	17,7	
6	35	35	38	3	16,8	15. Vegetação Brasileira
14	3	4	3	0	11,4	16. Floresta Equatorial
1	1	4	4	2	10	
58	55	4	4	0	19,3	
28	5	35	38	0	15,1	18. Floresta Tropical,
-	2	4	25	0	8,5	Tropical de Encosta
26	6	4	3	0	15,6	e Mata da Araucária.
16	5	4	2	0	8,1	
34	3	4	-	2	10,4	
2	35	4	25	0	12	22. Formação de tam-
56	6	4	38	0	19,4	pos e Formações tam-
58	55	4	4	0	19,3	plens (Jardim
3	25	15	38	3	10,8	Boatanga
54	3	4	38	0	16,2	
48	2	4	-	0	10,8	
28	-	-	-	6	2,8	
34	4	4	25	1	19,9	
				7	-	
-	25	4	4	3	13,5	
24	15	-	15	0	5,4	

11901 1716

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
7		3. Hidrografia Brasileira
0		conceito de Bacia Hidrográfica.
0		
1		
0		4. Elementos que formam um rio
1		
0		
0		
3		6. As Bacias Hidrográficas Brasileiras
-		Estudo dirigido
8		
4		10. Bacia Amazônica
0		" São Francisco
0		" Nordeste
0		
-		11. Bacia do Oeste
5		
0		
0		
3		13. Bacia do Sudeste
0		" " Parana
4		" " Araguaia
0		" Platina
0		
0		17. Exercícios
-		
7		
6		
-		20. Potencial energético da Bacia Platina.
0		
0		
-		
0		24. População Brasileira
		conceito de população - Formação étnica
1		
-		
4		25. Movimentos migratórios: emigrações e imigrações
-		
5		
		27. Áreas mais populosas do Brasil
0		

F	T	T	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
-	-	-	-	-	1- População rural e urbana
969	140	20	0	216	
949	140	-	0	225	
828	140	40	0	250	
738	130	50	0	240	3- Rede Urbana.
867	140	50	0	250	conceito e distribuição
648	150	40	0	247	
277	150	40	1	194	8- Rede urbana.
	59	30	1	30	Classificação das cidades: Metrópoles inte-grais e regionais, centros locais e regionais.
			4		10- Exercícios sobre População e Rede Urbana.
5610	150	40	0	246	
457	150	30	1	220	
69	150	30	1	150	
859	150	30	1	256	14- Correção dos exer-cícios.
-	77		6		atividades agrícolas
939	150	50	0	287	
729	150	50	0	263	17- Baste de avalia-ção.
72			5	13	
-	27		0	27	
19	150	30	4	170	
839	150	50	0	278	
418	150	30	0	202	
123	150		0	100	22- O Rebanho Brasileiro
					28- Recursos Minerais
949	150	40	0	276	A Marcha da Industrialização
789	150	50	0	275	Visita à Mina de Ferro Velha
					29- O Ferro
529	150	40	0	239	
146	150		0	131	
378	3		1	120	
			5		
75	150	30	1	165	

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
-		1 - Exercício de Hidratação
0		5 - O Petróleo
0		O Alumínio
0		6 - O carvão Mineral
0		8 - O calcário e o Fosfato
0		Minérios Os Grandes
0		Projetos do Governo
3		12 - O Desenvolvimento Industrial
5		
-		13 - Fontes Naturais
-		- Matéria Primária
2		
1		19 - Extração Mineral
0		" Vegetal
0		
-		20 - Extração Animal
-		
1		
0		23 - Os Recursos Energéticos
-		
0		26 - Parques Nacionais
1		Extração animal
0		Pau Brasil
0		
0		27 - Exercícios de Filiação
-		
8		
-		29 - Recursos Energéticos
0		
0		
0		
1		
-		
0		
-		
-		
-		
0		

		TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
/	/	-	-	3. A Indústria Petroliera
/	/	-	-	- Principais Refinarias - Produtos de Petróleo
7	95,50	1	21,5	
6	90,50	0	20,0	
5	80,50	1	18,0	5. A Indústria Carbonífera
7	90,50	0	21,0	
6	80,5	0	19,0	9. Fatores humanos e físicos
/	/	-	-	micos
7	45,50	0	17,5	12
10	55,5	0	17,5	XI. Urvidence
6	75,5	2	18,5	Transportes, Comércio e Comunicação.
/	/	-	-	- Rede ferroviária brasileira
/	/	-	-	- situação atual
/	/	-	-	- Principais problemas
6	65,5	4	17,5	16. As Rodovias
6	95,5	1	20,5	Problemas da Expansão
7	70,5	0	19,0	
/	/	-	-	17. A Navegação
/	/	-	-	A Navegação Marítima
6	85,5	3	19,5	19. Exercícios de Verificação
6	65,5	1	17,5	
/	/	-	-	23. A Navegação de Cabotagem
5	35,5	3	13,5	Situação atual
6	80,5	0	19,0	
7	85,5	0	20,0	24. O Porto
6	85,5	0	19,5	Exercícios
7	65,5	0	18,5	
/	/	-	-	26. Transportes aéreos
/	/	-	-	Ônibus
/	/	-	-	30. Exercícios de Verificação
6	80,5	0	19,0	
6	90,5	0	20,0	
/	/	-	-	
7	80,50	1	20,0	
/	/	-	-	
8	70,50	0	20,0	
/	/	-	-	
8	57,50	0	21,0	
/	/	-	-	
/	/	-	-	
/	/	-	-	
6	80,50	4	19,0	

ANEXO 15
DIÁRIOS
EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES
6ª SÉRIE/1977

1976

ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE

GEOGRAFIA	
DISCIPLINA	
1º GRADU	
CURSO	
7º	NOTURNO
SÉRIE	TURNO
TURMA	SALA

MARIA HELENA ALBORNO
PROFESSOR

E.E. PROF. EDUARDO LOPES BERNARDES
ESTABELECIMENTO DE ENSINO



GRAFICA TAMOIOS
AV. AUGUSTO DE LIMA 1.150 - TELS. 335-4011 e 335-5110
S.L.E.M.G. - DOC. 11 - BELO HORIZONTE

12/11/10

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
4		
4		
0		
1		
0		
0		
5		
3		
1		
1		
1		
1		
2		
0		
7		
3		
0		
3		
2		
5		
4		
0		
2		
0		
0		
0		
1		
0		
1		
1		
2		
0		
2		
4		
1		
3		
0		
0		
0		
0		
0		
0		
-		
2		
-		
0		
0		
1		
3		
0		

VISTAS 21 AULAS DADAS 21

REVISTA

										TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
17	17	18	24	24	25	31				1		
.				0		
.				0		
.				0		
.				4		
.				0		
.				0		
F	F				5		
.				1		
.				4		
F	F				3		
F	F				3		
.				4		
.				0		
.				0		
.				0		
.				0		
.				1		
.				1		
.	F				3		
.				0		
.				0		
F	F	F				3		
.				0		
.				0		
.				1		
.	F				3		
.				2		
.				0		
.				1		
.				0		
.				0		
.				2		
.				0		
.				2		
.				1		
.				1		
.				1		
.				0		
.				0		
.				0		
F	F	F	F	F	F	F				-		
.				0		
F	F	F	F	F	F	F				-		
.				0		
.				0		
.				0		
.				0		

										TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA	
11	19	19	20	26	26	27					5		5 - Organização Económica do Espaço
F	F					5		Europa Mediterrânea
F	F					7		
F	F	.	F	F	F	.					3		
.					4		6, 12, 12 - Reposição de aulas:
F	F	.	F	F	.	.					3		Assunto - Divisão Política da América
.					5		Latina.
F	F					5		Problemas demográficos
.					3		
F	F					7		
F	F	F	F	F	F	F					9		
F	F	F	F	.	.	.					6		19 - Exercícios de fixação
F	F	F					6		
.	F	F					5		19 - Península Ibérica
F	F					5		Portugal - Espanha
.					8		
F	F	.	F	F	.	.					9		
.					3		
.	.	.	.	F	F	.					5		20 - Grécia - Estudo dirigido
.					3		
.					-		
F	F	.	F	F	.	F					8		
F	F					5		26 - Oeste
.					2		
F	F					5		26 - América Latina
F	F					5		Introdução e Relevo
F	F	F	.	.	.	F					7		
.					3		27 - Hidrografia da América Latina
F	F	F	F	F	F	F					10		
.					0		
.					3		
.					-		
.					3		
.					3		
F	F	F	F	F	F	F					9		
.					0		
.					-		
.	F	.					4		
.					3		
.					3		
F	F	F	F	F	F	F					-		
.					0		
.					-		
.					3		
.					3		
.					3		
.					0		
.					2		

										TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECCIONADA
2	18	19	23	26	30					3		4. Falta do professor.
F	F					0		
.					7		
P	F	F	F	F	F					0		
.					1		
.					0		5. Sistema agro pecu
F	F	F	F	F	F					8		crip da América
F	F	F	F	F	F					7		Latina.
.					0		Mapa da divisão
F	F	F	F	F	F					5		política na América
.							Latina.
.	.	F	.	.	.					2		
.	F					2		
.	F					3		8. Tipos de agricultura
.	F					1		na América Latina
.	F					2		. cultura de subsistência
.	F					0		"plantation"
.	F					2		. O futuro da agricul
.	F					1		tura
.	F					-		
.	F					1		
.	F					7		11. Trabalho em grupo
.	F					0		sobre os tópicos cita-
.	F					-		dos acima.
.	F					3		12. Discussão do traba
.	F							lho feito em grupo.
.	F							
.	F					0		
.	F					0		18. Setor Industrial na
.	F					0		América Latina.
.	F					0		Fase Inicial
.	F					0		Base natural
.	F					0		
.	F					1		19. Estudos Dirigidos
.	F					-		
.	F					0		
.	F					0		23. O Petróleo
.	F					0		- México
.	F					0		- Venezuela
.	F					2		- Brasil
.	F					2		26 - Potencial hidroelétr
.	F							CO da América Latina.
.	F					1		
.	F					0		
.	F					-		30 - Complexidade do
.	F					-		Quadro Industrial
.	F					-		Comércio Externo

										T	T	T	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA	
14	16	18	20	22	23	27	29	30								
.	5 43 41 50	-	17,4	1. América Anglo-saxônica
F	.	.	.	F	5 58 33 50	3	20,1	Introdução
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	-	-	-	
.	5 79 64 50		24,3	
F	F	.	F	F	5 46 36 50	4	19,9	
.	F	5 69 83 50	0	25,2	2. Colonização e Relevo da América Anglo-saxônica
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	-	-	-	
.	5 87 72 50	0	26,0	
E	.	F	F	.	F	5 55 44 50	4	20,0	6. Hidrografia
.				Principais bacias hidrográficas
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	5 66 -	9	11,6	
F	5 75 58 50	1	23,3	
.	.	.	F	F	F	5 86 71 50	2	25,7	8. Salina e Vegetação
.	.	.	F	F	F	5 53 5 50		20,8	
.	.	F	F	F	5 6 47 50	3	20,7	9. Ceste
F	5 53 22 5		19,0	
F	.	F	F	5 62 4 50		20,2	
.	.	F	F	5 8 18 3 50		27,6	
.				13. Estados Unidos da América do Norte.
.	.	F	F	5 83 78 50	2	26,1	Agricultura "Do Belts"
.				
F	F	F	F	F	5 46 -		26	
.	.	.	F	5 9 77 5	1	24,7	
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	-	-	-	14. Fauna do Ex. West
F	.	F	F	5 86 33		17,0	Exercícios
.				
.	.	.	.	F	5 9 66 7 50	1	24,2	
.				16. Ceste
.	.	.	.	F	5 52 61 50	1	21,3	
.	.	.	F	F	5 59 27 50	2	12,6	
F	F	F	F	5 68 51 50	3	22,0	
.	.	.	F	F	5 54 19	2	12,3	18. Reposição das aulas do dia 4 de agosto.
F	5 48 4 50	1	12,8	Revisão da Agricultura nos Estados Unidos.
.				
.	5 62 22 50		12,4	
.	5 42 32 40	0	12,4	
.	.	F	F	.	F	F	5 67 45 50	4	21,2	20. Exercícios de fixação
.				
.	5 51 59 50	0	21,0	
F	.	F	F	5 38 21 50	3	16,0	22. O desenvolvimento industrial e os fatores de industrialização
.	.	F	F	5 47 53 50		21,5	
.	.	F	F	.	F	F	F	5 - -	7	5,0	23. Recursos Minerais e Energéticos Sólidos e Gás Natural

										TOTAL FALTAS	NOTAS	MATERIA LECCIONADA
20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	0	4	4. Pesquisa Dirigida
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1		Demanda. Condições Económicas atuais
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1	6. Teste	
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		7. Indústria e Comércio
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		11. P.R.S.S. Visão Geral
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	-		14. Exercícios de fixação
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	1	18. Quadro Natural	
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		As Planícies Centrais
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	2		Montanhas e Trechos montanhosos
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1	20. Clima e Vegetação	
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		21. Expansão territorial e distribuição da população.
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		As Bases Económicas:
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		1) Socialismo
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0	23. Repetição Exercícios de fixação	
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	2		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		25. Aspectos e problemas de Agricultura Socialista
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1		1) Sistema Político de produção.
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		27. Agricultura em honra
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		Produção agrícola
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		1) Culturas dos pampas
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		As culturas industriais
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		28. O algodão a lã, o girassol.
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	1	28. A pecuária	
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	0		1) desenvolvimento industrial
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		1) gestão de recursos naturais
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		curtidas
/	/	/	/	/	/	/	/	/	/	-		

RESUMO DE
MATERIA LECIONADA

- I. America Anglo Saxonica
- Quadro Natural
 - População
 - Agricultura
 - Pecuária
 - Desenvolvimento Industrial
 - Recursos Minerais
 - Recursos Energéticos
 - Comércio e Indústria
 - Indústria e Comércio

II. URSS.

- Quadro Natural
- Esboço territorial
- Distribuição da População
- As Bases Económicas
- Sistema Proletário de Produção
- Agricultura
- Pecuária
- Desenvolvimento Industrial
- Recursos Naturais
- Recursos Minerais
- Vegetais e minerais
- Recursos Energéticos
- Estruturas Industriais
- Comércio e Indústria
- Comércio
- Distribuição da População Urbana

		TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
Salvador				1. Interpretação de mapas e fotos sobre a U.R.S.S.
mal				2. Espaço e Circulação
mento				3. O Comércio
negos				4. Distribuição da população urbana
culis				
bedação				5. Processos de fixação
mercú				
nal				
ultural				
da				
mônicas				
lhos de				
a				
mento				
rais				
onais				
onais				
erçãos				
ntuções				
brata				
de				
Reforma				

ANEXO 16
DIÁRIOS
EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES
7ª SÉRIE/1976

1976

ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE

GEOGRAFIA	
DISCIPLINA	
1º GRADU	
CURSO	
7º	NOTURNO
SÉRIE	TURNO
TURMA	SALA

PROFESSOR

E. E. PROF. EDUARDO LOPES BERNARDES
ESTABELECIMENTO DE ENSINO



GRAFICA TAMOIOS
AV. AUGUSTO DE LIMA, 1.150 - TELS. 335-4011 e 335-5110
S.I.E.M.G. - DOC. 11 - BELO HORIZONTE

12/11/10

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LEZIONADA
4		
4		
0		
1		
0		
0		
5		
3		
1		
1		
1		
1		
2		
0		
7		
3		
0		
3		
2		
5		
4		
0		
2		
0		
0		
0		
1		
0		
1		
1		
2		
0		
2		
4		
1		
3		
0		
0		
0		
0		
0		
0		
-		
2		
-		
0		
0		
1		
3		
0		

										TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA	
11	19	19	20	26	26	27					5		5 - Organização Económica do Espaço
F	F					5		Europa Mediterrânea
F	F					7		
F	F	.	F	F	F	.					3		
.					4		6, 12, 12 - Reposição de aulas:
F	F	.	F	F	.	.					3		Assunto - Divisão Política da América
.					5		Latina.
F	F					5		Problemas demográficos
.					3		
F	F					7		
F	F	F	F	F	F	F					9		19 - Exercícios de fixação
F	F	F	F	F	.	.					6		
F	F	F					6		
.	F	F					5		19 - Península Ibérica
F	F					5		Portugal - Espanha
.					8		
F	F	.	F	F	.	.					9		
.					3		
.					5		20 - Grécia - Estudo dirigido
.					3		
.					-		
F	F	.	F	F	F	F					8		
F	F					5		26 - Oeste
.					2		
F	F					5		26 - América Latina
F	F					5		Introdução e Relevo
F	F	F	.	.	.	F					7		
.					3		27 - Hidrografia da América Latina
F	F	F	F	F	F	F					10		
.					0		
.					3		
.					-		
.					3		
.					3		
F	F	F	F	F	F	F					9		
.					0		
.					-		
.	F					4		
.					3		
.					3		
F	F	F	F	F	F	F					-		
.					0		
.					-		
.					3		
.					3		
.					3		
.					0		
.					2		

										TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECCIONADA
2	18	19	23	26	30					3		4. Falta do professor.
F	F					0		
.					7		
P	F	F	F	F	F					0		
.					1		
.					0		5. Sistema agro pecuário da América Latina.
F	F	F	F	F	F					8		
F	F	F	F	F	F					7		Mapa da divisão política na América Latina.
.					0		
F	F	F	F	F	F					5		
.					2		
.	F					2		
.	F					3		8. Tipos de agricultura na América Latina
.	.	P	F	.	.					1		. cultura de subsistência
.					2		. "plantation"
F	.	.	F	.	.					0		. O futuro da agricultura
.					2		
P					1		
F	F	F	F	F	F					-		
.	.	.	.	F	.					1		11. Trabalho em grupo sobre os tópicos citados acima.
.					7		
F	F	F	F	F	F					0		
.					-		12. Discussão do trabalho feito em grupo.
F	F	F	F	F	F					3		
.	F					0		
.					0		18. Setor Industrial na América Latina.
.					0		Fase Inicial
.					0		Base natural
.					0		
.	F					1		19. Estudos Dirigidos
F	F	F	F	F	F					-		
.					0		
.					0		23. O Petróleo
.					0		- México
.					0		- Venezuela
F					2		- Brasil
.					2		26 - Potencial hidrelétrico da América Latina.
.	F					1		
.	F					0		
.					0		
F	F	F								-		30 - Complexidade do Quadro Industrial
F	F	F	F	F	F					-		Comércio Externo
F	F	F	F	F	F					-		

										TR	T	T	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA	
14	16	18	20	22	23	27	29	30		5	43	41	50	-	17,4	1. América Anglo-saxônica
F			F							5	58	33	50	3	20,1	Introdução
F	F	F	F	F	F	F	F	F		-	-	-	-	-	-	
										5	79	64	50	-	24,3	
F	F	F	F							5	46	36	50	4	19,2	
										5	69	83	50	0	25,2	2. Colonização e Relevo da América Anglo-saxônica
F	F	F	F	F	F	F	F	F		-	-	-	-	-	-	
										5	87	72	50	0	26,0	
E	F	F	F	F						5	55	44	50	4	20,0	6. Hidrografia
										5	66	-	-	9	11,6	Principais bacias hidrográficas
F	F	F	F	F	F	F	F	F		5	75	58	50	1	23,3	
F										5	86	71	50	2	25,7	8. Salina e Vegetação
										5	53	5	50	-	20,8	
										5	64	47	50	3	20,7	9. Ceste
F										5	53	22	5	-	19,0	
F	F	F	F	F	F	F	F	F		5	62	4	50	-	20,2	
										5	83	83	50	-	27,6	
										5	83	78	50	2	26,1	13. Estados Unidos da América do Norte.
										5	46	-	-	-	9,6	Agricultura "Do Belts"
F	F	F	F	F						5	9	77	5	1	24,7	
F	F	F	F	F	F	F	F	F	F	-	-	-	-	-	-	14. Fauna do Far-west
F	F	F	F	F	F	F	F	F		5	86	33	-	-	17,0	Exercícios
										5	9	67	50	1	24,2	
										5	52	61	50	1	21,3	16. Ceste
										5	59	27	50	2	12,6	
F	F	F	F							5	68	51	50	3	22,0	
										5	54	19	-	2	12,3	18. Reposição das aulas do dia 4 de agosto.
F										5	48	4	50	1	12,8	Revisão da Agricultura na nos Estados Unidos.
										5	62	22	50	-	12,4	
										5	42	32	40	0	12,4	
										5	67	45	50	4	21,2	20. Exercícios de fixação
										5	51	59	50	0	21,0	
F	F	F								5	38	21	50	3	16,0	22. O desenvolvimento industrial e os fatores de industrialização
										5	47	53	50	-	21,5	
										5	-	-	-	7	5,0	23. Recursos Minerais e Energéticos Sólidos e Gás Natural

RESUMO DE
MATERIA LECIONADA

- I. America Anglo Saxonica
- Quadro Natural
 - População
 - Agricultura
 - Pecuária
 - Desenvolvimento Industrial
 - Recursos Minerais
 - Recursos Energéticos
 - Comércio e Indústria

II. URSS.

- Quadro Natural
- Esboço territorial
- Distribuição da População
- As Bases Económicas
- Sistema Proletário de Produção
- Agricultura
- Pecuária
- Desenvolvimento Industrial
- Recursos Naturais
- Recursos Minerais
- Vegetais e minerais
- Recursos Energéticos
- Estruturas Industriais
- Comércio e Indústria
- Comércio
- Distribuição da População Urbana

	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
Sociologia Estatística			1. Interpretação de mapas e dados sobre a U.R.S.S. 2. Espaço e Circulação
Económico			3. O Comércio
Económico Estatística			4. Distribuição da população urbana
Económico Estatística			5. Processos de fixação
Económico Estatística			

ANEXO 17
DIÁRIOS
EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES
8ª SÉRIE/1976

1976
ANO LETIVO

DIÁRIO DE CLASSE

GEOGRAFIA DISCIPLINA	
1º ANO CURSO	
1ª SÉRIE	NOTURNO TURNO
TURMA	SALA

PROFESSOR

PE. PROF. EDELRINDO LANNES BERNARDES
ESTABELECIMENTO DE ENSINO



GRÁFICA TAMÓIOS
AV. AUGUSTO DE LIMA, 1.150 - TELS. 335-1011 e 335-3110
S.E.E.M.G. - DOC. 11 - BELO HORIZONTE

100/1946

TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
0		
0		
1		
4		
1		
1		
2		
1		
3		
2		
1		
0		
10		
1		
1		
1		
1		
6		
0		
0		
2		
1		
3		
0		
0		
1		
0		
1		
1		
0		
0		
1		
0		
1		
0		
1		
1		
0		
1		
1		
0		
1		
0		
1		
1		
0		
2		
1		
1		

										TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
18	20	25	26								3	4. Continuação do trabalho.
											3	
											3	
											4	
											-	6. A abertura vegetal
											7	1. Formações vegetais
											4	(florestas de baixas latitudes, latitudes médias e boreais)
											3	
											3	
											3	11. Formações de campos
											3	" complexas
											5	
											3	
											3	
											3	
											3	13. Leitura e discussão em grupo: "O Mito do Equilíbrio Ecológico"
											5	
											4	
											3	
											3	
											4	18. Organização atual do Espaço
											3	
											3	
											3	
											3	20. Estudo dirigido Espaço Urbano e Rural
											3	
											3	
											3	25. Tipos de espaços agrícolas
											3	
											3	
											3	26. Oeste
											5	
											0	
											3	
											5	
											3	
											4	
											3	
											3	
											4	
											3	
											3	
											3	
											4	
											4	

				TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
			4 3 4	1	11	1. Influência do crescimento urbano sobre o meio rural.
			8 1,5 3	0	12,5	
			8 2 4	3	14	
			4 5 4	1	13	
			10 4 4	1	18	3- Tipos de cultivo nas diversas partes do globo terrestre, dependendo das características físicas de cada região.
			6 1 3	0	10	
			4 4 3,5	0	11,5	
			4 4 3	0	11	
			10 3 3,5	3	16,5	
			8 3 3,5	1	14,5	
			4 4 4	0	12	- Rotação de culturas
			10 2 3	0	15	- Culturas inundadas
			7 2 4	1	13	
			2 2 3	1	7,2	8- Culturas irrigadas
			6 5 3,5	1	14,5	Culturas comerciais ou "plantation"
			4 4 3	2	11	
			8 5 4	1	17	
			6 2,5 3	0	11,5	
			6 2,5 4	0	12,5	10- Ceste
			4 3 3,5	1	10,5	
			8 3,5 3,5	0	15	
			10 1 2,5	0	13,5	
			10 5 3	0	18	15. Organização agrícola nas áreas desenvolvidas.
			8 3 3,5	2	14,5	
			8 5 4	0	17	
			8 4 3,5	0	15,5	
			4 3,5 4	1	14,5	12. Agricultura nos URSS?
			6 3 3	0	12,2	
			8 4 3,5	0	15,5	- kolchozes sovkhozes
			- - -	-	-	
			8 3 3	0	14	
			10 4 3,5	0	17,5	
			8 5 3	0	16,8	
			8 1 4	1	13	
			4 3,5 2,5	2	10	
			8 2 3,5	0	12,5	
			8 2,5 3	0	13,5	
			6 2 2,5	2	11,5	
			2 2 3	0	7	
			2 - 3,5	3	5,5	
			6 3 3,5	0	12,5	
			2 2 3,5	1	7,9	
			6 4,5 2,5	2	13	

				TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
19	24	26	31			
F	.	.	.	1		3. Cidades Urbanas
.	.	.	.	0		Formação das ci-
.	.	.	.	0		dades
F	F	F	.	5		seleção do espaço
.	.	.	.	-		urbano.
F	F	F	.	3		
.	.	.	.	0		
.	.	.	.	2		5. Estudo Dirigido
.	.	.	.	1		
.	.	.	.	0		
.	.	.	.	0		10. Cidades-Estado
F	F	F	F	6		localização das prin-
.	.	F	.	2		cipais cidades do
.	.	F	.	1		mundo.
F	F	F	.	5		
.	.	.	.	1		
.	.	.	.	0		12. Trabalho em
F	F	.	.	3		grupo.
.	F	.	.	2		Assunto: cidade
.	.	F	.	3		urbana.
.	.	.	.	1		
.	.	.	.	0		
F	F	F	.	2		17. O Pantanal
F	F	F	.	4		Matogrossense
.	F	.	.	2		
.	.	.	.	-		
F	.	.	.	1		19. Estudo Dirigido
F	.	.	.	2		
.	.	.	.	1		
.	.	.	.	0		24. Problemas do
.	.	.	.	0		Mundo contemporâneo
.	.	.	.	-		O capitalismo.
.	.	.	.	-		
.	.	.	.	0		
.	.	.	.	0		26. Exercícios: O
.	.	.	.	0		socialismo
.	.	.	.	1		
.	.	.	.	2		
F	.	.	.	1		
.	.	.	.	0		
.	.	.	.	1		
F	F	.	.	3		
.	.	.	.	-		
.	.	.	.	0		
.	.	.	.	0		
F	F	.	.	4		

					15	10	5	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA	
21	23	28	30		T	T	T				
					05	55	5	0	110	2. teste de avaliação	
					47	75	5	0	172		
					4	9	5	1	130		
										9. Exploração Demográfica	
					2	40	5	1	170	Distribuição da População.	
					62	10	5	1	212		
					3	5	5	2	120		
					15	40	50	1	22,5		
					6	50	50	2	16,0	14. Exercício dirigido sobre a População Mundial.	
					3	40	5	0	18,0		
					4	95	50	1	18,5		
					4	40		0	14,0		
					-	-		3			
					7	9	50	1	21,5	16. Falta do professor	
					4	40	50	1	19,0		
					11	85	50	1	24,7		
					6	40	50	1	21,0		
					-	-		4		18. Repetição do dia 16. Entrega dos testes e comentários sobre os mesmos.	
					6	9	50	1	20,0		
					8	40	50	0	23,0		
					4	40	5	1	19,2		
					8	40	5	1	23,0	21. A população do Mundo nos últimos 20 anos	
					9	3	10	50	1	24,3	Exemplo de Exploração da População Urbana.
					9	9	5	0	23,0		
					6	5	95	50	2	20,0	
					4	8	10	5	1	19,2	23. O Problema da Educação Alimentação e Abastecimento
					2	40	5	2	17,0		
										28. Exercícios de Fixação	
					6	9	5	1	20,0		
					4	5	40	5	0	19,5	
					6	10	5	1	21,0	30. Teste	
					22	40	50	0	17,2		
					6	40	50	1	21,0		
					4	40	5	1	19,0		
					47	6	5	0	16,2		
					10	5	40	5	1	23,5	
					10	95	50	1	24,5		
					4	40		2	14,0		
					6	2	95	5	0	20,7	
					-	10	50	1	15,0		

			TESTE 1	TESTE 2	PROVA	TOTAL FALTAS	NOTAS	MATÉRIA LECIONADA
31	26	23	130	105	50	0	285	5. Dois Problemas de Discussão:
			100	115	50	0	265	Educação e Saúde Ambiental
			100	100	50	1	250	7. A Educação no Mundo
			100	110	50	0	260	
			120	115	50	1	275	12. A Grande Doutrina: O Moral
								Educação Física e a Base
			150	125	50	0	325	
			130	115	50	0	285	14. Exercícios e Comentários
			150	105	50	0	305	
						0		
			110	90	50	0	240	19. Teste
			140	110	40	0	340	
						1		
			90	90	50	0	230	21. O Desenvolvimento Industrial
						2		
			150	130	50	1	330	
			100	75	50	0	225	26. A Sociedade de Consumo
						5		
			110	85	50	0	245	
			110	110	50	0	270	
			130	100	50	2	280	28. Mais sobre Problema Social
								Energia
								Produção
								Formetividade
								Distribuição
								Produção e Consumo
			140	115	50	0	325	
			150	120	50	3	320	
			150	115	50	0	315	
						1		
			110	80	50	0	240	
			90	95	50	0	230	
			90	90	50	0	230	
			130	95	50	0	275	
			120	95	50	0	245	
			110	115	50	0	275	
			70	12	50	1	240	
			100	125	50	0	295	
			100	100	50	0	250	
			180	120	50	1	290	
			100	65	50	0	210	
			130	80	50	0	260	
			130	110	50	1	340	
			150	125	50	1	325	

RESUMO DE
MATERIA LECCIONADA

- I Problemas do Mundo Contemporaneo
- II Desenvolvimento Social
 A) Físico
- B) Econômico
- C) Político
- D) Transporte
- III Perspectivas e
 Implicações Econô-
 micas das Pesquisas
 Espaciais

ANEXO 18
DIÁRIOS
EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES
5ª SÉRIE/1977

1977

(ANO LETIVO)

DIÁRIO DE CLASSE



Geografia

DISCIPLINA

Curso 1º grau Série 5ª

Turno Noturno Turma B



Profes



665

MATÉRIA LECIONADA

Total de Horas	
0	7. Aula Expositiva sobre a
2	Apresentação da Matéria e
3	Importância da Geografia
0	8. A Conquista do Espaço
1	
0	9. O Homem no Espaço
0	
1	
0	14. Trabalho Dirigido
0	
0	
3	15. O Sistema Solar
4	
4	
3	16. O Sistema Solar
0	
3	
7	28. Leis da Mecânica Celeste
8	
0	
1	
4	
4	
0	
0	
4	
4	
0	
7	
4	
7	
3	
4	
7	
3	
3	
0	
0	
0	
7	

		Total de folhas	MATÉRIA LECIONADA
	0	1	1. A Terra e o Sol
	3		0 Sol
	7		
	1	2	2. A Terra e os seus Mov.
	1		Eclipses
	0		
	2	7	7. Trabalho Dirigido
	0		Apresentação da Terra
	0		
	0	8	8. Escalas
	0		
	0	9	9. Escalas
	1		
	1	14	14. Onde Estamos. Escalas
	5		da Terra
	0		Linhas e búsculas de
	2		Terra
	3	15	15. Exercícios de Escalas
	5		
	1		
	1	16	16. Como determinar a latitude
	3		e longitude
	1		
	0	21	21. Como determ. a lat e Long.
	8		
	8		
	0	22	22. Trabalho Dirigido
	0		
	0		
	1	23	23. Coordenadas Geog.
	0		
	0		
	1	28	28. Teste
	1		
	4		
	1		
	10	29	29. Processos de Orientação
	1		
	2		
	14	30	30. Processos de Orientação
			em uns horários

MATÉRIA LECIONADA

Total de
folhas

0	2	Atividades básicas
11		
11		
1	3	O Relevo e Classificação
0		com as principais formas
2		de relevo do Brasil
0		
1	4	Trabalho com Atlas
2		
11		
2	9	Planalto das Guianas
1		Central e Nordeste
1		
3	10	Planalto Sudeste
6		Meridional
7		
11	11	Planície Amazônica
4		do Pantanal
0		
0	16	Trabalho com Atlas
0		
0		
2	17	Exercício de Fixação
0		
2		
6	18	Revisão Geral do relevo
7		Brasileiro
11		
1		
0	23	O Litoral
0		
2		
7		
0	24	Classificação das Formas
0		Litorâneas
5		
11	25	Exercício
4		
3		
3		
	30	Trabalho com Atlas
	31	Teste

			Out de	Folias	MATÉRIA LECIONADA
37	56	20	0	12	1. O Oceano Atlântico
				12	
48	32	20	1	12	6. As Jguas do Atlântico
20	40	20	2		
26	40	20	2		
58	40	20	2		7. Exercícios de Fixação
43	72	20	2		
20	36	20	4		
			10		13. Marés e Correntes Marítimas
28	42	20	3		
40	40	20	0		
43	44	20	1		14. Marés e Correntes Marítimas
74	20	20	0		
21	32	20	2		
63	36	20	8		15. Problemas das 200 Milhas Marítimas
			12		
20	16		6		
			12		
			7		20. Feste
34	24	20	0		
55	36	20	0		21. A Plataforma Continental e o Pelero Océânico
32	32	20	4		
50	32	20	2		
30	48	20	4		22. Exercícios
28	40	20	1		
30	36	20	0		
			10		27. As Riquezas do Litoral
58	36	20	4		
			11		
31	24	20	1		
53	28	20	1		28. Trabalho com Atlas
40	40	20	0		
28	28	20	4		
46	40		11		29. Pesquisa Dirigida
40	52	20	1		
40	28	20	0		
			12		
			11		
22	24	20	3		
48	42	20	0		
49	60	30	5		
28	20		1		

8) Classificação dos climas:
clima Equatorial
Tropical

9) clima Tropical de altitude
clima Sub tropical
Semi-árido

10) Vegetação:
Introdução

16 - Tipos de florestas

17 - floresta Equatorial
Tropical
Tropical de Encosta

22) Exercícios de Síntese

23 - Vegetação complexa:
Litorânea, Campos e Savana

24 - Hidrografia:
Exercícios com Atlas

29) Origens dos Rios

30) Bacias Hidrográficas

15) Furo Regional

31) Furo - Anterior da cidade

12) Questões para discussão do Estatuto do Magistério

Total de aulas	MATÉRIA LECIONADA
0	3. A População e a Rede Urbana
	Evolução da População
0	4. Exercícios
1	
6	5. Evolução da População
3	
2	16. Evolução da População
4	
5	11. Trabalho Dirigido
1	
0	12. Projeção de Exercícios
0	
	14. Interpretação de mapas de população
	17. Trabalho Dirigido
0	18. A População Rural
2	
2	19. A População e a Rede Urbana
1	
2	
2	
0	24. Contatos entre a população urbana e a população rural
0	Educação pública e grande
0	esperança
	Os Grandes Problemas Urbanos
0	
0	25. Exercícios de Situação
1	
3	26. Trabalho Dirigido
-	sobre
0	Atividades Populares e a
0	Secundária

LES	TRF	ES	PR	FEI de	MATÉRIA LECCIONADA
3	3	4	6	0	5) Expedições através de Mapas e Atlas
15	3	5	4	6	6) Baía Amazônica e Baía do Nordeste
45	3	5	9		
25	3	2	6		
3	-	-	3	9	7) feriado Nacional
35	4	3	3	10	
25	4	2	5	11	10) Repetição de aula
55	3	6	6	8	10) Repetição de aula
45	4	5	5	5	
2	3	4	2	1	10) Repetição de aula
95	3	5	8	1	
					12) Baía do S. Francisco
					13) Oeste
					14) Baía do Oeste 11 11 Sudeste
3	4	5	4	1	19) Baía do Paraguai
45	4	2	2	8	20) Baía do Paraná
55		1	5	11	
45	3	4	2	2	21) Estudo dirigido
4	4		4	6	
					26) Baía do Paraná e sua importância
2	3		3	7	27) Exercício de Filiação
4	3	4	2	0	
5	5	5	3	0	
7	4	4	4	2	28) Quora Bimestral
65	3	4	6	0	
4	3	4	6	0	
3	3		2	8	
55	5		4	13	
3	3	4	1	9	
35	3	5	2	2	
1		4	5	1	

TRABALHO		TESTE	Total de Horas	MATÉRIA LECIONADA
5	11	10	0	3. Produtos de Agricultura Comercial e Subsistência
	7	8	0	8. J. Guionada
5	5	7	0	
		6	2	
5	10	10	0	9. J. Pecuária e Teias de Aranha
5	5		9	Pecuária bovina, suína e ovina
			9	10. Recursos Minerais
5	10	115	0	J. Marchas p/c Industrializ
5	11	10	0	Visita a Mina de Novo Velho
30	13	13	0	14. Ferro - Petróleo, Alumínio e Manganes.
				15. Ferriede
				16. O bario Mineral
				O Calcário e os Minerais
6	10	12	0	Químicos e os grandes Indústrias e setores do governo
5	7	11	0	
5	10	125	0	21. Teste
	6	110	0	
5	65		0	22. O Desenvolvimento Industrial
				Fatores Naturais
		115	0	Materia Prima
				Extração Mineral
	75	115	0	
	7	9	0	23. Recursos Energéticos
5	10	105	0	Potencial Hidrelétrico
				Reparação
	7	115	1	25. Indústria Carbonífera
	8	110	0	Fatores Humanos e Econômicos
				28. As Indústrias de Base
	5	130	0	Siderúrgica
				Química Básica
				Metallurgia Ferrosa e bimetálica
8	8		0	
	6	12	0	29. Indústrias de bens de consumo
				mD

ANEXO 19
DIÁRIOS
EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES
6ª SÉRIE/1977

1977

(ANO LETIVO)

DIÁRIO DE CLASSE



Geografia

DISCIPLINA

Curso 1 Grau Série 6ª

Turno Noturno Turma H



Profes



N	Total de Horas	MATÉRIA LECIONADA
	0	4 - Atividades Agro-pastoris
	0	Organização do Espaço
	1	Topografia - áreas de Planalto
	1	
	0	7 - Aula Expositiva
	0	Apresentação da Matéria
	0	
	0	8 - Aula Expositiva sobre
	0	Desenvolvimento Regional
	0	
	0	9 - O Plano Nacional de
	2	Desenvolvimento
	5	Exercícios de Fixação
	3	
	0	14 - Costumes da Sanificação
	3	
	3	15 - As Regiões Brasileiras
	1	Trabalhos Práticos
	0	
	0	16 - Região Sudeste
	0	Introdução - Trabalhos com
	4	Atlas
	0	
	2	28 Região Sudeste
	0	Relatório
	0	
	4	
	0	
	7	
	0	
	0	
	7	
	0	
	0	
	0	
	7	
	0	
	2	
	0	
	7	
	7	

MATÉRIA LECIONADA

Total de aulas	
12	1 Região Sudeste. Clima.
0	
1	2. Vegetação
0	
0	4. Hidrografia
0	
0	9. Exercício de Fixação
0	
1	14 Trabalhos Dirigidos sobre
0	plano, relevo, vegetação e
0	hidrografia do Sudeste
3	
3	15 Distribuição da População
0	e a Rede Urbana
1	
1	16 Região Urbana
1	Região Urbana de S. Paulo
0	Aglomeração de São Paulo
0	21 Região Urbana e Cidade
2	do Rio de Janeiro
0	
0	22. Prova
0	
4	
1	23. Histórico de São Paulo
0	do Rio de Janeiro e Belo Horizonte
14	28. 1ª Região Urbana de BH.
1	
14	
0	29. Atividades, como trabalhos
0	Organização do trabalho
14	Agilidade
0	30. Organização do trabalho
1	Agilidade
0	
4	
4	
0	
0	
0	
0	
0	
3	
3	
0	
1	
0	

		Total de Horas	MATÉRIA LECIONADA
		12	4. Áreas de Planalto
18	0068	2	
15	3060	1	
27	3060	0	5. O Pale do Médio Paraíba
30	3062	0	Início da Ocupação
18	2748	1	A Transformação
27	2772	0	
12	3044	0	6. As Baixadas Litorâneas
27	3060	1	
24	3156	0	
27	3060	0	11. Exercícios de Avaliação
30	2728	2	
24	0056	1	
	76	5	12. Atividades Industriais
24	72	3	
30	3076	3	
12	3044	1	13. As Bases para o Desenvol.
27	3040	0	Mineração Industrial
12	2760	0	Energia
27	3064	0	
24	3056	0	18. O Complexo e os Centros Industriais
00	3064	0	
20	3056	0	
20	56	5	19. O Complexo Industrial Paulista
33	2740	0	
24	3052	1	
-	-	12	20. Exercícios de Fixação
33	3076	0	
-	-	12	25. O Complexo Industrial do Rio de Janeiro
30	0248	1	
40	3064	1	
-	-	12	
18	3052	0	26. O Novo Complexo Industrial de B. Portogente
27	3076	0	
24	2740	0	
50	-	7	
10	2720	8	
27	3076	1	
25	2728	1	
33	3056	0	
30	3060	0	
12	3043	0	
30	60	6	
12	252	0	
24	3036	0	
27	2786	1	
30	21	0	

MATÉRIA LECIONADA

Total de Horas		
11	2	Os Centros Industriais
0		Jurisome
0		
0	3	Transportes: Sistema de
0		Financiamento
1		Base Social - Pedagogia e
0		Demoras
0	4	Rede Rêvis
3		
1		
1		
11	9	Atuação Policial
11		
11	10	Comercio Exterior
3		
4		
2	11	Comercio Interno
2		
0		
3	16	Os Condicoes de Exportacao
1		
0		
11		
0	17	Transportes
2		Sistema de Arrendamento
11		
4		
11	18	Exercicios de Fixacao
2		
2		
11		
1		
0	23	Transportes
0		Trabalho Dirigido
11		
4		
3	24	Teste
6		
0		
0	25	
2		
11		
11		
0	30	
2		
0		
	31	Exercicios

MATÉRIA LECIONADA

Matrícula	Sexo	Idade	Nº de Horas	Matéria Lecionada
X			13	1. Região Norte - Introdução
35	40	20	2	
35	60	20	1	6 - O Relvo
63	60	20	1	
40	50	20	2	
60	50	20	3	7. Flora e Vegetação do Brasil
40	50	20	5	
50	30	20	0	
50	50	20	4	8. China e Vegetação
30	4	20	1	
33	40	20	1	
✓	X		13	12. Hidrografia
15	50	20	5	
X	X		13	
55	60	20	3	14. Pesquisa Dirigida
35	65	20	5	
38	10	20	X	2
40	50	20	2	15. Pesquisa Dirigida
35	40	20	0	
50	40	20	6	
65	40	20	13	20. Exercício de Sinais
60	60	20	2	
58	60	20	0	
✓			13	21. Teste
15	30	20	3	
60	40	20	1	
			13	22. Trabalho Dirigido
35	50	20	1	
X	X		13	
20	60	20	0	24. Trabalho Dirigido
65	50	20	0	
X	X		13	
60	60	20	3	
30	50	20	3	28. A População
15	60	20	1	
X	X	X	13	
30	40	20	13	
X			11	29. A Rede Urbana
40	50	20	1	
30	4	20	0	
15	60	20	1	
30	50	20	1	
X	X	X	13	
X			13	
80	60	20	0	
40	-	20	3	
15	40	20	10	
	60	20	4	

ANEXO 20
DIÁRIOS
EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES
7ª SÉRIE/1977

1977

(ANO LETIVO)

DIÁRIO DE CLASSE



Geografia

DISCIPLINA

Curso I Grau Série 7ª

Turno Noturno Turma Única



Profes

a



201

			Mat. de Finais	MATÉRIA LECIONADA
			14	4. Europa do Passado e do Presente
35	20	20	5	
48	20	20	1	
20	35	20	0	5. O Pentecostalismo
24	20	20	0	
40	20	30	1	
16	20	30	2	
56	20	40	0	6. J. Renouveau Parisienne
56	20	20	0	et Italia.
48	10	40	0	
16	20	40	1	11. Problemas Agrícolas
64	20	40	2	
48	20	40	1	
16	20	30	2	13. Exercícios de Fixação
32	20	40	3	
25	20	30	0	
32	20	30	0	18. Trabalho Dirigido
			14	
56	20	20	2	
			14	19. Teste
32	20	30	1	
40	20	20	0	
24	20	20	0	20. Indústrias e Recursos
40	20	20	1	Mineiras
16	20	40	4	
08	20	20	0	25. Indústria Industrial Norte
48	-	20	0	
16	20	20	1	
40	20	40	0	26. Pesquisa Dirigida
16	20	20	1	
40	20	30	0	
56	20	30	1	
32	20	-	0	27. Foto interpretação e Exatidão
24	20	40	0	
32	20	20	0	
48	20	30	1	
32	-	20	2	
32	20	-	7	
40	20	30	0	
32	20	30	1	
			13	
24	20	40	0	
48	-	40	0	
48	20	20	0	
24	20	20	0	
-	20	30	0	
32	20	30	1	
16	20	20	2	
32	20	-	3	
24	30	4		

Total de
aulas

MATÉRIA LECIONADA

12	2 - Comemoração Búscia - Chegada da do Governador	1
1	3 - A Organização dos Portos	0
0	O Porto Norte Sul	0
0	Os Portos Periféricos	0
2	O Mezzogiorno Italiano	0
0	4 - Indústria e Surtos	0
0	9 - Europa do Comércio e dos Portos	1
1	Uma Europa Diferente Países Escandinavos	3
0	10 - Exercícios de Fixação	2
1	11 - O Desenvolvimento Industrial	0
0	As Ilhas Britânicas	-
1	Distribuição de População	-
1	Espaço Agropecuário	0
0	16 - Tendências e Dinamismo da Indústria	1
0	Bênçãos Principal Concentração Industrial	0
12	Em busca de um Equilíbrio Comercial	0
1	17 - Europa Socialista	0
0	Agricultura e Problemas de Desenvolvimento Países Indúst.	3
0	18 - Alemanha Oriental	0
0	Os Países Agrícolas em Desenvolvimento	0
1	23 - Feste	4
10	24 - Trabalhos Dirigidos	0
0	31 - Indústria e Recursos Minerais	12
0		0
1		0
0		4
1		1
2		2
3		3

			Cont. de Folhas	MATÉRIA LECIONADA
XXX	12		12	1. América Latina
XXX	12		12	1. Introdução
402065	4		4	Localizações Geográficas
462074	2		2	
362080	2		2	6 - Divisão Política
442083	4		4	Países e Capitais
522059	8		8	
642086	0		0	7 - Quadro Natural
442057	4		4	- O Planalto Mexicano
442030	2		2	A bordilheira dos Andes
422076	3		3	
522080	2		2	8 - Trabalho Dirigido
482052	5		5	Relvo, Hidrografia
442090	3		3	
442000	10		10	13 - Clima e Vegetação
522080	1		1	
442045	2		2	14 - Exercícios
XXX	11		11	
442085	4		4	
XXX	11		11	15 - Teste
602083	4		4	
482061	1		1	20 - A Patagônia e Planícies
602080	3		3	Meridionais
602082	1		1	
XXX	12		12	21 - A População
442091	1		1	Período Pré-Colombiano
522078	5		5	Período Colonial
482061	6		6	
462067	3		3	22 - O Período Inicial da Índia
382081	2		2	Tipologias
442062	1		1	
362057	5		5	
362067	2		2	Revisão 6,7
442059	0		0	27 - Distribuição das Populações
442041	2		2	
282070	2		2	
642080	3		3	28 - Problemas Demográficos
XXX	10		10	
402061	1		1	
282081	3		3	29 - Pesquisa
XXX	12		12	
442083	1		1	
322065	3		3	
442060	2		2	
362061	2		2	
422065	3		3	
XXX	13		13	
522085	6		6	
502080	5		5	
442046	2		2	

				Tot de linhas	MATÉRIA LECIONADA
X					8) Problemas da População Rural e Urbana.
				0	
				2	9) Setor agropecuario e producao.
				0	
				2	
				4	10) Agricultura
				3	Tipos de atividades
				2	
				1	16) Indústria e Recursos
				4	Minerais.
				1	
				3	17. Potencial Hidrelétrico
				3	
				4	22. Quadro Industrial
				8	Comercio Externo
				1	
X				10	23. Problemas de
				3	Integração
X				1	24) Introdução América
				3	Anglo-Latino-americana
				0	
				0	29) Quadro Natural
X				3	
				3	30) Brasão com Atlas
				4	
				5	31) Feriado Aniversário de
				2	Cidade
				2	15) Feriado Regional
				1	
				3	
				3	
				2	
				1	
				5	
X				3	
				0	
				0	
				2	
				2	
				0/	
				0	

				MATÉRIA	LECIONADA
TESTE	TRAB	ESTD	PA	VAL de	
				VAL de	
				VAL de	
					5) Montanhas Rochosas Montes Apalaches
15	2	5	6	2	
9	2	5	6	1	6) Planícies Centrais Estado Canadense
4	3	5	7	0	
11	5	5	7	5	
65		5	7	5	12) Feriado Nacional
8	3	5	6	0	
3		5	5	2	13) Oeste
4	2		7	4	
4	2	5		5	13) Hidrografia
6	4	5	7	2	
6	2	5		6	14) Bacias: Mississippi-Ohio Missouri.
2	3	5	7	2	Bacia do Rio Grande.
15	2	5	6	3	
7	5	6	5	4	19) Baía do Colorado " " Columbia
7	4	5	8	4	
6		5		2	20) Vegetação: tipos de florestas.
7		5	6	3	
7		5	7	3	21) Estudo Dirigido
65	5	5	6	3	
5		5	5	4	26) Documento
65			6	7	
4	2	5	7	2	27) Gravel Semestral
18			8	5	28) Os Estados Unidos da América
15	3	5	6	7	
13	5	5	7	1	
20	2		5	4	
* 21		5	7	1	
85	4	5	5	3	
15		5	6	1	
				10	
6	4	6		2	
5	5	5	7	2	
25	2	5	8	0	
7		5	5	2	
5	5	5	6	2	
7	5	5	6	2	
5			6	4	
6		5	8	3	
5				8	
5	3	5	5	2	

OUT/1944

MATERIA LECIONADA	
3	Os Estados Unidos de America do Norte
2	
1	4. Principais Industrias
1	
2	5. Aspectos da Agricultura dos E. U. A.
2	
0	Os Zonas de Cultivo. Os 'Belt'?
0	
3	10. O 'Cotton Belt' e 'Wheat Belt'
0	
0	
2	11. 'Dairy Belt' e as Culturas do Tipo Tropical
0	
1	
0	12. 'A Zona do 'Cattle West'
1	
1	17. O desenvolvimento e o futuro da industrializacao
0	
0	
2	18. Recursos Minerais e Energetica
-	
1	
4	19. Fatores da Lideranca Industrial A atual industria Americana Espaço e Circulacao
1	
3	
2	
0	24. A vida Urbana
2	
1	O Canada
2	
2	25. Condicoes Economicas Internas
1	
0	26. Industrias e Comercio
0	
0	
2	
1	
2	
1	
3	
1	
1	

matrícula	Requisito	matrícula	TÉSTES	Diária	Total de faltas	MATÉRIA LECIONADA
-	-	-	-	-	-	7 - URSS Quadro Natural
5	5	5	95 110	0		
5	5	5	95 130	0		
5	5	5	80 16			8 - Teste
5	5	5	95 90	1		
5	5	5	95 60	1		9 - Trabalho Dirigido sobre -
5	5	5	95 110	2		URSS
5	5	5	85 55	0		
5	5	5	90 40	1		
5	5	5	85 60	1		
5	5	5	80 120	0		14 - Organização Política
5	5	5	90 55	0		Condições de Massa
5	5	5	95 90	0		
5	5	5	95 125	0		
5	5	5	95 110	0		15 - Feriados Nacional
5	5	5	95 90	1		16 - Exercício de fixação sobre o
5	5	5	80 40	1		Quadro Natural Societas
5	5	5	90 60	0		21 - Relevo Quadro Natural
5	5	5	85 95	0		Trabalho Dirigido
5	5	5	95 60	0		
5	5	5	85 120	0		22 - Os Planícies Centrais
5	5	5	90 130	0		
5	5	5	80 80	0		23 - Planícies e Trechos
5	5	5	95 85	0		Montanhosos
5	5	5	75 45	0		
5	5	5	95 70	0		
5	5	5	80 75	0		23 - Clima - Relevo - Vegetação
5	5	5	90 110	0		e Hidrografia
5	5	5	95 40	0		
5	5	5	95 35	0		
5	5	5	-	-		28 - Normas dos Trabalhos
5	5	5	80 85	0		
5	5	5	90 70	0		28 - Expansão Territorial
5	5	5	-	-		e Distribuição da População
5	5	5	80 90	0		Distribuição Atual de
5	5	5	75 85	0		População
5	5	5	95 40	0		
5	5	5	95 80	0		
5	5	5	95 35	2		29 - Expansão Territorial
5	5	5	-	-		As Bases Económicas do
5	5	5	85 9	0		Socialismo
5	5	5	8 11	2		
5	5	5	90 65	0		29 - Aspectos e Problemas do Plan.

C			Total de Horas	MATÉRIA LECIONADA
1	2	3		
7	3	5		2) O Extrativismo como base da economia
7	3	5		5) Queda a pais áreas agrícolas
5	3	5	6	
7	3	5	6	
6	3	4	11	6) Reposição de aula
2	3	5	7	
5	3	5	1	1) Feriado Nacional
4	5	5	40	
8	3	5	11	9) Importância da pecuária p/a Região Norte
6	3	5	7	
9	3	4	7	13) Reposição de aula
9	2	5	9	14) Oeste
3	5			16) Integração e desenvolvimento da Região Norte
4	4	5	3	
5	3	5	11	
9	3	5	8	19) Região Centro Oeste Introdução - R. Negro
8	3	4	6	20) Reposição de aula
9	3	4	4	21) Clima e Vegetação
9	3	5	6	
9	3	5	9	23) Estudo dirigido
8	4	5	4	
7	4	5	6	26) Hidrografia e Rede Urbana
4	5	5		
9	5	9		28) Exercício
4	3	5	2	
				30) Prova Bimestral
4	3	4	5	
8	3	4	6	
4	4	4	4	
7	3	4	5	
7	3	4	7	
9	3	4	8	
9	5	7		
8	3	4	6	
9	3	5	9	

	Mapa	10	10	10	Total de folhas	MATÉRIA LECIONADA
	5 5	6 60	1			3. Geografia e Hidrografia Trabalhos Dirigidos com Atlas
	5 5	2 98	0			
	5 5	2 90	0			
	5 5	4 60	1			4. Hidrografia
17	5 5	3 66	0			Trabalhos Dirigidos com Atlas
18	5 5	2 42	1			
	5 5	5 72	0			
	30 5	5 06	1			
	10 5	5 54	0			7. A População e Distribuição Urbana
	30 5	6 84	0			A Rede Urbana
	5 5	-	-			10. Regiões das Influências Metropolitanas de São Paulo
	5 5	3 72	0			Centro Metropolitano Regional
	-	-	-			Distritos Regionais, Zonas
	-	-	-			11. Atividades Agrícolas e C
	5 5	4 36	0			Comunais, Resumos
	5 5	3 60	0			
	5 5	6 84	0			14. O Desenvolvimento Individual
	-	-	-			Final da Região Sul
	-	-	-			Transportes e Pivotação
	5 5	3 54	0			
	-	-	-			17. Teste
	5 5	6 60	0			
	5 5	4 54	0			
	-	-	-			18. Região Nordeste - Quadro
	5 5	6 96	0			Natural
	5 5	3 66	0			21. Região Nordeste - Quadro
	5 5	3 72	0			Natural
	-	-	-			
	5 5	3 72	0			24. Quadro Natural
	5 5	7 96	0			
	5 5	3 72	0			
	-	-	-			25. A População e a Rede
	-	-	-			Urbana
	5 5	4 48	0			
	5 5	3 48	0			28. Atividades Econômicas
	5 5	1 72	0			(Resumo)
	-	84 3 66	2			
	-	-	-			
	5 5	3 24	0			
	5 5	4 66	0			
	-	-	-			
	5 5	6 84	0			
	5 5	3 54	0			
	5 5	0 96	1			

08 98
05 00

ANEXO 21

DIÁRIOS

EE PROFESSOR EDERLINDO LANNES BERNARDES

8ª SÉRIE/1977

		Tot. de folhas	MATÉRIA LECIONADA
3045	30	3	4. O Homem e o Meio Interdisciplinar
3060	30	0	Distribuição da população
3055		8	
3000		8	5. O Espaço Geográfico e o Homem
3045	30	1	
3045	30	0	
3060	30	2	11. Aproveitamento dos Recursos Naturais
3560	30	0	
3070	30	0	
3065	30	3	
3068	30	2	12. Formas de Aproveitamento das Áreas Cultivadas
3065	30	0	
3055	30	0	
3050	00	1	
3040	30	2	18. Pesquisa Dirigida
3080	30	0	
3070		0	
3050	00	0	19. Exercício de Fixação
3040	25	0	
3040	20	0	
3050	30	1	
3060	15	0	
3070	25	0	
3055	30	1	25. Teste
3055	30	0	
3062	25	0	
3045	25	0	
3025	30	0	
30		7	
3040	30	0	26. Recursos do Solo e do Subsolo
3050	30	0	
3050	30	0	
3020	25	5	
305	30	1	
		0	
30			

		Total de Folhas	MATÉRIA LECIONADA
1	2	0	Os Recursos Hidrológicos
0		0	Os solos
8	3	8	Exercícios de Avaliação
0		0	
4	9	2	Minerais Metálicos
1		1	Minerais não Metálicos
1	10	1	Recursos Energéticos
0		0	
1	16	6	Recursos Energéticos
0		0	Recursos Biológicos
0		1	Unidades de Conservação
1		1	
2	17	0	Recursos do Mar
0		0	
0		1	
0		0	
2	23	1	Vegetação e Cobertura Vegetal
1		0	Formação Florestas
0		0	Florestas de Baixa Altitude
0		0	Florestas de Altitude Média
6		1	Formações de Tropicais
1		0	Complexas
0		0	
1	24	0	Trabalho Dirigido
0		0	
0		6	
0		0	
	30		A Cobertura Vegetal Trabalho com Atlas
	31		Texto

			Total de Folhas	MATÉRIA LECIONADA
28	80		3	6 O Mito do Equilíbrio Ecológico
30	60	20	3	
47	60	20	2	
47	60	20	8	7. Água para o Mundo
40	80	20	1	
59	50	20	2	
			7	13 Trabalho Dirigido
55	50	20	3	
32	50	20	1	
16	95	11	3	
55	75	20	2	14. Ocelote
60	80	20	1	
60	75	20	3	
			8	20. Organização Atual do Espaço Introdução
30	75	20	1	
32	70	20	1	
24		20	2	
34	55	20	0	21. Organização Atual do Espaço
34	35	20	2	
32	80	20	1	
76	40	20	1	27. Teste
60	50	20	4	
42	65	20	2	
			8	23. Tipos de Propriedade Espaço Agrícola
24		20	1	
40	65	20	2	
58	55	20	1	
24	55	20	2	
			8	
58	70	20	2	
53	47	20	2	
30	60	20	1	
34	80	20	2	
45	55	20	2	
60	60	20	2	
24	60	20	2	

TESTE	TRAB	EST.	PROJ.	Total de notas	MATÉRIA LECIONADA
6	5	5	4	5	5) Beste
4	5	5	4	5	
8	0	5	6	5	6) Sistemas Económicos. Exponção dos sistemas
4	5	5	6	5	12) O capitalismo
5	5	5	5	5	
0	5	5	5	5	13) Tipos de atividades: Emprego Capital.
7	3	5	6	5	
3	3	0	5	5	19) Trust e Holding
9	3	5	4	5	
8	3	5	6	5	20) Estudo Dirigido
3	0	0	6	5	
8	3	5	6	5	26) Economia Socialista
6	5	5	5	5	
4	4	5	4	5	27) Prova Bimestral
4	3	5	7	5	
2	3	5	6	5	
6	4	5	5	5	
6	4	5	5	5	
6	5	5	5	5	
4	4	5	5	5	
2	4	5	3	5	
3	3	5	4	5	
8	5	5	4	5	
5	3	5	6	5	
9	5	5	5	5	
5	4	5	4	5	
9	3	5	6	5	
8	3	5	5	5	
3	3	5	5	5	

TRABALHO	Just	Rem	Total de folhas	MATÉRIA LECIONADA
100	70	18	1	1 - Férias
100	110	84	0	
100	80	60	0	7 - Trabalho Dirigido
-	-	-	-	x Teste
8	12	84	1	14 - O Problema da Alimentação
5	90	70	0	Alimentação e Educação
-	-	-	-	
100	15	18	0	21 - Dois Problemas Difíceis
100	60	60	0	Alimentação e Saúde
80	10	18	0	
5	10	84	0	
80	60	84	1	
100	15	84	1	22 - A Educação no Município
-	-	-	0	A Grande Questão - o Motociclista
80	110	84	0	Problemas de Alfabetização
8	70	84	1	Mestres e Alunos
100	60	60	0	Educação Técnica e a Base
70	11	84	0	
70	100	18	0	22 - O Desenvolvimento Industrial
10	10	18	0	
10	13	18	1	Indústrias de Consumo:
5	60	84	1	Indústria Têxtil - Indústria
70	80	18	0	Alimentar - Ind. Mecânica
-	-	-	-	
100	11	84	0	23 - Mais sobre Problema Atual
100	90	84	0	A Energia
8	50	60	0	A Produção - Termonuclearidade
100	110	84	0	Hidrelétricas - Produção e
-	-	-	-	Consumo - Petróleo
100	100	60	2	
-	-	-	-	29 - O Petróleo
100	70	84	1	Dois Problemas
100	80	84	1	A crise iniciada em 1973
-	-	-	-	A Energia Atômica
-	-	-	-	
-	-	-	-	23 - Os Grandes Poluentes
7	7	84	1	
8	10	84	14	30 - Exercícios de Fixação
-	-	-	-	
-	-	-	-	30 - Os Transportes